

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE SANTOS

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E O PROJETO PRATA DA CASA:
as ações e as contradições**

Marília
2011

MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE SANTOS

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E O PROJETO PRATA DA CASA:
as ações e as contradições**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais

Orientadora: Prof^a Dr^a Neusa Maria Dal Ri

Marília

2011

Santos, Maria José Albuquerque

A Universidade Federal do Maranhão e o Projeto Prata da Casa: as ações e as contradições / Maria José Albuquerque Santos. -2011.

200 f.

Orientadora: Neusa Maria Dal Ri.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

1. Docentes-UFMA-Formação 2. Projeto Prata da Casa-UFMA 3. Democratização I. Título.

CDU 378.046-21.68(812.1)

MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE SANTOS

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E O PROJETO PRATA DA CASA:
as ações e as contradições**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neusa Maria Dal Ri (Orientadora)

Prof. Dr. Cândido Giraldez Vieitez

Profa. Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Prof. Dr. Antonio Giovanni B. Gonçalves

Prof. Dr. Bolívar Burbano Paredes

A Ti Senhor, toda honra e toda glória!

A minha família (pais) Jovino José de Albuquerque (in memoriam), Maria Tereza de Carvalho Albuquerque e meus irmãos.

Meus filhos Júnior, Tércia e Teyla razões da minha luta.

Meus netos João Victor, Kethelen e Catharine, seres abençoados que adoçam a minha vida quando se torna amarga.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus! Início, meio e fim de tudo, que me fortalece, me ampara, que me abençoou permitindo a realização deste trabalho.

A minha família que sempre me apoiou em todos os momentos.

Aos meus filhos, que com certeza sofreram com os meus repetidos períodos de intenso desespero, pela participação no meu cotidiano, no incentivo à caminhada empreendida.

A Bernardo Nogueira Neto sempre a perguntar: “E aí, a tese sai ou não sai”?

Ao Prof. Dr. José Erasmo Campello, que acreditou em mim e me ensinou que mesmo com medo devemos nos organizar esperançosos de que alguma coisa vai acontecer.

Um agradecimento especial a minha orientadora Profa. Dra. Neusa Maria Dal Ri, que com paciência, dedicação e sabedoria conduziu a consecução deste trabalho.

Aos colegas do curso de Doutorado em Educação, (DINTER) pela convivência e o aprendizado constantes, a amizade construída, em especial:

Joelma, que muito me apoiou nos momentos de solidão, de desespero, de choro, com palavras de esperança e de cobrança também.

Vanja, pelo apoio incondicional que sempre recebi, pelos momentos difíceis e também pelos momentos alegres compartilhados.

Alex, grande amigo e companheiro que se fez presente nesta caminhada.

Assis, pelo coleguismo e cumplicidade partilhados nos momentos mais árduos desta empreitada.

Marcio, amigo nas horas mais angustiantes dessa trajetória e que sempre estava a nos esperar com um cardápio variado e suculento que nos matava a fome e nos acalmava para mais uma jornada.

Aos colegas do Departamento de Educação I que sempre nos apoiaram e torceram por nós. Que nas ausências souberam se colocar numa postura de solidariedade, em especial a Chefe do Departamento I, a professora Sirlene e a professora Hercília.

À colega e amiga Francy, companheira de trabalho e parceira nos sonhos de um mundo melhor. Parceira de trabalho no Projeto Estudar uma ação saudável: construindo uma pedagogia hospitalar, ao qual tem se dedicado de corpo e alma.

Às funcionárias da UFMA, Concita e Ester que no dia a dia do Departamento sempre estiveram dispostas a colaborar

Ao senhor Enéas, pelo apoio recebido no momento em que era solicitado a dar informações, disponibilizar documentos, esclarecer fatos. Sempre se mostrou solícito e solidário.

Ao Pe. Antonio José Ramos e os seminaristas do Seminário São João Maria Vianey, no Cohatrac, pelo acolhimento, pelo silêncio, pelo espaço cedido para as horas de estudo em que se fazia necessário o afastamento dos afazeres domésticos

Aos funcionários, professores e professoras da UFMA, com quem mantive contato pedindo esclarecimentos, ajuda.

A todos os funcionários da UNESP, Campus de Marília, pela contribuição dada para que este trabalho fosse realizado.

A Raimunda, sempre disposta a tornar o ambiente da minha casa o mais tranqüilo e harmonioso possível.

À dona Rita e seu Jorge que me acolheram em sua casa fazendo com que minha estada fosse a mais tranqüila possível com sabor de lar, doce lar.

Ao senhor Abílio e ao senhor Valter, dois profissionais do volante de Marília que souberam acolher a todos com respeito, consideração e gentileza.

Todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho e com as quais não quis ser injusta.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa intitulada: A Universidade Federal do Maranhão e o Projeto Prata da Casa: as ações e as contradições analisou os dez anos de atuação do Projeto Prata da Casa, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), as ações do referido projeto, em que momento e de que forma essas atividades conseguiram causar um impacto acadêmico-científico e cultural no ensino, pesquisa e extensão. A referência teórica assenta suas bases na questão do Estado, na leitura de autores clássicos, procurando-se estabelecer um diálogo. Na discussão sobre Universidade busca-se compreender a história da Universidade brasileira, as Políticas Públicas para a Universidade Pública brasileira, especificamente, a Universidade Federal do Maranhão. Essa discussão objetiva responder a problemática anunciada na seguinte pergunta: Após dez anos de atuação, que impacto acadêmico-científico e cultural foi provocado na UFMA pelo Projeto Prata da Casa? Por meio de sua atuação, ocorreram modificações substantivas na qualificação do quadro docente e no desenvolvimento das áreas de ensino, pesquisa e extensão? Quais modificações e quais os resultados acadêmico-científicos? O impacto de um processo docente – educativo se traduz em seus efeitos sobre uma população ampla: comunidade, estudante, administração que identifica efeitos tecnológicos, econômico-social, cultural, institucional, centrado na melhoria profissional e humana do homem e sua superação social. O conceito de impacto está ligado aos efeitos positivos ou negativos num determinado contexto. O objetivo geral aponta: analisar os dez anos de atuação do Projeto Prata da Casa, sua atuação no ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Maranhão. Como forma de operacionalização da pesquisa estabeleceu-se os objetivos específicos: verificar e analisar a filosofia e opção teórico-metodológica que orientou as ações do Projeto Prata da Casa; analisar as ações do Projeto Prata da Casa e a gestão da Universidade Federal do Maranhão, a partir do confronto entre a demanda por qualificação existente no Estado e a proposição do projeto; analisar o papel político do Projeto Prata da Casa no contexto acadêmico maranhense, a partir da perspectiva democratizadora do acesso à pós-graduação para os egressos das diversas áreas do conhecimento do Centro de Ciências Social (CCSO), Centro de Ciências Básicas da Saúde (CCBs), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET). Na metodologia da pesquisa definiu-se como procedimento de coleta de dados, a entrevista, o depoimento e o questionário. Na análise dos dados seguiu-se a orientação apresentada por Bardin (1977) e Franco (2008) para a análise de conteúdo que permitiu identificar categorias. A pesquisa contemplou uma descrição e reflexão crítica sobre as ações do Projeto Prata da Casa, na Universidade Federal do Maranhão, para verificação e demonstração da hipótese inicial, de que em dez (10) anos de atuação o Projeto agiu, e causou impacto acadêmico-científico na Universidade Federal do Maranhão, no ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Projeto Prata da Casa. Universidade Federal do Maranhão. Democratização. Avaliação. Formação de professores.

ABSTRACT

This research entitled: The Federal University of Maranhão and Silver Project House: the actions and the contradictions examined the 10 (ten) years experience of Project Silver House, Federal University of Maranhão (UFMA), shares of the project, investigating whether these activities could have an impact-academic science in teaching, research and extension. The reference is based on theoretical bases on authors who discuss the question of the state, taking into account the reading of classic authors, seeking to establish a dialogue with them. In discussing the University seeks to understand a bit of history, University Brazilian once agile, the Public Policy for the Public University of Brazil, specifically, Federal University of Maranhão. This discussion aims to answer the question announced in the following question: After ten years of operations, which impact academic-science was triggered by the Project On UFMA Silver House? Through their actions, substantive changes occurred in the qualification of teaching staff and development of areas of teaching, research and extension? What changes and what academic-scientific findings? The overall objective aims: to analyze the ten years action of the House Silver Project, its performance in teaching, research and extension in Federal University of Maranhão. As a way of conducting research set up specific goals: to verify and analyze the philosophy and option theoretical and methodological approach that guided the actions of the House Silver Project, analyzing the contradictions in the relations developed between the House and Silver Project management of the Federal University of Maranhão, from the confrontation between the demand for existing qualification in the state and the proposition of the project, analyze the political role of Silver House project in the academic context of Maranhão, from the perspective democratizing access to postgraduate studies for graduates from various areas of knowledge of the Center for Social Sciences (CCSO), Centre for Basic Health Sciences (CCBs), Centre for Human Sciences (CCH), Center of Exact Sciences and Technology (CCET). In the research methodology was defined as a procedure for collecting data, interview, the interview and the questionnaire. In the data analysis followed the guidance by Bardin (1977) and Franco (2008) for content analysis that allowed identify categories. The research looked at a description and critical reflection on project actions Prata da Casa, Federal University of Maranhão, for verification and demonstration of the initial hypothesis, that within ten (10) years of operation the Project acted, and academic and scientific impact caused at the Federal University of Maranhão, education, research and extension.

Keywords: Project Prata da Casa. Federal University of Maranhão. Democratization. Assessment. Teacher training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Quotas de bolsas às instituições públicas por regiões.....	83
Quadro 2	–	Demonstrativo do número de docentes por titulação-UFMA	83
Quadro 3	–	Egressos enviados às (IES) a partir de 1996.....	85
Quadro 4	–	Docentes da Universidade Federal do Maranhão-2010.....	102
Quadro 5	–	Egressos do Projeto Prata da Casa e a atuação no mercado de trabalho.....	103
Quadro 6	–	Cursos de especialização ministrados de 1999 a 2006.....	104
Quadro 7	–	Semanas de extensão do Projeto Prata da Casa.....	106
Quadro 8	–	Dados gerais sobre a pós-graduação na Universidade Federal do Maranhão, no período 2008-2009.....	121
Quadro 9	–	Cursos <i>lato sensu</i> ofertados na UFMA em 2009.....	121

LISTA DE SIGLAS

ANDES	– Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDIFES	– Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASCONV	– Assessoria de Convênios
ASEI	– Assessoria Especial de Interiorização
APC	– Associação Prata da Casa
ASPLAI	– Assessoria de Planejamento Institucional
ASPLAN	– Assessoria de Planejamento
BASA	– Banco da Amazônia
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEB	– Centro de Estudos Básicos
CCBS	– Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCH	– Centro de Ciências Humanas
CCET	– Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CFE	– Conselho Federal de Educação
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
CNE	– Conselho Nacional de Educação
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRES	– Comissão Nacional para a reforma da Educação Superior
CPA	– Comissão Própria de Avaliação
DAC	– Departamento de Assuntos Culturais
DAC	– Departamento de Assuntos Culturais
DAE	– Departamento de Assuntos estudantis
DE	– Dedicção Exclusiva
DEPA	– Divisão de Entrada de Processos Administrativos
DPG	– Departamento de Pós- Graduação

DTE	– Divisão Técnica de Extensão
FAPEMA	– Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado do Maranhão
FASUBRA	– Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FINEP	– Fundo de Financiamentos de Estudos e Projetos
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FUM	– Fundação Universidade do Maranhão
GED	– Gratificação de estímulo à Docência
GERES	– Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior
GRITA	– Grupo Independente de Teatro Amador
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	– Instituição de Ensino Superior
IFES	– Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	– Lei de Diretrizes e Base
MARE	– Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	– Ministério da Educação
ONU	– Organização das Nações Unidas
ONGS	– Organizações não Governamentais
OSCIP	– Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEG	– Plano Econômico de Ação do Governo
PAIUB	– Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PIB	– Produto Interno Bruto
PIBIC	– Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICDT	– Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	– Projeto Prata da Casa
PPPG	– Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PREXAE	– Pró – Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
PRN	– Partido Da Reconstrução Nacional
PROEB	– Programa Especial de Formação de Professores para Educação

Básica

- PROEX – Pró – Reitoria de Extensão
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- QUANGOS – Quasi Non-governmental Organizations
- REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNB – Universidade de Brasília
- UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
- UNE – União Nacional dos Estudantes
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
- USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	O ESTADO: CONCEPÇÕES E FUNÇÕES.....	23
1.1	Concepções mais antigas de Estado.....	24
1.2	O Estado neoliberal: nascimento e formas de assegurar suas funções.....	30
1.3	O Estado brasileiro e o neoliberalismo: formas de atuação.....	33
2	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE MEMÓRIA.....	38
2.1	A Universidade: breve histórico.....	39
2.2	A Universidade brasileira: a Colônia, o Império e a República.....	42
2.3	Da crítica à Universidade crítica: da queda ao golpe e do golpe à abertura política.....	49
2.4	A Universidade e a Reforma Universitária de 1968: os espaços, os lugares e os atores sociais.....	53
2.5	Os principais acontecimentos históricos a partir de 1985.....	56
2.5.1	Organizações sociais: origem, concepções e objetivos.....	66
3	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO PÚBLICA.....	72
4	A HISTÓRIA DO PROJETO PRATA DA CASA.....	80
4.1	A origem e o histórico do Projeto Prata da Casa.....	80
4.2	A origem do Projeto Prata da Casa na voz dos seus responsáveis.....	86
4.3	Apoio institucional ao Projeto Prata da Casa.....	89
4.4	A implantação do Projeto Prata da Casa.....	92
4.5	Aspectos legais do Projeto Prata da Casa.....	93
4.5.1	Os graduados dos cursos da UFMA e os objetivos do Projeto Prata da Casa.....	95
4.5.2	Objetivos e ações do Projeto Prata da Casa.....	99
5	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PRATA DA CASA: IMPACTO ACADÊMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL.....	100
5.1	O Projeto Prata da Casa e a titulação docente.....	103
5.2	Cursos de especialização realizados.....	104

5.3	Atividades de extensão.....	105
5.4	Publicações realizadas pelo Projeto Prata da Casa.....	108
5.5	Atividades culturais e eventos acadêmicos.....	113
5.5.1	O Impacto das ações do Projeto Prata da Casa na visão dos depoentes.....	115
5.5.1.1	<i>O cenário atual da UFMA.....</i>	117
	CONCLUSÃO.....	126
	REFERÊNCIAS.....	132
	APÊNDICES.....	141
	ANEXOS.....	149

INTRODUÇÃO

“No momento em que realmente nos decidimos então o universo começa a agir também. Todo tipo de coisa começa a ocorrer, coisas que não ocorreriam normalmente, mas que acontecem porque você tomou a decisão. Uma série de eventos flui dessa decisão, levantando a nosso favor todo tipo de imprevistos, encontros e assistência material que nenhuma pessoa no mundo poderia planejar que ocorresse na sua vida. Seja lá o que você possa fazer, ou tenha o sonho de fazer: comece. O arrojo tem dentro de si inteligência, poder e mágica.” (GOETHE, [s/d], [s/p]).

A idéia do presente estudo iniciou no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) ao cursar a disciplina *Currículo e Programas*, onde tive, na ocasião, conhecimento de um projeto institucional, a meu ver, inovador, pensado e gestado pelo docente da disciplina.

Ao mesmo tempo em que descobria o verdadeiro sentido da *curiosidade epistemológica* que a citada disciplina despertava, o titular da cadeira visualizava um futuro bem próximo para alguns egressos daquele e de outros cursos, uma formação continuada em nível de Mestrado ou Doutorado, embora, não constasse na minha lista de prioridades, e nem na da maioria daqueles estudantes da época, porque as condições objetivas naquele momento em nada nos favoreciam.

Finalizando a graduação, um desejo enorme de ingressar no mercado de trabalho se apossava de mim, embora já exercesse o magistério na rede pública estadual. A formação acadêmica recente me trouxera uma nova visão da prática pedagógica. Elementos teóricos foram incorporados à prática cotidiana.

Com novas apropriações retomei a caminhada nas salas de aula das escolas maranhenses. Logo fui chamada à presença do professor da cadeira de Currículo e Programas para uma consulta sobre a possibilidade de ingressar no Mestrado em São Paulo e, sem muita convicção, aceitei o desafio. Fui despertada de um sonho letárgico.

Paralelamente e na continuidade desse encontro, me foram apresentadas explicações de uma primeira aproximação com o Projeto Prata da Casa. As condições objetivas pouco a pouco foram se delineando no horizonte. Mas, naquele momento, bastaria um sim. Esta proposta, meio a queima roupa, ficou pairando no ar. Sem mais notícias transcorreu o mês de fevereiro de 1996.

Em março, tive a definição oficializada em nível de execução. Por intermédio de outra egressa do curso de Pedagogia, no baile de formatura, recebi a

confirmação de que existia um projeto piloto na UFMA, Projeto Prata da Casa, e que alguns alunos tinham sido observados no seu desempenho em sala de aula, no histórico escolar e no objeto de estudo da monografia. Eu era uma delas.

Ao final do curso, a proposta me parecia mais um sonho que se constituía numa *utopia irrealizável*. Passado o espanto primeiro, sei ter o *pasmado essencial*, que tem uma criança se, ao nascer, reparasse que nascera deveras. (PESSOA, 1997, p. 2), comecei a notar que era preciso me definir e tomar algumas providências a fim de que pudesse, de fato, concorrer, institucionalmente, a uma vaga no Programa de Pós Graduação em nível de Mestrado, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília. Entre elas, a elaboração de um projeto de pesquisa, que fosse inserido numa das linhas de pesquisa do referido Programa, e o pedido de afastamento à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, etc.

Na UFMA, no ano 1994, havia a preparação para abrigar a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Os acontecimentos transcorreram e, ainda sem resposta definitiva, fui chamada mais uma vez para uma reunião numa das salas do Centro de Estudos Básicos (CEB).

Apresentei-me de imediato e descubro que, como eu, havia mais alguns pares de olhos interrogantes. O cenário da sala favoreceu ao clima que se instaurou a seguir: de repente adentra à sala uma comissão de senhores tendo à frente o professor de Currículo e Programas. Ato contínuo fomos apresentados ao Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente de Nível Superior (CAPES), Dr. Abílio Baeta Neves. Esse nome soou estranho para a maioria de nós. Fomos apresentados como egressos de vários cursos da UFMA e que muitos de nós nunca tinha saído de São Luís.

As condições objetivas, não só nossas, mas de um Estado sem autonomia política (FARIAS, 2000, p. 11), e com sérios *déficits* na área da pesquisa e da formação de professores, não eram e nunca foram das melhores. Um dos objetivos da reunião: estávamos ali a reivindicar bolsas para cursar o Mestrado em Instituições fora do Maranhão.

Acredito que muito do que sucedeu depois dessa manifestação, só foi conseguido graças ao empenho do Coordenador do Projeto Prata da Casa. As providências mais urgentes, como contato com as Instituições, bolsa instalação e manutenção, orientadores, locais para abrigar as pessoas, foram tomadas por ele.

Nesse momento, também com objetivos proclamados, nasce, oficialmente em 1996, o Projeto Prata da Casa. A primeira ação efetiva deste Projeto foi reunir alunos egressos de várias áreas do conhecimento do campus da UFMA, informando que estávamos selecionados para ingressar nos Mestrados de várias Instituições públicas do país, conforme já citado. No meu caso, fui encaminhada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília. Assim, este Projeto, durante mais de 10 (dez) anos, atuou na UFMA, em diversas áreas, principalmente no ensino, pesquisa e extensão.

Passados quatorze anos, me lanço o desafio de pôr num texto, com a devida cautela e rigor científicos, a atuação do Projeto Prata da Casa. Para tanto, apresento o seguinte problema de pesquisa: Após dez anos de atuação, que impacto acadêmico-científico e cultural foi provocado na UFMA pelo Projeto Prata da Casa? Por meio de sua atuação, ocorreram modificações na qualificação do quadro docente e no desenvolvimento das áreas de ensino, pesquisa e extensão?

Estas questões foram traduzidas no seguinte **objetivo geral**: analisar os dez anos (1996 à 2006), do Projeto Prata da Casa, sua atuação no ensino, pesquisa e extensão na UFMA e a ocorrência do impacto acadêmico-científico.

Como forma de operacionalizar a pesquisa estabeleceu-se os seguintes **objetivos específicos**:

- a) analisar, as ações desenvolvidas pelo Projeto Prata da Casa na Universidade Federal do Maranhão;
- b) analisar a filosofia e opção teórico-metodológica que orientou as ações do Projeto Prata da Casa;
- c) analisar o papel político do Projeto Prata da Casa no contexto acadêmico maranhense, a partir da perspectiva democratizadora do acesso à pós-graduação para os egressos das diversas áreas do conhecimento dos: Centro de Ciências Sociais (CCSO), Centro de Ciências Básicas de Saúde (CCBS), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET).

Para a concretização destes objetivos foi necessário adentrar em todos os espaços que o Projeto Prata da Casa se fez presente na UFMA e, assim, foram selecionados como sujeitos, os egressos do Projeto, hoje pertencentes ao quadro Institucional da UFMA; o secretário do Projeto Prata da Casa; os dois presidentes da Associação Prata da Casa enquanto o projeto esteve na Instituição como

organização não governamental; três ex- Reitores da Universidade; o coordenador do projeto; o atual pró-Reitor de Extensão; três egressos da UFMA, selecionados para cursarem mestrado nas Universidades de Portugal e, que atualmente, cursam o doutorado.

Foi necessário ainda, proceder a uma recolha e sistematização de todos os materiais escritos e produzidos pelo projeto, dispersos em vários locais da Universidade Federal do Maranhão.

Para a coleta das informações necessárias à investigação, utilizou-se procedimentos básicos para o levantamento de dados.

Assim, esta pesquisa se constituiu numa investigação de tipo descritivo-interpretativo percorrendo as seguintes etapas:

- a) pesquisa bibliográfica e pesquisa documental dos convênios que oficializaram o Projeto Prata da Casa na UFMA. Conforme Chizzotti (2001, p. 18), a pesquisa documental é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Ela é indispensável porque a maior parte das fontes escritas ou não, são muitas vezes, a base do trabalho de investigação;
- b) entrevista semi-estruturada com ex-reitores da Universidade Federal do Maranhão (APÊNDICE A), o atual pró-Reitor de Extensão, secretário do projeto (APÊNDICE B), egressos do Prata que fazem parte do quadro institucional da Universidade (APÊNDICE C) e egressos de pós-graduação *lato-sensu* sob a coordenação do Projeto (APÊNDICE D), os presidentes da Associação Prata da Casa (APÊNDICE E). Para Fiorentini e Lorenzato (2006), a entrevista é, nas Ciências Sociais, o procedimento mais usual no trabalho de campo. A entrevista, além de permitir uma obtenção mais direta e imediata dos dados, serve para aprofundar o estudo, complementando outras técnicas de coleta de dados;
- c) o depoimento consiste em um discurso síntese com respostas de uma pessoa com conteúdo discursivo de sentido próprio, específico. O coordenador do projeto se predispôs a fazer um depoimento individual e por escrito (APÊNDICE F).

Conforme Lefreve e Lefreve (2005, p. 21), no depoimento o pensamento é coletado por entrevista individual com questões abertas o que faz com que o

pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar.

O questionário como um instrumento de coleta de dados, pode ser utilizado para a obtenção de informações a respeito de grupos sociais. O questionário serve para descrever as características dos atores sociais envolvidos no objeto empírico.

Segundo Richardson (1999, p. 189), uma descrição adequada das características de um grupo não apenas beneficia a análise a ser feita por um pesquisador, mas também pode ajudar outros especialistas, tais como planejadores, administradores e outros.

Os questionários não se limitam a um determinado número de questões, nem tampouco existe um tipo específico. Esse momento do tipo a ser escolhido, remete especificamente ao objeto investigado. No caso da presente pesquisa, o questionário foi utilizado com 3 atores sociais que tiveram uma relação direta com o Projeto, haja vista, terem a oportunidade de se qualificarem em nível de Mestrado e Doutorado em Portugal

Por fim, passa-se à etapa seguinte, o tratamento do material recolhido no campo, produzindo um confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação aponta de singular.

Nesta pesquisa assume-se com Minayo e Deslandes (2002) a concepção de que análise e interpretação dos dados são ações contidas no mesmo movimento de pensamento: o de olhar atentamente os dados da pesquisa.

Assim, na apresentação e discussão dos dados se fez o mesmo movimento de pensamento, ao mesmo tempo uma descrição dos dados recolhidos, interpretados, olhados com a visão de toda teoria anteriormente indicada, que serviu de alicerce ao desenvolvimento da investigação realizada.

Posto o problema, a preocupação com a metodologia da pesquisa forçou a pensar nos procedimentos de análise de dados, haja vista a consecução da pesquisa empírica.

Ao final da recolha de todos os dados, estes foram organizados, sistematizados e analisados conforme as indicações de Bardin (1977, p. 38):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que objetiva não apenas a descrição dos conteúdos, mas também, e, principalmente a inferência de conhecimentos relativos às

condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Segundo Rizzini, Castro e Sartor (1991, p. 91 apud FIORENTINI; LORENZATO, 2006, p. 38):

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por objetivo ir além da compreensão imediata e espontânea, ou seja, ela teria por função básica a observação mais atenta dos significados de um texto e isso pressupõe uma construção de ligações entre as premissas de análise e os elementos que aparecem no texto. Essa atividade é assim essencialmente interpretativa.

As entrevistas foram gravadas e transcritas lembrando que a fase da transcrição é a da gravação da oralidade. Esse momento justifica-se, segundo Garnica (2008, p. 7),

[...] por ser a oralidade evanescente, como são todos os discursos em estado nascente, do que decorre a necessidade de ser retida, fixada, para viabilizarmos, de maneira operacional, a negociação dos significados que, como processo de análise dar-nos-á chaves para a compreensão daquilo que tematizamos. É preciso lembrar que toda transcrição é já uma interpretação.

A seguir, pode-se dar andamento à análise de conteúdo pondo em prática os três pólos cronológicos indicados por Bardin (1977, p. 96):

Pré-análise: fase de organização e intuições apresenta como objetivo principal estabelecer um programa que pode ser flexível, porém, preciso. Integram esta etapa: a escolha dos documentos, que pode ser determinada antes ou depois dos objetivos; a formulação das hipóteses e dos objetivos, sendo que as primeiras nem sempre precisam ser estabelecidas quando da realização da pré-análise; a referência dos índices e a elaboração de indicadores que a análise vai privilegiar e, finalmente, a preparação do material.

Exploração do material: etapa da administração sistemática das decisões tomadas, mediante operações de codificação.

Tratamento dos resultados, a inferência e interpretação: fase em que os resultados são tratados, buscando-se significados e validade.

Foi realizado o processo de leitura flutuante (BARDIN, 1977) ou de análise bruta (GARNICA, 2008), em que se fez leitura compreensiva do material selecionado. Refez-se essa leitura variadas vezes.

Na segunda fase foi realizada a exploração do material. Foram grifadas unidades de registro (BARDIN, 1977), que surgiram com maior freqüência na descrição dos entrevistados. Segundo Bardin (1977, p. 130), essa é a análise de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial: (a origem do

Projeto Prata da Casa, a filosofia, o impacto, seus objetivos, papel político, suas ações). Ao final foram feitas as interpretações.

Aponta-se Goldemberg (2002) para ilustrar este aspecto: Nesse jogo ou nessa arte de fazer pesquisa, o jogador precisa ter alguns atributos para poder entrar no campo científico. Alguns podem ser vistos como internos atributos pessoais que devem fazer parte do indivíduo que quer ser pesquisador.

Vale ressaltar que o presente trabalho se caracteriza por momentos em que se articulam e entrelaçam teoria e prática. No primeiro momento, a discussão se reveste de um teor político em que se busca explicitar a situação social, política, econômica, educacional e cultural que marcava o ambiente de surgimento do Projeto Prata da Casa,

Com a leitura dos clássicos e estudiosos da questão do Estado, foi estabelecido um diálogo sobre concepções, funções e formas de atuação do Estado numa sociedade de classes. Neste espaço de discussão buscaram-se elementos que pudessem explicitar o posicionamento feito pelo coordenador do Projeto Prata da Casa ao Estado do Maranhão, que denunciava a injustiça social reinante e a falta de autonomia política do próprio Estado.

Além dos autores indicados, os escritos dos professores Farias (2000) e Gonçalves (2000) e seus respectivos livros: *O Estado Capitalista Contemporâneo* e *A Invenção do Maranhão Dinástico* foram essenciais como forma de tornar o objeto de estudo ainda mais definido, haja vista o contexto de inserção do Projeto Prata da Casa na Universidade Federal do Maranhão. A seguir, a discussão encaminhou-se para a questão da Universidade, um pouco da sua história, aproveitando os escritos de Chauí (2001), Cunha (2007a, 2007b, 2007c), Le Goff (1973) e Verger (1990), entre outros, que ajudaram a esclarecer o entendimento sobre a Universidade no cenário mundial, a Universidade brasileira através dos tempos, o contexto de criação da Universidade Federal do Maranhão.

O outro momento deste trabalho consistiu na apresentação e discussão dos dados encontrados nos depoimentos de pessoas ligadas à UFMA e ao Projeto, buscando entender os objetivos daquele projeto, sua metodologia e ações. Entrevistas, depoimentos e questionários com todos os sujeitos completaram, enriqueceram e ajudaram a definir pela análise de conteúdo, as categorias que puderam ser definidas de todos os dados recolhidos.

O capítulo 1 trata da questão do Estado, concepções, funções desde as concepções mais antigas em que não havia a noção de Estado e sim de governo, passando pelo estabelecimento do Estado democrático até as noções do Estado neoliberal, as formas de atuação do Estado brasileiro na versão neoliberal.

O capítulo 2 trata da questão da Universidade desde a Idade Média resgatando a trajetória histórica da universidade brasileira.

O capítulo 3 faz um resgate da história da UFMA.

O capítulo 4 mostra a origem e histórico do Projeto Prata da Casa (PPC) na UFMA.

O capítulo 5 dá prosseguimento à história do PPC enfatizando os resultados de suas ações na UFMA.

Na conclusão se demonstra os resultados percebidos, investigados a partir de dados analisados que compuseram a análise do objeto investigado.

1 O ESTADO: CONCEPÇÕES E FUNÇÕES

“O Estado é, então, uma entidade abstrata que não se pode ver, ouvir, nem tocar.” (CREVELD, 2004, p. 1).

Este capítulo condensa as idéias básicas que orientaram o pensamento e a ação característicos da presente pesquisa. Foram elas: O Estado, concepções, funções, as concepções mais antigas de Estado, o Estado neoliberal e as formas de assegurar suas funções, o Estado brasileiro e o neoliberalismo: formas de atuação. Nesta estrutura conceitual, o objetivo é compreender as diferentes concepções de Estado, que teorias discutem a relação e a função que o mesmo desempenha na sociedade.

O caminho foi árduo e se cerca dos limites que a vasta obra dos teóricos legou sobre a concepção de Estado e que o fizeram de objeto de estudo a vida inteira. Buscou-se apoio em escritos que remetem desde os pensadores clássicos a autores contemporâneos brasileiros.

As definições de Estado, enquanto *corpo político e social* varia muito, tornando-o uma entidade abstrata, que não se pode ver, ouvir nem tocar, mas que nenhuma pessoa escapa ao seu poder.

Entre tantas discussões acerca de formas de poder e força, o interesse se dirigiu particularmente, à concepção, função e poder do Estado, que desde os tempos modernos se configura como a instituição, por excelência, do exercício do poder político em várias áreas da vida pública.

As definições de Estado variam muito. O Estado sendo distinto tanto de seus membros quanto de seus regentes, é uma corporação, assim como universidades, sindicatos e igrejas, entre outras coisas. À semelhança de qualquer corporação, possui funcionários, diretores, e acionistas. É corporação sobretudo no sentido de que possui uma *persona jurídica*, o que significa que tem seus direitos e deveres e pode realizar diversas atividades como se fosse um corpo físico.

Autores como Creveld (2004), assinalam que durante a maior parte da história e pré-história existiam formas de governos desconhecidas, anteriores à noção de Estado, ou seja, existia governo, mas não Estado. Assim, destaca que o Estado - assim como a corporação da qual é subespécie - é invenção relativamente recente.

O mesmo autor explica que o sistema de governo que surgiu na Europa entre 1337 e 1648 ainda era, na maioria dos aspectos, totalmente pessoal, ligada apenas ao ser do governante Creveld (2004, p. 176).

O Estado na forma de entidade abstrata, com sua própria *persona*, separada da *persona* do governante, ainda não existia. Assim, na Itália, por volta de 1500, o termo significava a máquina do governo. Dizer que o Estado sobrepujou a Igreja, o Império, a nobreza e as cidades, como explica o autor, é incorreto.

Segundo, ainda, Creveld (2004, p. 177) cada unidade como marquesados, condados, ducados, reinos, certamente impérios, cada uma dessas unidades poderiam conter estados: o monárquico, o aristocrático, o eclesiástico, e o comum.

Essa concepção de *estado, como significado de situação e recursos*, especialmente recursos financeiros, de cada unidade poderia ser este ou aquele. Para os historiadores, essas mesmas unidades, só passaram a considerar o termo estado durante a primeira metade do século XVII.

Conforme Japiassu (1996, p. 67):

[...] o Estado é uma instituição organizada, política, social e jurídica, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente.

1.1 Concepções mais antigas de Estado

Em História da Filosofia, Espinosa (apud DURANT, 1996, p. 223), consegue esboçar um conceito de democracia. Não fica claro, para o leitor, de que democracia ele fala. Também não se trata de buscar um Estado racionalmente ideal, pois a essência do Estado é violência e nada tem a ver com a razão.

Produto dessa violência entre os homens, o Estado também é violência. Nessa luta entre o homem e a busca por sua autopreservação e segurança, entre o *conatus* do Estado e o dos indivíduos surgem outros conflitos e faz desembocar na busca por equilíbrio, resultando em tiranias e revoluções.

Daí surge a pergunta formulada nos aportes de Espinosa (apud DURANT, 1996): que instituições ou conjunto de instituições equilibrariam, equacionariam segurança e liberdade? A resposta está na participação do povo mediante eleições?

formação de exército popular? separação entre Estado e religião? liberdade de pensamento e de expressão?

Na verdade são elementos que na expressão espinosiana minariam as bases da própria monarquia e de qualquer outro regime com base no governo de poucos, considerando que ele reconheceu ao Estado, poder soberano, o direito e o dever de fazer reinar a paz interior na comunidade, bem como de organizar as ações exteriores.

O Estado perfeito limitaria os poderes dos cidadãos só na medida em que esses poderes fossem mutuamente destruidores; não retiraria liberdade alguma, exceto para acrescentar outra maior.

Com o mesmo pensador encontramos que a liberdade é o objetivo do Estado porque a função do Estado é promover o crescimento, e o crescimento depende da capacidade de encontrar a liberdade. Entende-se que Espinosa (apud DURANT, 1996) defende um Estado que colocaria o homem em segurança e não o transformando em máquinas ou feras. Seria fazer com que os seres humanos agissem com seus corpos e mentes funcionando livremente. Espinosa (apud DURANT, 1996, p. 191) evidencia a seguinte afirmação:

O objetivo supremo do Estado não é dominar os homens nem contê-los pelo medo, é, isso sim, livrar cada um deles do medo, permitindo-lhe viver e agir em plena segurança e sem prejuízo para si ou seu vizinho. O objetivo do Estado repito não é transformar seres racionais em feras e máquinas. É fazer com que seus corpos e suas mentes funcionem em segurança. É levar os homens a viver segundo uma razão livre e a exercitá-la; para que não desperdicem suas forças com o ódio, a raiva e a perfídia, nem atuem uns com os outros de maneira injusta. Assim, o objetivo do Estado é realmente, a liberdade.

Para Espinosa (apud DURANT, 1996), a sociedade civil que resulta da união de coletivos, deve ser a que dará maior poder a todos, cujas ações reguladas pelas leis e pelas assembleias poderão levar à paz baseada na concordia e não na simples supressão das hostilidades pela intimidação. Com isto, este autor contrapõe a noção de súdito passivo ao de cidadão com liberdade para pensar e agir. Implicitamente, ele esboça a idéia de democracia, ou seja, apenas uma ligeira preferência pela democracia.

Mesmo com todas as críticas, censura pública, excomunhão feitas a Espinosa (apud DURANT, 1996), ele resistiu e não abriu mão e nem deixou de pensar, falar e escrever o que de fato lhe interessaria defender naquela época e por esse fato é atribuída a ele a grande virada da Filosofia.

Com a influência de Espinosa (apud DURANT, 1996) delineou-se um esboço da concepção do que o Estado se tornaria um aspecto discutido por teóricos da Ciência Política e ainda por tomar a forma a que chegou. A partir desse ponto a evolução foi rápida. Na terceira década do século XVII e com todos os fatos históricos, econômicos ocorrido chegou-se a Hobbes e o Leviatã; a ele pertence o mérito de ter sido o primeiro a definir o Estado como um homem artificial.

Conforme os empiristas Hobbes e Locke (apud OS PENSADORES, 2004) o Estado é o resultado de um pacto entre os cidadãos para evitar a destruição através da guerra de todos contra todos.

Na busca por respostas sobre a concepção de Estado, encontrou-se: dos direitos dos soberanos por instituição, o Leviatã de Hobbes (apud OS PENSADORES, 2004, p. 145):

Um Estado é instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles ou seja, de ser seu representante, todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens.

Por essa afirmação pode-se entender porque Hobbes coloca a sua crença no poder absoluto do Estado. No capítulo XVII, das causas, gerações e definição de um Estado. Conforme Hobbes (apud OS PENSADORES, 2004, p. 144):

Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.

Hobbes (apud OS PENSADORES, 2004), publica em 1651, *Leviatã, ou a matéria, a Forma e o Poder de um Eclesiástico e Civil*, na introdução o autor indica o caminho que pretende seguir, conforme Chevallier (2002, p. 145):

[...] a arte do homem [...] pode fazer um animal artificial [...]. Mais ainda, a arte pode imitar o homem, obra-prima racional da natureza. Pois é justamente uma obra de arte esse grande Leviatã que se denomina coisa pública ou Estado (Commonwealth), o qual não é mais do que um homem artificial, embora de estatura muito mais elevada e de força muito maior que a do homem natural, para cuja proteção e defesa foi imaginado. Nele, a soberania é uma alma artificial, pois que dá a vida e o movimento a todo corpo [...]. A recompensa e o castigo [...]. São os seus nervos. A opulência e as riquezas de todos os particulares, a sua força. *Salus populi*, a salvação do povo, e a sua função [...] a equidade e as leis são para ele razão e vontade artificiais. A concórdia é a sua saúde, a sedição sua doença, e a

guerra civil sua morte. Enfim, os pactos e os contratos que, na origem, presidiram a constituição, agregação e união das partes desse corpo político, assemelham-se ao Fiat ou façamos o homem, pronunciado por Deus na criação.

Desta forma nasce a essência do que se pode entender por conceito de Estado. Inicialmente surge um Estado Absolutista, pensado e defendido por Hobbes, como anteriormente foi citado. Para ele, o Estado soberano significava a realização máxima de uma sociedade civilizada e racional. Ele sustentou com argumentos que em estado natural, sem a sujeição política do Estado, os homens viveriam em liberdade e igualdade segundo sua natureza animal.

A compreensão é clara que somente o Estado, um poder acima das individualidades, daria por certo a segurança de todos. O egoísmo próprio do ser humano, como também a crueldade e a ambição gerariam conflitos sem fim que os levariam à destruição. Os homens percebendo esse estado de coisas fariam pactos entre si, contratos, que permitissem o bem comum. Com esse contrato nasce um Estado Absoluto, de poder absoluto.

Com o advento da Idade Moderna, veio a formação das monarquias nacionais, o Estado se fortalece e passa a significar a posse de um território em que o comando sobre seus habitantes é feito a partir da centralização cada vez maior do poder. A partir daí, apenas o Estado se torna apto para fazer e aplicar as leis, recolher impostos, ter um exército.

O Estado Moderno pode ser visto a partir de diferentes enfoques. A compreensão do Estado, ocorre quando se visualiza as transformações que aconteceram ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, com o aparecimento do capitalismo mercantil, fase inicial do capitalismo, considerado como um pré-capitalismo e a superação do modo de produção feudal. Especificamente, a transformação no modelo de produção determinou a redefinição do Estado.

Para a compreensão do enfoque Liberal, o Estado veio a constituir-se como um modelo vigente feito pela burguesia, classe que inicialmente colocava-se num degrau hierárquico, abaixo do clero e da nobreza, mas se assumia como um fragmento dirigente nos diferentes momentos do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, o Estado veio ao mundo quando a luta de classes já se encontrava em sua cumeieira e, devido a isso, tornou-se uma organização da classe economicamente mais forte, isto é, da classe dominante.

Este enfoque remete à ideia de que o Estado objetiva a realização do bem comum e que é neutro, ou seja, não assume posição política.

Entende-se haver aí uma contradição: o Estado como uma instituição política e que por estar acima dos interesses das classes sociais, é responsável pelo aperfeiçoamento do corpo social no todo mas, nem todos os críticos desta noção de Estado pensam assim: Enquanto existir Estado, não haverá liberdade: quando reinar a liberdade, não haverá mais Estado. (LENIN, 2007, p. 113). Até os dias atuais, o Estado não se configurou como um avanço que pudesse ser percebido pela sociedade como um todo.

Locke (apud OS PENSADORES, 2004) como precursor da ideia de sociedade civil, se constitui como o teórico da Revolução Liberal Inglesa. Com ele nasce o liberalismo político. Suas ideias políticas fecundam todo o século XVIII, dando o fundamento filosófico das revoluções liberais ocorridas na Europa e nas Américas. E no nascimento dessas ideias, não há uma oposição entre indivíduo/coletividade, uma vez que a coletividade é a soma dos indivíduos responsáveis por si mesmos e por extensão, responsáveis pela sociedade.

Entretanto Locke (apud OS PENSADORES, 2004) conserva o papel do Estado como moderador do social, seja na questão da coerção física, da garantia da segurança individual, como na função de administrador público. Na perspectiva do liberalismo não há ausência de Estado.

Muitos pensadores combateram o absolutismo e o inatismo das ideias e, obviamente, do poder. No entanto, parecem mais marcantes as de Locke. Para ele o homem é livre no estado natural, todavia, com receio de que um homem tentasse submeter o outro a seu poder absoluto, aí então, os homens passam a delegar poderes a um Estado, através de um contrato social, para que fossem assegurados seus direitos naturais, bem como a propriedade privada (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 13). Locke (apud SILVA JÚNIOR, 2002, p. 13) escreve, como um dos princípios do Segundo Tratado sobre Governo:

Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade exterior; e tudo tão-só em prol do bem público.

Mas este Estado, para Locke (apud OS PENSADORES, 2004), poderia ser feito e desfeito a qualquer tempo, como qualquer contrato, caso o

Estado/Governo não o respeitasse. É preciso que haja um Estado soberano que paire além dos indivíduos, portanto, que tenha maior impessoalidade que os soberanos anteriores.

Segundo Silva Júnior (2002, p. 14), no estado natural, para Locke, todos nascem iguais, racionais e em liberdade; as leis da natureza encontrar-se-iam igualmente nas mãos dos indivíduos, não existindo, ainda, o espaço comum, comunal. Os homens estabeleceriam sua identidade por meio da razão, com vistas à preservação da paz e dos direitos naturais dos outros.

No entanto, no estado natural, os direitos de igualdade, liberdade e propriedade, próprios desse Estado, poderiam ser ameaçados, dado que alguns homens favoreciam mais a si e a seus amigos, provocando, a partir de então, um estado de guerra. Isto contrariaria o estado natural, bem como esses direitos; disso deduz Locke a necessidade de superação, pelo homem, desse estado natural.

Compreende-se que o Estado não somente é a parte constituinte do liberalismo como o é a sua própria essência.

É Rousseau (apud DURANT, 1996, p. 251) quem consolida a concepção democrática, na qual os homens não podem renunciar aos princípios da *liberdade e da igualdade*. Na verdade são os gregos os fundadores da concepção de democracia.

O curso da história não se detém e esta concepção político-econômica passa por amálgamas que se traduzem em crises anunciadas e denunciadas por vários estudiosos.

A concepção, a função e as formas políticas como o Estado atua e se traduz em várias nomenclaturas como Welfare State, liberal democrático, neoliberal que ao fim e ao cabo redundam no cerceamento do cidadão. Embora a promessa seja alvissareira, independente de qual função exerça, ou seja, o Estado, enquanto corpo político e social, assume formas que na realidade são faces da mesma moeda.

Portanto, faz-se a seguinte pergunta: quais novas faces este novo/velho modelo assume?

1.2 O Estado neoliberal: nascimento e formas de assegurar suas funções

O debate acerca do modelo capitalista, que domina o cenário mundial há séculos, não se esgota neste texto. Tem-se alguns aspectos do capitalismo, como modelo político-econômico e como forma de realçar a função do Estado e sua relação com a sociedade civil como interessa à presente pesquisa e toda a discussão que se seguirá.

As crises de 1914 e a de 1929 colocaram em evidência que se o modo de produção capitalista fosse deixado livre em sua lógica anárquica, destrutiva e excludente a tendência era por em risco o próprio sistema. É dentro dessa compreensão e no contexto do ideário socialista e comunista a partir da Revolução de 1914 que a teoria de um Estado forte e interventor capaz de regular a demanda, oferecer subsídios e instaurar uma base planejada de desenvolvimento ganha força. São as teses keynesianas que assumem ampla adesão após os anos de 1930.

A tese de Keynes era de que essa liberalização imediata impediria o funcionamento eficaz de políticas econômicas capazes de atender a objetivos nacionais, como vieram a ser a construção do Welfare State nos países europeus ou o desenvolvimentismo na periferia latino-americana. A morte de Roosevelt e a ascensão de Truman devolveu o poder aos bancos entre 1945 e 1947, quando houve uma tentativa de acelerar a liberação, a conversibilidade das moedas, levando Londres e o resto da Europa a uma crise cambial em 1947, com a escassez de dólares que haviam emigrado em direção ao mercado americano.

Chauí (2001) escreve que a certidão de nascimento do neoliberalismo foi a crise capitalista do início dos anos de 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação.

Considerando que as teorias de intervenção estatal começam a se desgastar em função das freqüentes dificuldades dos Estados em arcar com as responsabilidades assumidas (citando como exemplos o déficit público, crise fiscal, inflação e instabilidade social), dentre tantos problemas enfrentados pelos países, são considerados justificativas suficientes para a limitação da ação assistencial do Estado.

A crise que abriu as portas para o neoliberalismo foi aquela ocasionada pelo fracasso da forma de regulação social keynesiana, denominada Estado de

Bem-Estar Social ou regulação social fordista, que se caracteriza por uma intensa e progressiva intervenção planejada da economia para evitar a desordem produzida pelo mercado.

Mas, como nasce a expressão que dá lugar a um reordenamento político econômico mundial, o neoliberalismo?

Neoliberalismo é um termo e um nome que os socialistas deram para a reemergência do liberalismo nos anos 70 e 80 do século XX.

Chauí (2001, p. 17) escreve que:

O chamado neoliberalismo corresponde ao momento em que entra em crise o Estado de Bem-Estar, de estilo keynesiano e social-democrata, no qual a gestão dos fundos públicos era feita pelo Estado como parceiro regulador econômico, que operava a partir da idéia e da prática de planejamento econômico e da redistribuição da renda por meio de benefícios sociais conquistados pelas lutas sindicais e populares dos anos 1930-1940.

Os partidários do neoliberalismo defendem a instituição de um sistema de governo em que o indivíduo tem mais importância do que o Estado e de que tanto menor a intervenção do Estado nos diversos setores da economia, melhor para os indivíduos, os quais poderão progredir e se desenvolver para o bem da sociedade.

Esta orientação, que não é nada inovadora, se caracteriza pela valorização da competição entre os indivíduos. Todos terão amplo acesso ao que venderem e produzirem num mercado o mais amplo possível; da sociedade que define o seu nível de consumo ou quanto poderá poupar para custear suas despesas na velhice; família com liberdade para escolher seus médicos e os professores de seus filhos.

Carvalho (2003, p. 3) delinea que o neoliberalismo surgiu após a segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte nos países capitalistas centrais. Pode-se dizer que sua origem esteve relacionada ao texto o *Caminho da Servidão* de Hayek, escrito em 1944, uma espécie de reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. A promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais deram origem a um acordo e dessas deliberações nasceram as instituições gêmeas: o Banco Mundial (BM) em 1945 e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1946.

A discussão mais acirrada deste modelo gira em torno da competição econômica em escala mundial como elementos reguladores e promotores da eficiência. Alguns questionamentos se impõem, como por exemplo: e os países que

não conseguiram este grau de eficiência? As famílias que não tem dinheiro para escolher os médicos e os professores para seus filhos?

O ideário passou a ganhar notoriedade com a crise do modelo econômico, em 1973, na qual se combinaram baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Em 1979, foi eleito, na Inglaterra, o primeiro governo disposto a implementar o programa neoliberal seguido de outros países avançados na década de 1980.

A crítica inicia-se pelo ataque ao Estado de Bem-Estar do pós-guerra e sua concepção keynesiana de intervenção pública na economia. A tese principal é a do Estado mínimo, na qual o mercado é o mais eficiente mecanismo de alocação de recursos. O esvaziamento do Estado deve ser feito em seu tamanho, papel e funções.

A origem e como, quando se afirma a existência de governos neoliberais, lembrando que o prefixo neo, não significa nada de novo, nem uma nova corrente do Liberalismo, mas a aplicação de certos preceitos em certo contexto histórico. As origens do que hoje se chama neoliberalismo, ou no mínimo os aportes teóricos do que vem a ser neoliberalismo, remetem a dois nomes da teoria política-econômica, Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman.

Com as idéias desses pensadores o mundo começa a tomar consciência que um novo direcionamento político-econômico vai tomando forma, a sociedade começa a sentir um Estado desigual, em larga medida, de recursos escassos. Ao fenômeno de ressuscitamento dos princípios liberais do início do século XX, muitos chamam de neoliberalismo.

Como se afirma na prática o neoliberalismo? A inconstância econômica começa a se manifestar no fim da década de 1960 e surge com força na década de 1970, ocasionada por dois choques sucessivos nos preços mundiais do petróleo, o que acabou por tornar claro que seria impossível sustentar a maioria das conversibilidades pretendidas.

A solução que propunham para a crise seria a redução gradativa do poder do Estado, com a diminuição generalizada de tributos, a privatização das empresas estatais e redução do poder do Estado de fixar ou autorizar preços. Este momento foi vivido pelos brasileiros, quando as ações praticadas por um governo neoliberal (governo Fernando Collor de Melo, governo Itamar Franco e governo Fernando Henrique Cardoso) se tornam mais presentes em suas vidas.

O aumento da pobreza na sociedade brasileira é motivo de preocupação entre os pensadores brasileiros, servindo de plataforma política para alguns.

Esse objeto de preocupação, que é a pobreza, aparece em discursos políticos, Machado (2001, p. 15):

[...] está-se gerando uma espécie de lixo humano que é sustentado pelo setor que mais produz, acarretando uma série de efeitos negativos do ponto de vista da criminalidade, de anomia, de desorganização e deterioração da personalidade, etc..

O dono deste discurso é o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, no livro *A virada do século*, publicado em 1987, que na década seguinte, assume a presidência do país. Seria a síndrome da profecia auto-realizadora? Termo utilizado na discussão pedagógica quando se trata da avaliação do rendimento escolar cuja antecipação de fracasso soa como uma profecia.

1.3 O Estado brasileiro e o neoliberalismo: formas de atuação

Desde 1990, de forma mais exarcebada, o país adota políticas neoliberais, a partir do governo de Fernando Collor de Mello, em que a adoção do neoliberalismo passa a vigorar no Brasil. O debate se concentra e ocorre na esteira do questionamento do papel do Estado como instância – chave no processo produtivo.

Sanches (1997, p. 103) afirma que a solução neoliberal, que no início dos anos de 1980 se tornou hegemônica nos países de capitalismo avançado, chegou à América Latina na segunda metade das décadas dos anos 80 e no início dos anos 90 do século XX.

Os governos latinos, incluindo Collor, representaram *a virada continental rumo ao neoliberalismo*, conforme se lê em Sanches (1997). No caso brasileiro houve uma inconsistência por parte do governo, adiando a implantação do projeto burguês para 1994.

O Brasil passou por uma tremenda reviravolta na entrada da década dos anos de 1990. Após quase três décadas, finalmente um presidente civil seria escolhido pelo povo. Mas, em apenas três anos, o que parecia inacreditável aconteceu: o país que se mobilizou pela eleição de um candidato retirou-o do comando, num movimento conhecido como *impeachment*.

Candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor é eleito no segundo turno. A campanha destacava a juventude do caçador de marajás, expressão atribuída ao futuro Presidente da República brasileira.

O presidente tinha como meta eliminar a inflação de 80% ao mês. Reduziu ministérios, demitiu servidores públicos e anunciou um plano econômico conhecido como Plano Collor, que estabelecia o bloqueio, por 18 (dezoito) meses, das contas correntes e poupanças que excedessem 50 (cinquenta) mil cruzeiros.

Essas ações provocaram reações da sociedade. Milhares de estudantes usaram preto e fizeram passeatas em dez capitais sendo chamados de caras – pintadas. Com esse movimento a sociedade passa a exigir o *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Depois de passar pela experiência da ditadura militar, o povo brasileiro elege democraticamente um presidente e se decepciona.

Com o *impeachment* do presidente Collor, assumiu interinamente, Itamar Franco, o papel de chefe de Estado e chefe de governo em 2 de outubro de 1992 e o papel de Presidente da República em 29 de dezembro de 1992. Em seu governo foi realizado um plebiscito sobre a forma de governo, o resultado garantiu a permanência da república presidencialista no Brasil.

A partir das eleições presidenciais de 1994, assume o governo do País, em 1995, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso com uma política econômica que em quase nada favoreceu o Brasil. Como sinônimo dessa atuação pode – se elencar uma série de decisões, tais como juros altos, privatizações, déficit público, recessão econômica, abertura ao capital estrangeiro, garantia de pagamentos dos juros de empréstimos aos organismos como o FMI, a péssima distribuição de renda, o desemprego, a falta de políticas sociais, a saúde, a vida do homem trabalhador e outras questões pertinentes, as quais levaram o país a uma estagnação econômica.

Para analistas da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um desmonte da nação, um desastre social.

Afirma Torres (2003, p. 274), que governos neoliberais promovem ações tais como mercado aberto, livre-comércio, redução do setor público, diminuição da intervenção do Estado na economia e desregulamentação dos mercados tomados como ideologia de sustentação ao capitalismo.

No contexto dos países em desenvolvimento, o neoliberalismo tem sido filosófica e historicamente associado a programas de ajustes estrutural, iniciados em razão de pressões locais ou internacionais. O ajuste estrutural é definido por um

conjunto de programas, políticas e condições recomendadas pelo BM, FMI e outras agências financeiras.

Em linhas gerais e em decorrência das políticas neoliberais adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, o ensino superior sofreu o maior impacto em termos de políticas públicas, a começar pelo sucateamento das Universidades públicas e pelos cortes de verbas.

Não houve abertura de concursos para professores e técnicos administrativos; deu-se a continuidade da expansão do ensino superior privado, iniciado na década de 1970; a destinação de verbas para as faculdades particulares; multiplicação das fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e por ausência de uma política efetiva de assistência estudantil. Em síntese, esse é o retrato das ações governamentais.

O Projeto Prata da Casa se insere na UFMA exatamente no momento em que essas políticas são implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por duas agendas principais: a estabilização monetária e as reformas constitucionais. Outras ações importantes levadas a cabo pelo Executivo articularam-se e entrelaçaram-se a essas duas agendas. É o caso das privatizações, da reforma do sistema financeiro e do acordo da dívida dos Estados. (BIONDI, 1999).

É preciso lembrar ainda, que a reforma universitária nos moldes propostos pelos organismos internacionais e pelo Governo Federal, não foi implementada na sua totalidade, graças à ação dos movimentos sociais organizados por estudantes, professores e técnicos.

No apagar das luzes do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, não se observou grandes mudanças em relação ao primeiro governo, mas também não se pode dizer que foi um governo totalmente neoliberal. Houve tentativa de acertos e algum avanço se pôde notar em detrimento de outros. É com base nessas questões que se examina, aqui, as reformas dos programas sociais brasileiros implementadas ao longo dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

A melhoria de fluxo no Ensino Fundamental e Médio, mesmo que abaixo das expectativas, teve impacto no ensino superior. A meta de ampliar em 30% a matrícula foi atingida. Foram mais de 3 milhões de alunos matriculados em todo o

sistema, incluindo instituições públicas e privadas e acima da previsão que era de dois milhões e setecentos mil alunos matriculados. Justifica-se: houve uma abertura indiscriminada do ensino privado.

Apesar disso, Fernando Henrique Cardoso ficou a dever a ampliação do programa de crédito educativo, que não alcançou a meta de beneficiar 15% dos alunos de faculdades privadas. O programa de crédito educativo, contemplou até o final do segundo mandato menos de 10% dos cerca de 2 milhões de alunos que estudam em instituições privadas.

Draibe (2003, p. 64) esclarece que:

[...] em relação às universidades públicas federais, a meta de ampliar o número de vagas em 40%, alcançando 560 mil alunos em cursos de graduação em 2002, foi outra que ficou só na promessa. A matrícula nas federais cresceu abaixo dos 10% exigidos para atingir a marca pretendida. O que melhorou foi a qualificação do corpo docente.

Os efeitos sociais provocados por estes ajustes e reformas, impostos pelos agentes financeiros internacionais para proteger interesses econômicos, são brutais e perversos, enormes contingentes populacionais são excluídos e perdem vários benefícios essenciais já citados anteriormente.

Figueiredo (2005) amplia o debate e coloca que na perspectiva de programar tais ajustes e reformas, o então Ministro da Educação do Governo de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato Souza, pronunciou-se, no ano de 1996, sobre os três pilares de sua política para reforma Universitária, que trazem em si as recomendações do Banco Mundial, a saber: a) (Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); b) Autonomia Universitária; c) Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência/GED).

Tais pilares apontam para a consolidação do projeto neoliberal que tem a sua maior expressão nas propostas apresentadas para autonomia universitária, que em resumo consolidam a intenção de privatização da universidade pública brasileira, descomprometendo o Estado com o seu financiamento.

Contudo, pode-se observar que a reforma universitária gestada e implementada na década de 1990 no Brasil, encontra-se articulada a outras reformas (Estado, Previdência, Trabalhista e Sindical) para ajustes estruturais e seguem as diretrizes dos organismos multilaterais, sendo elas:

- a) proliferação das instituições privadas de ensino superior e as vagas delas decorrentes;

- b) ofertas do ensino superior, regida basicamente pela demanda do mercado;
- c) diminuição do financiamento estatal para as universidades públicas, d) incremento das receitas das universidades, através da contribuição dos estudantes e vendas de serviços;
- e) desenvolvimento das assistências técnicas (consultorias), como nova função acadêmica, vinculando assim a universidade a setores produtivos, em busca de captar recursos privados;
- f) utilização dos concursos vestibulares, como nova forma de acesso a recursos públicos;
- g) não abertura de concurso público. Com isso o governo flexibilizou as formas de contratação (contrato temporário), ações que prejudicaram o funcionalismo público.

Inobstante a promessa de definir e programar a autonomia universitária plena, que engloba os aspectos administrativos e financeiros, não avançou. Parcialmente cumprida ficou a meta de investir na melhoria dos laboratórios, equipamentos e bibliotecas das instituições federais.

Propõe-se a contribuir com esta reflexão fazendo uma abordagem preliminar acerca da Universidade, um pouco de sua história, a Universidade brasileira e seu nascimento tardio e a Universidade Federal do Maranhão.

A partir desses pressupostos, a necessidade de fazer uma incursão pela Universidade, como instituição promotora da cultura elaborada pela sociedade, com o objetivo de esclarecer como e porque o Projeto Prata da Casa se insere na UFMA, em que circunstâncias isso se dá, se a ação do projeto desenvolvida no âmbito acadêmico-científico causou algum impacto.

O discurso governamental brasileiro sobre a necessidade de modernizar a universidade tem como pressuposto a existência de concepções consensuais sobre a educação e seu papel na sociedade.

Estas reflexões foram necessárias para compor o contexto sócio-político e econômico característicos da Universidade em que se deu a inserção do Projeto Prata da Casa.

2 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE MEMÓRIA

“O século XIII é o século das universidades porque é o das corporações. Em cada cidade onde existe um ofício agrupando um número significativo de membros, estes se organizam para a defesa de seus interesses e a instauração de um monopólio em seu proveito. Esta é a fase institucional do desenvolvimento urbano, que materializa em comunas as liberdades políticas conquistadas, e em corporações as posições adquiridas no domínio.” (LE GOFF, 1973, p. 59).

As Universidades nasceram na Idade Média no contexto de um intenso processo de transformações na esfera da produção, da economia, da vida social, da cultura, que se concretizou, sobretudo nas cidades, de laicização da existência humana nas esferas coletiva e pessoal, de crescimento demográfico, de afirmação das igrejas.

Ao nascer no século XII, a Universidade logo se identifica com sua sociedade e sua cultura, tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval. Com o correr dos tempos, antes mesmo de terminada a Idade Média, a instituição entra em decadência, cristaliza-se nas formas de um saber ultrapassado e não compreende o espírito criador dos tempos modernos, representado pelo Renascimento, o Humanismo e a nova ciência experimental que desponta nos séculos XVI e XVII. A universidade permaneceu praticamente à margem desse pujante movimento de ideias que caracteriza a modernidade européia e pouco contribui para o processo cultural durante esse período.

Destarte a Universidade, enquanto Instituição que pesquisa, que busca, produz conhecimento longe está, na realidade, de poder cumprir sua magna tarefa, por carecer, muitas vezes, das condições objetivas. E isto se sucede porque a Universidade se encontra inserida em contextos históricos e sócio-econômicos diferentes que lhe imprimem as mais variadas orientações.

Em alguns deles, nem sequer é imaginável a sua existência, ao menos com as características apontadas, em outros, vê-se irremediavelmente sujeita a influências que lhe são estranhas ou secundárias, constituindo frequentemente instrumento político na mão de governos democráticos ou não-democráticos.

2.1 A Universidade: breve histórico

Ao lançar um olhar para a dimensão espaço-temporal da instituição universitária pode-se distinguir uma história em períodos distintos na visão de diversos autores.

Le Goff (1973) aparece em primeiro plano, porque traduz o surgimento e a afirmação da Universidade. Segundo Coelho (2005, p. 53) o termo latino *universitas*, significava na Roma antiga, a universalidade, a totalidade, o todo, o universo, o conjunto das coisas, o colégio, a associação ou a comunidade das pessoas.

Em relação à Universidade no contexto brasileiro, sabe-se que Portugal incentivava as elites da época do Brasil-colônia a buscar seus estudos superiores na Europa. Havia resistência tanto por parte de Portugal, reflexo da política de colonização da Coroa portuguesa, como também por parte dos brasileiros que não viam razão na criação de universidade aqui no Brasil, vez que os filhos da elite local podiam se deslocar e buscar outros espaços, como por exemplo, Coimbra, considerada a primeira universidade brasileira.

Segundo Trindade (1999, p. 6) os períodos da idade da universidade como instituição promotora do saber científico, seguem-se desta forma:

O primeiro, do século XII até o Renascimento, é o período da invenção da universidade em plena Idade Média, no contexto de um intenso processo de transformação na esfera da produção, da economia, da vida social, da cultura. Nesse período se constitui o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, que se implanta por todo território europeu sob a proteção da Igreja romana.

No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais, há a influência do humanismo literário e artístico, cujo florescimento ecoa nas repúblicas urbanas italianas e se estende para os principais países da Europa do centro e do norte e sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma.

A partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do século XVIII, com a valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosa e o início da Revolução Industrial inglesa, a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX.

O quarto período que institui a universidade moderna que valoriza a pesquisa começa no século XIX e se desdobra até os dias atuais introduzindo, também, uma nova relação entre Estado e universidade, esta, transforma-se em importante instrumento de progresso técnico.

Conforme Verger (1990) são identificados os quatro objetivos fundamentais da Universidade. Na Idade Média, a incessante luta pela independência em relação à Igreja e a relativa ausência de autoridade escolástica proporcionaram um estado de equidade e liberdade, e de desinibida discussão das questões sociais e políticas.

Notadamente a Universidade, nesse período, preservou a formulação do pensamento crítico, considerada a mais antiga e arrojada de suas missões. As escolas estavam inteiramente nas mãos da Igreja e viviam, tanto pela organização quanto pelas matérias ensinadas, baseadas em princípios colocados na época carolíngia (período em que as artes, a cultura literária são reavivadas por Carlos Magno). Portanto, não havia escola que não estivesse ligada a um grande estabelecimento religioso, mosteiro, catedral.

No Renascimento, com o surgimento da imprensa, com a autoridade da palavra escrita e com a recuperação da cultura greco-romana, a Universidade assume um novo papel, o de guardião das tradições e da cultura de seu povo.

Com o advento da Revolução Industrial, a Universidade incorpora uma nova fase e se coloca ao lado das Ciências Exatas e da Tecnologia, com abertura de espaço para a pesquisa. Com tais características esta Instituição passa a assumir outras funções, quais sejam a promoção do bem-estar humano, da ampliação do conhecimento e do controle da natureza pelo homem (profissionalização).

Mas é em Boto e Stange (1995) que se encontra uma explicação mais detalhada da gênese das universidades. As autoras citam Verger (1990) para mostrar que a primeira geração das universidades, na época medieval, surge antes de 1250 e que se destacam em nível ou estilos paralelos:

Universidades espontâneas: Tendo Bolonha e Paris como exemplos típicos, são aquelas que surgem, de fato, autônomas perante o poder régio e papal. São organizações de ensino estruturadas de modo corporativo, alheias às injunções e determinações de instâncias locais, centrais ou espirituais.

Universidades nascidas por migração: Eram aquelas que surgiam como resultado do fracionamento das anteriores, ocorrendo migração de mestres e doutores.

Universidades criadas: segundo Jacques Verger, este modelo já revela uma atitude bastante diferenciada das anteriores vinda a sobressair-se

fundamentalmente a partir da crise do séc. XIV. (VERGER, 1990 apud BOTO; STANGE, 1995, p. 120).

Em resumo, a Universidade moderna tem quatro finalidades básicas: promoção do pensamento crítico; a preservação da cultura e da identidade nacional; a ampliação e expansão das fronteiras do conhecimento técnico-científico e, finalmente, o compromisso com a melhoria da qualidade de vida.

Durante esse percurso histórico, a Universidade exerceu várias atividades como forma de alcançar os objetivos mencionados acima, cujas atividades são enquadradas em três categorias: ensino, pesquisa e extensão.

Ao desenvolver qualquer um dos objetivos pretendidos, o que justifica a Universidade é a procura e o cultivo do saber, a formação de seres humanos que a todo o momento possam inserir-se de modo crítico, rigoroso e criativo na existência social, no mundo do trabalho, não o mundo do trabalho alienante que o modo de produção capitalista apresenta, mas uma outra realidade possível, contribuindo de forma significativa para transformá-lo.

Segundo Coelho (2005, p. 55) como instituição que cultiva o trabalho da razão e da formação humana, a Universidade se institui e se auto-justifica à medida que faz a crítica da sociedade, da cultura, da existência humana, dos conceitos, dos saberes, das idéias, das teorias, dos métodos e da prática.

O mesmo autor lembra que a universidade não pode perder de vista a formação humana. Sem essa finalidade ela se transforma, ficando à mercê dos ditames do capital, formando profissionais para ingresso imediato no mercado de trabalho e será ainda capaz de formar eruditos pesquisadores que atendam aos objetivos do Estado.

Essa concepção, da qual o autor fala, remete à reflexão de que a Universidade só se enquadrará no modelo democrático se realmente houver a participação, a autonomia, a democratização do saber, o respeito à autonomia de pensamento, a reflexão, a crítica.

A transição da Universidade para o século XXI foi marcada por inúmeros desafios e mudanças tão velozes e radicais na vida dos cidadãos, exigindo das instituições novas formas de pensar seus contextos, como por exemplo, a universalização do acesso e a flexibilização do sistema de Ensino Superior para atender às novas demandas do mercado de trabalho e das relações entre as pessoas.

Neste complexo contexto, o que esperar da Universidade brasileira? Por que a Universidade brasileira é chamada por Cunha (2007c) de universidade temporã? Busca-se a seguir, compreender o cenário político, histórico e econômico da universidade em terras brasileiras.

2.2 A Universidade brasileira: a Colônia, o Império e a República

Apresenta-se, aqui, alguns dos aspectos de criação da universidade brasileira desde os tempos do Brasil Colônia, até os contextos mais próximos e atuantes em termos de universidade que se relacionam com a atuação do Prata da Casa na Universidade Federal do Maranhão.

O marco histórico da educação brasileira é a chegada aqui no Brasil dos jesuítas, considerados os primeiros educadores. Com eles é inaugurada uma concepção de educação, com propósitos diversos do que a recém descoberta colônia precisaria. Os objetivos dos jesuítas proclamadamente expressos no documento *Ratio Studiorum*, trouxeram uma semente do que poder-se-ia chamar de universidade nas terras tupiniquins.

Com esses autores, Cunha (2007c), Romanelli (1984), Teixeira (1989) e Trindade (1999), pôde-se constatar alguns aspectos do nascimento conflitante, por vezes intrigante, do que tardiamente se chamaria universidade brasileira. Pode-se afirmar com base na historiografia brasileira, que o primeiro período de discussão de dados e fatos históricos na tentativa de criação da universidade brasileira, vai da Colônia à era Vargas; o segundo percorre o espaço de tempo que se inicia na república populista e o terceiro, com a instauração do golpe militar.

Essas observações em termos históricos tiveram como base os textos de Cunha (2007a, 2007b, 2007c) em *A Universidade Temporã*, *A Universidade Crítica* e *A Universidade Reformanda*.

Contrariamente aos países da América Latina que foram colonizados por espanhóis, o Brasil agiu tardiamente em relação à criação de cursos superiores.

Conforme Oliven (2002, p. 32) quando esclarece sobre o início do sistema de educação superior:

Com relação às suas origens e características, o desenvolvimento do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso

atípico no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde. Para graduarem-se, os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses nascidos no Brasil, tinham de se deslocar até a metrópole.

Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo da Companhia de Jesus: os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais. Nesses últimos, era oferecida uma educação medieval latina com elementos de grego, que preparava seus estudantes por meio dos estudos menores, a fim de poderem freqüentar a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Fávero (1980) e Luckesi (2005) se aproximam na discussão sobre a universidade brasileira. Essa universidade, confiada à ordem Jesuítica, no século XVI, tinha, como uma de suas missões, a unificação cultural do Império português.

Dentro do espírito da Contra-Reforma, acolhia os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, visando a desenvolver uma homogeneidade cultural avessa a questionamentos à fé Católica e à superioridade da Metrópole em relação à Colônia. A Universidade de Coimbra, no dizer de Anísio Teixeira, foi a primeira universidade para os brasileiros e nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos da história da educação brasileira, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.

A implantação de um sistema universitário no Brasil refletiu o contexto sócio-político e econômico das diversas fases da sociedade brasileira. O conflito de interesses entre os vários segmentos, governo, intelectuais, mercado e a população a ser letrada culturalmente começou na Colônia e prosseguiu no Império, intensificando-se na República e continua em processo de transformação/inação até os dias atuais. Em relação ao começo de tudo, segue-se com Cunha (2007b, p. 22):

O descobrimento do Brasil deu-se no bojo de um amplo processo de expansão econômica e política de certos estados europeus, principalmente Espanha, Portugal, França, União das Províncias dos Países Baixos e Inglaterra, buscando fora de suas fronteiras mecanismos de superação das limitações das relações sociais feudais. Essas relações impediam o pleno desenvolvimento da economia capitalista, mantendo os privilégios da nobreza, impedindo a livre produção e contratação da força de trabalho, levantando restrições ideológicas à acumulação de capital.

Compreende-se a verdadeira causa da colonização dos países da América Latina, como uma forma de intensificar a acumulação primitiva do capital, e acelerar o processo de formação dos estados nacionais centralizados.

Seja em nível de educação básica, seja em nível de educação superior, a educação brasileira começa com os padres jesuítas em 1549. Com eles houve a intenção de implantar uma universidade no país, especificamente na Bahia em 1572, sendo proibida pela Coroa Portuguesa.

A instalação dos primeiros cursos superiores no Brasil se deu com a chegada de D. João VI e sua transferência forçada para o Brasil, em 1808. Várias decisões precisaram ser tomadas, não em prol da colônia, mas visando o bem estar dos visitantes nobres.

Os cursos não tinham um caráter propriamente acadêmico e eram destinados a preparar engenheiros e cirurgiões militares em Salvador e no Rio de Janeiro, em última análise, foram sementes para a criação do ensino universitário no Brasil. As escolas de Salvador, exemplificando, transformaram-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1832.

A prioridade do príncipe-regente não era a cultura e sim atender às necessidades de uma iminente guerra, haja vista Portugal se encontrar em meio a uma invasão por Napoleão e essa invasão poderia se estender até a colônia.

A Coroa imaginava um longo período de conflitos e se tornava urgente preparar as defesas, formando os cadetes e gente de conhecimento de estratégia bélica, por meio da Academia Real da Marinha, em 2 de abril de 1808, considerada a primeira faculdade do Brasil. Quando chegou na Bahia, Dom João VI, então Príncipe Regente, recebeu a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma universidade no Brasil; para tanto, dispunham-se a colaborar com uma significativa ajuda financeira.

Em vez de universidade, Salvador passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foram criados, nessa cidade, uma Escola de Cirurgia, além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes, bem como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico.

Para Cunha (2007b, p. 19), o primeiro período da história da Universidade no Brasil, corresponde ao da Colônia, iniciando-se em 1572, data de criação dos

cursos de Artes e Teologia no colégio dos jesuítas da Bahia, que para o autor possivelmente tenha sido o primeiro curso superior do Brasil, estendendo-se até 1808, quando acontece a vinda da família real para o Rio de Janeiro.

Ao findar o século XVI, havia seis universidades na América Latina e nenhuma no Brasil. Há um consenso entre os historiadores em afirmar o retardamento de uma universidade no Brasil. A opção era política. O governo português incentivava as elites da época a procurarem a Europa para fazer estudos superiores.

A decisão portuguesa foi uma questão de interesses políticos, justificando assim a dependência não só econômica quanto cultural e científica da Colônia à Coroa portuguesa.

De um lado, a coroa tinha interesse única e exclusivamente na comercialização das riquezas brasileiras e, de outro, os comerciantes iletrados não possuíam hábitos de cultura. Ao contrário das colônias hispânicas, as quais visavam o lucro, mas permitiram que seus povos frequentassem os estudos superiores desde o início, porque os povoadores espanhóis, no geral, eram da baixa nobreza ou da pequena burguesia, daí o interesse pela educação, pois como é sabido, saber é poder.

Para ilustrar esse momento, Cunha (2007b, p. 16) esclarece que:

Um argumento frequentemente repetido é o de que Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de modo que mantivesse a colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes. De um lado, a coroa concedia bolsas para brasileiros irem estudar em Coimbra, mas não queria que esses estudos fossem feitos aqui. Em 1800, por exemplo, a coroa instituiu como prêmio quatro bolsas de estudos para jovens brasileiros em Coimbra: duas em Matemática, uma em Medicina e outra em Cirurgia.

O entendimento passa a ser o de que essa dependência em relação à coroa mantinha as colônias seguramente vinculadas e dependentes. Anísio Teixeira em seu livro, *Ensino superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969* (1989) admite ser Coimbra a primeira universidade brasileira.

Outros autores como Cunha (2007b), Fávero (1980), Luckesi (2005) e Oliven (2002) não sustentam esse argumento, de que a coroa não tivesse interesse em fundar estudos superiores na colônia.

Enquanto no restante da América os espanhóis encontraram povos de cultura superior o que dificultou a disseminação da cultura dos colonizadores, no

Brasil, seus habitantes foram considerados primitivos, com baixo nível de civilização, tornando-se mais fácil a divulgação da cultura européia.

Cunha (2007b) aponta ainda outros argumentos para esse desnível entre a colônia portuguesa e a colônia espanhola. Enquanto que na Espanha do século XVI, havia Universidades consagradas, em número de oito, e já famosas como a de Salamanca, Portugal dispunha apenas de uma, que era a de Coimbra e depois a de Évora, considerada de pequeno porte pelo autor. Esse aspecto se refletia em número de docentes em uma e outra metrópole levando Portugal a não dispor de recursos docentes para a colônia.

A partir do debate proposto pelos autores em relação à criação de uma universidade no Brasil, percebe-se que são séculos de luta e intensos conflitos, de um lado a colonização portuguesa que impunha sua ideologia e de outro o povo brasileiro sem ter um projeto político que viesse beneficiar a todos que aqui habitavam.

Passam-se os anos de Brasil-colônia, chega o momento histórico em que o Brasil se torna Império. Neste espaço de tempo houve alguma mudança. Segundo Fávero (1980, p. 34):

Fizeram-se sentir modificações apenas com a criação dos cursos jurídicos, em 1827. Os mesmos foram instalados no ano seguinte: um, em primeiro de março de 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo e, outro, no mosteiro de São Bento em Olinda, em 15 de maio daquele ano. Para Roberto Moreira, estes dois cursos passaram a ter grande importância e influência na formação das elites e da mentalidade política do Império.

Esses cursos contribuíram sobremaneira, para a disseminação de novas idéias filosóficas, de movimentos literários, de debates e discussões culturais que interessavam à sociedade da época do Império.

A República proclamada adota o modelo político americano baseado no sistema presidencialista.

Com a República, permanece sem grandes mudanças o quadro da educação superior no Brasil em detrimento de outros. A década de vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista (1922), a Revolta Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

No que se refere à educação, foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

O clima desta década propiciou a tomada do poder por Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições por Julio Prestes, em 1930.

A característica tipicamente agrária do país e as correlações de forças políticas vão sofrer mudanças nos anos seguintes o que trará repercussões na organização escolar brasileira. A ênfase literária e clássica da educação tem seus dias contados.

Concorreu também para que não houvesse mudanças mais substanciais, a influência do pensamento positivista no grupo de oficiais que proclamou a República.

Fato este que contribuiu, excessivamente, para o atraso na criação de universidades no Brasil. Como instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente, a universidade era considerada, pelos líderes políticos da Primeira República (1889-1930), uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo.

Na primeira década do regime republicano, surgem alguns cursos superiores isolados, oficiais e particulares, como as Faculdades de Direito de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; as escolas de engenharia do Recife e Mackenzie, em São Paulo (1896), considerada a primeira instituição superior particular, as escolas politécnicas de São Paulo e da Bahia; Fundação do Comércio Álvares Penteado, com cursos voltados para administração em 1902; a faculdade de Medicina de Porto Alegre. Além dessas iniciativas, são citados outros casos que Cunha (2007b) chama de Universidade *temporã* (tardia).

Surge em 1909, a Universidade de Manaus, a primeira com condição de universidade, mas de breve existência, extinta em 1926. A universidade do Paraná, criada com o apoio do governo estadual e depois extinta, sobrevivendo alguns cursos livres como o de medicina, engenharia e direito sendo incorporados à Universidade Federal do Paraná em 1950.

Neste percurso histórico, encontra-se uma única vez, nos escritos de Cunha (2007b, p. 35), o nome do Maranhão citado e atrelado às iniciativas religiosas

da Igreja Católica: O Colégio do Maranhão iniciou os estudos superiores pelo curso de teologia, em 1688, só mais tarde organizado o curso de Artes, funcionando sempre que havia certo número de interessados.

A primeira Universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1822). Resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades.

Comentava-se, à época, que uma das razões da criação dessa Universidade, localizada na então capital do país, devia-se à visita que o Rei da Bélgica empreenderia ao país, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, havendo interesse político em outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa. O Brasil, no entanto, carecia de uma instituição apropriada, ou seja, “uma universidade”, nos dizeres de Fávero (1980, p. 36).

Prossegue Oliven (2002, p. 38) durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas 9 (nove) universidades religiosas, 8 (oito) católicas e 1(uma) presbiteriana. Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938, um elemento importante para a sua organização.

Para Luckesi (2005, p. 34) a partir de 1930 inicia-se o esforço de arrumação e transformação do ensino superior no Brasil. O ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se de universidade.

Para Cunha (2007a, p. 18), a criação do Ministério da Educação (1930), e a criação/decretação do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) fecham o período de evidencia da orientação positivista no ensino superior e abrem novas perspectivas para o debate que se pretende discutir no próximo tópico.

2.3 Da crítica à Universidade crítica: da queda ao golpe e do golpe à abertura política

São cinco séculos de história. Nesses mais de cinco séculos de existência de um país marcado por contradições, vicissitudes, a Universidade brasileira tenta ao longo de sua história cumprir seu papel na sociedade.

Até mais ou menos 1960, continua-se com os agrupamentos de escolas e faculdades.

O período de breve relato historiográfico da Universidade brasileira, que vai do período da queda do Estado Novo ao golpe militar de 1964, traz aspectos em termos de conhecimento, uma verdadeira arquitetura do que viria ser a universidade brasileira nos dias atuais.

Muito do que aconteceu na história do ensino superior brasileiro, é desconhecido da maioria dos brasileiros, inclusive do pessoal docente que está em exercício nas salas de aula das universidades. Existe uma lacuna nos cursos de formação de professores, no que diz respeito à história de criação do sistema de ensino superior.

Esse esvaziamento é percebido quando se é colocado frente à frente com a necessidade de formação continuada, ocorre a descoberta que nem tudo foi informado, nem tudo foi estudado, existindo assim uma “face oculta” da educação superior no país, que se reveste apenas de fatos, dados, datas e nomes históricos, esvaziado do por que e do para que.

De acordo com Cunha (2007a, p. 290) por variados motivos a existência da universidade é negada. Para ele, negaram-na os colonialistas, os ilustrados e os positivistas da República.

O ensino superior brasileiro atravessou séculos suportados por faculdades isoladas. Descontando as tentativas frustradas, só em 1920 três faculdades foram reunidas para gerar a Universidade do Rio de Janeiro, inaugurando um padrão até hoje mais freqüente de gênese de universidades. Na segunda metade dos anos de 1950 e na primeira metade dos anos de 1960, o esforço da União em subsidiar estabelecimentos particulares levou à federalização e, daí, à fusão, em universidades, dos estabelecimentos mantidos pelo governo federal.

No percurso da história depara-se com um período bastante nebuloso, marcado pela ditadura militar e o marco decisivo é o golpe militar de março/abril de 1964. O Brasil passa a ter um novo modelo de governo, que é o ditatorial.

Para Veiga (1982, p. 42),

[...] o movimento que antecede ao golpe militar se configura como um momento de entusiasmo nacionalistas que dava o tom predominante na retórica dos grupos progressistas do início dos anos sessenta, que também são os anos da Revolução Cubana, da política pan-americanista do presidente John Kennedy.

O entusiasmo característico, norteador da ação de importantes setores da sociedade política e civil naquilo que consideravam como sua tarefa histórica, ou seja, lutar por um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado. A Universidade de Brasília (UNB) seria o centro de amadurecimento da consciência nacional e da busca de alternativas para liberar as potencialidades do país reprimidas secularmente.

Segundo Ferreira Júnior e Bittar (2004) a ditadura militar que se instalou no país, em 31 de março de 1964, significou um ponto de inflexão na história. A sociedade brasileira, após o chamado milagre econômico (1968-1974), tornou-se urbano-industrial e, nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu uma média superior a 10% ao ano. Chegava-se, assim, ao fim do ciclo da revolução burguesa no Brasil, iniciada na Era Vargas (1930-1945) e concluída durante o regime militar.

O caráter autoritário engendrou uma modernização acelerada das relações capitalistas de produção, de tal forma que o modelo de desenvolvimento centrado na política de substituição de importações alçou o Brasil à condição de 8ª potência industrial do mundo. Inaugura-se aí, uma nova fase no quadro político – ideológico e econômico do país. O que estaria reservado à Universidade brasileira?

Como lembra Fávero (2006), estudar a história da Universidade do Brasil significa revisitar, não apenas a história da Instituição, mas o próprio pensamento liberal e autoritário do país que por décadas negou a existência de universidades, estendendo-se do Brasil-Colônia, Brasil-Império até a República.

Instalado o clima autoritário no país, um dos principais alvos de ataque do governo militar foi a universidade brasileira. Lembrado por Cunha (2007a, p. 98):

Os anos 1960 foram cheios de acirrados debates sobre o papel da universidade. [...] os seminários nacionais sobre a reforma universitária, promovidos pela União Nacional dos Estudantes, antes do golpe de 1964, buscaram definir para a universidade um papel ativo na transformação da realidade brasileira.

No dia 27 de outubro 1964, o Congresso Nacional extingue a União Nacional dos Estudantes (UNE) e todas as uniões de estudantes estaduais, aprovando a Lei Suplicy. O governo militar torna obrigatório o ensino do idioma inglês em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, como resultado de negociações entre o Governo Federal e o governo dos Estados Unidos chamado na época de Acordo MEC/USAID. Os EUA, maiores aliados da ditadura de direita no Brasil passava a influenciar e infiltrar ainda mais a cultura no Brasil, com ações mútuas dos governos neste sentido.

Apesar do desmonte do Estado de Direito, a ditadura queria passar a idéia de que estava protegendo a democracia, dos seus inimigos, os comunistas.

Organizados em entidades como a UNE, os estudantes eram aos olhos dos militares, um dos setores mais identificados com a esquerda . Eram qualificados de subversivos e desordeiros, numa pretensão clara de justificar a violenta perseguição que se seguiu. Os estudantes reagiam à Lei Suplicy Lacerda que proibia os estudantes de organizarem suas entidades e realizarem atividades políticas, com manifestações públicas cada vez mais concorridas contra a privatização e o regime militar.

O Sistema Nacional de Informação, criado com o objetivo principal de reunir e analisar as informações relativas à segurança nacional, tornou-se um poder político paralelo ao Executivo atuando como polícia política. Cada vez mais repressor, o governo da ditadura fechou a Universidade de Brasília (UNB) no dia 11 de outubro de 1965, e transferiu para a justiça militar o julgamento dos civis acusados de criminosos políticos.

O campus da UNB é invadido por tropas da polícia. Professores e funcionários são expulsos da Universidade e demitidos. Muitos por reagirem acabam presos por desacato à autoridade. Alunos foram presos, espancados e aviltados, torturados, alguns com certa gravidade, outros com a própria vida, sob alegação de cometerem crime de subversão.

Além da luta específica, pela ampliação de vagas nas universidades públicas e por melhores condições de ensino, as manifestações estudantis

acabaram se transformando em palco da sociedade desejosa do restabelecimento da democracia. O ano de 1968 foi marcado pela luta contra a ditadura, que atraía cada vez mais participantes: profissionais liberais, artistas, religiosos, operários, donas-de-casa. O movimento contra a direita e o estabelecimento do sistema foi mundial naquele ano, com movimentos no mundo todo, tanto nos países de orientação capitalista quanto nos países de orientação mais socialista.

O alvo para o novo momento seria a modernização em consonância com o modelo norte-americano (controle). São as faces de um regime ditatorial nos primeiros anos de atuação.

A tão esperada modernização acabou não se efetivando, mas a pretensão era colocar a universidade a serviço da força produtora de trabalho requisitada pelo capital, conseqüentemente pelas multinacionais. Nessa base desenvolveu-se o ensino em nível de pós-graduação, com ênfase nas Ciências Exatas e Tecnológicas, além das Ciências Econômicas que se traduzia na língua oficial do regime.

Esse cenário assim descortinado chegaria à Universidade Federal do Maranhão, cuja criação data de 1966. Quais mecanismos foram trabalhados para dar conta do controle exercido pela ditadura militar no Estado do Maranhão?

Cunha (2007a) mostra que com a tomada do poder pelos militares, em 1964, as universidades passaram a ser objeto de intervenção do governo militar, com o afastamento de grande número de professores, principalmente na UNB. Foram criadas as Assessorias de Informação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com a intenção de restringir as atividades consideradas revolucionárias, tanto de professores como de alunos.

Após longos anos de penumbra, mais de 20 (vinte) anos de cerceamento do pensamento político, nos quais a reforma universitária era debatida, exclusivamente, nos fechados gabinetes da burocracia estatal, iniciou-se, em 1968, uma nova discussão.

2.4 A Universidade e a Reforma Universitária de 1968: os espaços, os lugares e os atores sociais

Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária, pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.

Em Chauí (2001), Cunha (2007a), Romanelli (1984) e Sampaio (2005) constata-se que após adoção do Plano Econômico de Ação do Governo (PAEG), que engendra o modelo desenvolvimentista, formulado no intervalo de Castelo Branco (1964-1967) e implementado no governo de Costa e Silva (1967-1968), a ditadura militar impôs a Reforma Universitária em 1968, que foi subsidiada pelo Relatório Meira Mattos. O relatório levou o nome do general que presidiu a Comissão Especial nomeada pelo Ministro da Educação Tarso Dutra, cuja preocupação principal era a de analisar e apresentar sugestões para por fim às denominadas atividades estudantis subversivas. O movimento estudantil passava por um processo de reivindicação provocado pela questão dos excedentes, ou seja, havia uma ampla mobilização dos estudantes em favor dos inúmeros aprovados nos exames vestibulares, mas o número de vagas oferecidas pelas universidades públicas era insuficiente.

A reforma universitária programada e implementada pela ditadura militar produziu um novo paradigma de educação superior no Brasil. No início da década de 1970, as universidades, públicas e confessionais, já se encontravam estruturadas com base nos seguintes padrões acadêmicos: introdução dos vestibulares unificados e classificatórios; fim do sistema de cátedra; dedicação exclusiva dos docentes; criação dos departamentos; adoção do regime de créditos como mecanismo de integralização dos cursos; indissociabilidade entre ensino e pesquisa; cursos de graduação divididos em duas fases: ciclo básico e especialização profissional; e pós-graduação composta de dois cursos distintos: mestrado e doutorado. Conforme Fávero (2006, p. 34):

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação. Apesar de ter sido bastante enfatizado que o 'sistema departamental constitui a base da organização universitária', não seria exagero observar que, entendido o departamento como unidade de ensino e

pesquisa, a implantação dessa estrutura, até certo ponto, teve apenas caráter nominal. Por sua vez, embora a cátedra tenha sido legalmente extinta, em muitos casos foi apenas reduzida sua autonomia. A departamentalização encontra resistências desde o início da implantação da Reforma Universitária. Passada mais de três décadas observa-se ser o departamento, freqüentemente, um espaço de alocação burocrático-administrativa de professores, tornando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo.

As consequências da reforma universitária de 1968 foram de naturezas distintas. No plano político, a consequência imediata foi a radicalização do movimento estudantil. Os estudantes brasileiros, influenciados pelos ventos libertários que sopravam no mundo, opuseram-se à reforma imposta pelo regime militar.

Na luta contra o autoritarismo, uma fração significativa da sociedade brasileira aderiu à luta armada desencadeada por várias organizações de esquerda. Os embates engrossaram as fileiras do movimento estudantil. Já do ponto de vista sócio-econômico, a universidade reformada logo começou a apresentar os seus resultados.

Afirma Sousa (2008, p. 122) que na verdade, essa Reforma não só alterou significativamente o cenário do Ensino Superior no Brasil como mudou a estrutura de poder no interior da universidade, quando extinguiu as cátedras, mas também concretizou a indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão e estabeleceu uma carreira docente, com progressão por titulação, simulando assim a qualificação dos professores.

Necessário se faz salientar que alguns aspectos contribuíram para a expansão do ensino superior, destacou-se, entre eles, o aporte de recursos para a ampliação da estrutura até então existentes e a construção de novos campi universitários por meio do Programa do Ministério da Educação (MEC) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a implantação do Programa Comissão Permanente do Regime do Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (DE) que possibilitou um crescimento de 72,5% do número de horas aulas contratadas no Sistema Federal de Ensino. Já o setor privado foi beneficiado com a isenção de impostos e financiamentos por intermédios de bancos oficiais a juros subsidiados, provocando um aumento considerável no número de instituições de ensino, cuja expansão, foi efetivada a partir da Reforma Universitária 1968.

Ruas (1978, p. 154) diz que, não obstante,

[...] a Reforma Universitária trouxe consigo novas atividades a serem desenvolvidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), entre elas, a pesquisa e a extensão. A expansão do Sistema Federal de Ensino Superior em termos de alunos matriculados, docentes, funcionários, área construída, implantação de cursos de pós-graduação, aliada às mudanças relacionadas à qualidade, à implantação do regime de trabalho e à

qualificação dos docentes são fatores determinantes que trouxeram consigo uma soma de ações que precisam atingir o cerne da questão universitária brasileira.

Assinala Veiga (1982) num movimento de repressão e cooptação, a vitória do movimento autoritário de 1964 introduziu um período para a universidade brasileira, que pode ser descrito com a procura persistente da eliminação ou da intimidação de todos os intelectuais e educadores que poderiam confrontar-se com as novas autoridades educacionais, assim como criticar as políticas postas em curso por estas intelectualidades.

Nomes como o de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Vieira Pinto estiveram sempre à frente de movimentos e foram os primeiros a enfrentar dificuldades de permanecer trabalhando no Brasil. Alinhada à isso, a União dos Estudantes (UNE) foi banida, assim como se procurou submeter as demais entidades estudantis a um controle político-ideológico mais rigoroso. Tudo isso foi praticado sob clima de intimidação criado pelos milhares de invasões dos prédios universitários por forças policiais, constantes espancamentos de professores e estudantes e prisões em massa.

Variados motivos justificavam as perseguições desde as mais pessoais, até a eliminação dos possíveis focos de crítica e de oposição dentro da universidade, de modo a colocá-los no caminho do conformismo social. A universidade brasileira não foi a única a sofrer perseguições. Também foram alvos neste processo, os sindicatos, os partidos políticos, a Igreja Católica e as próprias Forças Armadas foram objeto de desativação política e de intimidação.

Veiga (1982, p. 70) deixa claro que:

O relatório do primeiro Ministro da Educação dos anos pós-64 é bastante sugestivo sobre como a coalizão vencedora percebia o cenário brasileiro e a universidade, assim como sobre o caráter reacionário das forças políticas que a apoiavam. Flávio de Suplicy Lacerda refere-se ao governo de Goulart como um período de corrupção e subversão conduzindo a juventude brasileira à 'guerra revolucionária', aos vários setores do MEC como sendo 'focos de esquerdismo inspirado e financiado pela Rússia, Cuba e China', ao governo de Goulart como financiando a 'revolução comunista' através da UNE e ao 'ISEB como centro de propaganda subversiva'. O movimento de 1964 era 'movimento popular' destinado a salvar a nação, a universidade e a juventude dos perigos que as ameaçavam.

A autora traz em nota de rodapé a obra de Flávio de Suplicy Lacerda, "A Educação e a Cultura na gestão do Ministro Flávio de Suplicy Lacerda". Brasil, Mec. Principais Atividades e Realizações (1930-1967), que nas políticas propostas e em

curso durante àquela administração é o suficiente para que se distinga as duas diretrizes que orientaram as políticas educacionais do período pós-64. Uma diretriz voltava-se para o controle de um dos setores mais progressistas dentro da universidade, os professores e os estudantes e a outra diretriz referia-se a promoção das reformas da educação superior para torná-la mais eficiente e cooptar professores e pesquisadores que não fossem identificados tão claramente com o movimento progressista no momento anterior à 1964.

Saviani (1978, p. 190) quando o movimento coercitivo atingiu o máximo de suas ações as vozes dos que não concordavam com o estado de coisas, estavam silenciosas, mas não significava ausência de posicionamento político, nem tão pouco o engessamento do desenvolvimento das contradições. Apesar de todo o extremismo que caracterizou o regime militar, não foi poderoso o suficiente para erradicar toda a divergência ideológica e política, para adquirir o consentimento ativo de todos os segmentos da sociedade civil.

Segundo Reis Filho (1978, p. 204), a implantação da Reforma Universitária exigiu considerável esforço de análise dos novos conceitos e de esclarecimentos do mecanismo operacional de sua aplicação.

O modelo sócio-econômico e ideológico do regime autoritário no Brasil, começa a dar sinais de arrefecimento, o povo brasileiro começa a dar sinais de reação política com o movimento das “diretas já”, um novo horizonte se descortina para o país.

2.5 Os principais acontecimentos históricos a partir de 1985

Apesar da frustração causada pela manutenção das eleições indiretas, o Brasil encerrou o regime militar com suas expectativas centradas na chegada de Tancredo Neves como presidente civil. Contudo, no dia 15 de março de 1989, um fato impediu que tomasse posse, conforme os noticiários informaram o próximo presidente precisou ser internado às pressas em Brasília. Em seu lugar, o vice-presidente José Sarney subiu a rampa do Palácio do Planalto e recebeu a faixa presidencial.

A chegada de José Sarney esteve cercada por fortes desconfianças. Isso porque José Sarney integrava uma tradicional ala de políticos nordestinos que

colaboraram com o regime militar, e que, posteriormente, se filiaram a partidos de tendência mais conservadora.

A professora Neves (2010), em entrevista ao jornal da Associação Nacional dos Docentes da Universidade Federal Fluminense em 2004 diz que o governo militar em declínio, bem como o governo Sarney, tentaram nos anos de abertura política programar ações que conduziram à autonomia universitária de acordo com o pensamento conservador. Incluíram-se entre essas iniciativas, por exemplo, o Projeto de Reforma Universitária, de 1982, e a criação do Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior (Geres), em 1986.

Essas iniciativas governamentais geraram a criação e o fortalecimento de entidades representativas do pensamento progressista no âmbito das universidades. É desse período a criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Sindicato Nacional (ANDES-SN), da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e o reaparecimento, na cena política, da UNE, enquanto entidade representativa dos estudantes universitários, profundamente reprimida nos anos ditatoriais.

A autonomia universitária, temática que integrava a agenda das diferentes forças sociais em disputa deste os anos 1980, apresenta-se como um tema polêmico que resguarda elementos que expressam formas distintas de conceber o Estado, a função da universidade e, de forma mais geral, a própria sociedade.

No campo progressista, a concepção de autonomia significava à época uma reação contra a forte intervenção da ditadura militar sobre a vida universitária, tanto aquela relacionada à repressão da liberdade de pensamento e controle da pesquisa quanto ao controle da organização e dinâmica internas das universidades públicas, as formas centralizadas de financiamento e até sua ingerência nas articulações com a sociedade.

No campo conservador, autonomia significava a privatização das universidades públicas, através de certos mecanismos de financiamento; o descompromisso com a carreira docente, pela negação à política de isonomia salarial; a defesa da aproximação das universidades públicas com o mundo empresarial, orientada por uma perspectiva pragmática da produção científica e tecnológica; e o fim da gratuidade escolar nas instituições públicas e o controle sobre a definição dos dirigentes universitários.

Com relação ao projeto de redemocratização, pode - se evidenciar que o governo de José Sarney alcançou uma expressiva vitória com a aprovação da Constituição de 1988. Apesar da extensão e detalhamento, a nova Carta Magna do país conseguiu varrer diversos mecanismos que sustentaram o regime autoritário. O fim da censura, a livre organização partidária, o retorno das eleições diretas e a divisão dos poderes, são apenas algumas das conquistas que pontuaram o governo de José Sarney como presidente civil.

O mesmo não se pode dizer na esfera econômica. Ao longo do governo, outros planos se fizeram presentes na vida do brasileiro, Plano Bresser e Plano Verão que tentaram realizar manobras de recuperação da economia brasileira. Tentativas, às vezes, frustrantes. Entretanto tais ações não conseguiram frear os índices inflacionários exarcebados que dificultaram mais ainda a vida de grande parte dos trabalhadores brasileiros.

Dessa forma, com as eleições de 1989 entrou em cena a expectativa da escolha de um candidato eleito pelo voto direto, que pudesse resolver as tensões econômicas e sociais que assolaram o país.

Aprovada a nova Constituição, nela os aspectos com maior repercussão na educação superior, para as universidades federais, são a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, patrimonial e reafirma o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Dal Ri (1997, p. 55), traz o enunciado do art. 207 da Constituição Federal que diz: *As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.* A autora esclarece que este aspecto que a Constituição abrange é o único dispositivo que cuida da questão da autonomia universitária.

Após anos de dominação este dispositivo na Carta Magna mostra a disposição e a vocação para a mudança, para a redemocratização que a sociedade brasileira vinha reivindicando.

Segundo Brito (1999, p. 35), a Constituição de 88 foi precedida de grande mobilização e organização da sociedade. Na área educacional, as reivindicações são controversas: em defesa da escola pública por parte dos educadores, em defesa da escola privada e das variantes confessionais, comunitárias e filantrópicas, por parte de setores de setores da Igreja Católica e segmentos das universidades

comunitárias; em defesa da liberdade de iniciativa, por parte dos empresários do ensino.

A inclusão da autonomia universitária no texto constitucional não se tornou eixo de discórdias explícitas. Isto porque a autonomia era objeto da aspiração dos grupos de educadores publicistas e privatistas e ao setor privado, interessava manter a liberdade perante o Estado. A autonomia garantiria para o setor liberdade de criar cursos, dispor de vagas e da seleção dos alunos e liberdade para as instituições gerirem suas ações da forma que mais lhes conviesse.

O mandato do presidente José Sarney se caracterizou pelo fortalecimento da democracia brasileira, mas finaliza identificado com uma grave crise econômica, que evoluiu para uma crise de hiperinflação.

Os anos de 1990 se iniciam com um novo mandato presidencial, o do cidadão Fernando Collor de Melo, eleito presidente pelo voto popular.

O governo Collor distingue-se dos anteriores em vários aspectos referentes às diretrizes econômicas e sociais.

No início, vistas em sua dimensão negativa como soluções para a falência econômica do Estado e da produção, as reformas postas em prática pelo governo Collor exigiram teorizações e sistematizações conceituais.

Outros fatos relevantes eram desencadeados pela iniciativa do Poder Executivo; foi o caso da quase extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pelo governo de Fernando Collor.

Uma proposta de autonomia universitária vinculada à avaliação de desempenho contida no Plano Setorial de Educação do MEC para o período 1991-1995 possivelmente seria aprovada não fosse a forte rejeição do movimento docente. Conforme o Plano, a autonomia implicaria um processo de desregulamentação, abrindo a possibilidade de as universidades gerirem sua política de pessoal. Também da parte do Executivo, no breve e conturbado período do governo Collor, causou impacto a divulgação de um projeto de emenda constitucional de autoria do Ministro da Educação, J. Goldemberg, que pretendia transformar as universidades públicas numa categoria específica de entidade, perdendo o seu pessoal a condição de funcionário público.

Os desatinos do governo Collor levaram de quebra não só o projeto de emenda constitucional, mas o próprio Collor e seu ministro, de modo que, na

primeira metade dos anos 90, as medidas mais efetivas no sentido de alterar a situação da educação superior foram já no governo de Itamar Franco, a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) nos moldes das recomendações feitas pela Comissão Nacional para a Reforma da Educação Superior (CNRES) e, ainda, a extinção da exigência do princípio da universalidade de campo para as instituições universitárias. Além disso, ainda que de forma desagregada, foram sendo instituídos mecanismos de avaliação nas universidades federais a partir do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Contando com uma série de escândalos de corrupção e infortúnios em sua política econômica, Fernando Collor de Mello não teve muitas opções que o tirassem dessa situação embaraçosa. Nem mesmo os setores que defenderam a sua eleição se dispuseram a sair em defesa do presidente.

Após o sucesso do plano real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente do Brasil já no primeiro turno com larga escala de votos e tomou posse dia 1º de Janeiro de 1995, sendo reeleito em 1998. A política de estabilidade e da continuidade do Plano Real foi o principal apelo da campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso e um dos fatores decisivos para sua reeleição em 1998.

A proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso foi elaborada por uma equipe coordenada pelo economista Paulo Renato Souza, ex-reitor UNICAMP, naquele momento, técnico do BID, que após a vitória do candidato tucano, foi nomeado ministro da Educação, consecutivamente por dois anos.

Fernando Henrique Cardoso, como presidente, não iniciou os debates em torno do ensino superior com base nas propostas de sua campanha, mas no bojo do projeto da reforma administrativa anunciado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), então recém criado.

Em relação às universidades públicas federais, a meta de ampliar o número de vagas em cursos de graduação em 2002, foi algo que ficou só na promessa. A promessa de definir e implementar a autonomia universitária plena, englobando os aspectos administrativos e financeiros, não avançou. A meta de investir na melhoria dos laboratórios, equipamentos e bibliotecas das instituições federais foi parcialmente cumprida.

Em conformidade com tal projeto, as universidades públicas federais teriam modificado o seu estatuto jurídico, passando de instituições de regime

especial a Organizações Sociais, sendo os recursos materiais, de pessoal e financeiros para as mesmas providos por um contrato de gestão, que também definiria as metas e indicadores de desempenho a serem alcançados. Bresser-Pereira (2009) responsável pela proposta, revelou inúmeras vezes, sua inspiração na experiência conservadora britânica que adotou para o serviço público a chamada administração gerencial, baseada na descentralização e nos chamados contratos de gestão.

Segundo Silva Júnior (2002) Instituições como universidades foram, nesse processo, transformadas em organizações quase não governamentais ou, na sigla formada pelas iniciais do nome original em inglês, *QUANGOS*, isto é, *quasi non-governmental organizations*, as quais, segundo ele, não têm fins lucrativos, não contam, em seus quadros, com funcionários públicos e não obstante, estejam livres do controle formal do Estado, são incluídas no orçamento público

Em face da resistência apresentada pela comunidade acadêmica à proposta do MARE, o MEC acabou por assumir a defesa da manutenção do caráter público das universidades federais. Teria ficado esclarecida a posição do MEC, em documento de sua Secretaria de Políticas Educacionais, de julho de 1995, que trata da política para as instituições federais, o qual enfatiza, sobretudo, a questão da autonomia institucional, expressa no orçamento global, associada a novas formas de controle público.

Para Bresser-Pereira (2009), entre os pontos centrais da proposta do MEC estavam a plena autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades federais, mantida sua condição de entidades de direito público e implicando a autonomia administrativa o poder de decisão sobre a política de pessoal; orçamento global definido anualmente; a idéia de manter pelo menos nos níveis reais o gasto anual com as universidades e demais instituições de ensino superior; a distribuição de recursos para as instituições com base em critérios que considerassem a avaliação de desempenho, estimulando o aumento da eficiência na aplicação dos recursos públicos e a ampliação do atendimento à população; o estímulo à busca de fontes adicionais de recursos para atender demandas sociais que não o ensino; a gratuidade nos cursos de graduação, mestrado e doutorado nas instituições federais.

Para viabilizar tal proposta, o MEC providenciou um projeto de reforma constitucional, que estabelecia a impossibilidade de auto-aplicação do princípio de

autonomia previsto na Constituição para as universidades federais e a autonomia deveria depender de lei complementar.

Silva Júnior e Sguissard (1997) mediante um acordo entre o MEC e a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o projeto acabou por incorporar uma proposta de criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Para o Ensino Superior, de modo que 75% das verbas da União vinculadas à educação fossem destinadas, por dez anos, ao financiamento das universidades federais. As dificuldades postas ao projeto, no Congresso Nacional, pelos defensores do uso de verbas da União para instituições não-estatais e as restrições da equipe econômica do governo ao mesmo tempo acabaram sendo suficientemente fortes para praticamente bloquear o trâmite do projeto em sua totalidade.

As ações para a formação e valorização do magistério no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram de forma limitada. Nas universidades federais, a GED (procedimento para atribuição de gratificação pecuniária por atividade realizada), instituída pela Lei nº 9.678 de 3 de julho de 1998, foi acrescentada, como mais uma dimensão, à política de avaliação, formulada e implementada pelo MEC, gerou insatisfações e frustrou esperanças. A idéia de se criar, dentro ou fora das universidades, institutos superiores de educação e de cursos normais superiores, formando professores para o magistério, não caminhou no ritmo desejado por não ter tido acatamento por parte dos profissionais da educação.

Ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, a organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior tomou um novo formato a saber: centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. O destaque foi dado aos Centros Universitários, que ministrariam um ensino de excelente qualidade, sendo desobrigados de desenvolver a pesquisa e a extensão.

Vale destacar um aspecto no que se refere ao ensino superior e se caracteriza pela forma explicada por Cunha (2003, p. 41):

O poder do Conselho Federal de Educação, instituído pela primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961, transformou-se na menina dos olhos dos empresários da educação. Como dele dependiam as autorizações, reconhecimento e credenciamento, de cursos e de instituições, os empresários do ensino e seus delegados, aproveitaram para constituir a maioria, ou a quase totalidade desse Conselho, ocasionando denúncias de corrupção, as quais atingiram o auge do governo interino de Itamar Franco, que dissolveu o Conselho e enviou ao Congresso projeto de Lei que criou

outro órgão colegiado em substituição ao Conselho Federal de Educação (CFE), o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Criado pela Lei de n. 9.131/95, o novo órgão nasce com as seguintes atribuições entre outras: Cunha (2007a, p. 47):

(i) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior; (ii) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo MEC, com base na avaliação de cursos.

Verificando-se através de um balanço crítico das políticas públicas para o ensino superior ao término do longo mandato de Fernando Henrique Cardoso, destaca-se a desmoralização da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional da Educação (CNE) evidenciando o mesmo ocorrido com o Conselho Federal de Educação (CFE) ao fim do curto mandato de Itamar Franco porque as denúncias de irregularidades e o tráfico de influências se sobrepujaram ao próprio Conselho. Destarte, um dos aspectos que mais chama a atenção, segundo Carvalho (2003, p. 11),

A política para o ensino superior adquire centralidade (Plano Plurianual 1996/99). É possível identificar pontos de contatos entre as recomendações do Banco Mundial e o projeto de autonomia apresentado, em 1995, pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). Este consistia em transformar o status jurídico das universidades públicas para organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos. A interação entre o Estado e estas organizações sociais se daria, por meio de um contrato de gestão, no qual estariam previstos os serviços que seriam prestados, as metas a serem atingidas e os recursos financeiros que deveriam ser transferidos a cada ano, do governo para a organização.

Esta proposta visando a reforma do sistema de ensino federal se ancorava em quatro características fundamentais: privatização, diferenciação, flexibilização e descentralização das estruturas e centralização de controle das Instituições Federais de Ensino. Este quadro possibilitou a privatização no interior das instituições públicas, por meio da disseminação de parcerias entre as universidades públicas e as fundações privadas.

Busca-se o pensamento de Bresser-Pereira (2009) não como forma de aceitá-lo como um teórico do neoliberalismo, mas, como um representante dos ajustes econômicos durante o governo Fernando Henrique e traçar os rumos da chamada Reforma Gerencial pelo Estado, principalmente a partir de meados da década de 90 e início dos anos 2000.

Relaciona-se o surgimento e implementação da Reforma Gerencial à ineficiência da administração tradicional e burocrática. Esta, vinculada ao Estado Liberal do final do século XIX; aquela, ligada a ascensão do Estado Social e da Democracia, no século XX.

Esta formação mais contemporânea do Estado fundamenta-se em quatro objetivos políticos “novos” – (1) liberdade, (2) bem-estar econômico, (3) justiça social e (4) proteção da natureza – conjugado a outro herdado do modelo anterior – (5) segurança. Dessa forma, “no mundo contemporâneo, o Estado como regime político assumiu a forma de Estado Democrático Social, e como organização, a de Estado Gerencial.” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 112).

Uma das repercussões dessa mudança no papel do Estado, que antes visava atender às necessidades de uma elite rica e passa a ter de atender a coletividade, é seu aumento de tamanho. Há no texto uma crítica ao modelo neoliberal, que tenta resgatar um modelo antigo que já se abandonou. A reforma gerencial, segundo o autor, se caracterizou por:

- a) os gerentes de serviços passam a ser responsáveis pelos resultados;
- b) os bons servidores são premiados e os maus são punidos;
- c) há agências executivas e reguladoras que realizam os serviços que envolvem poder do Estado;
- d) o consumo continua sendo coletivo e gratuito, mas serviços sociais e científicos passam para organizações sociais e são controlados por contratos de gestão.

Sua defesa em prol da reforma gerencial do Estado também defende que ela é compatível tanto com governos de esquerda quanto com governos de direita. Legitima o Estado Democrático Social uma vez que as organizações sociais garantem flexibilidade e eficiência administrativa.

Sob esse aspecto convém trazer novamente a discussão de Bresser-Pereira, Ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, economista e um dos colaboradores/idealizadores da reforma gerencial do referido governo. Nas explicações de Bresser-Pereira (2009), fica definido que em geral e apesar de todas as garantias oferecidas aos burocratas que trabalhavam em departamentos ou agências estatais que deveriam ser transformadas em organizações sociais, sua tendência era de rejeitar a mudança, salvo algumas exceções. A maioria dos

servidores públicos de alto escalão aprovou a idéia teoricamente, mas não queria que ela fosse aplicada no seu próprio caso.

Ainda argumentando acerca da reforma gerencial do governo Fernando Henrique Cardoso, especificamente no caso das universidades federais, continua Bresser-Pereira (2009, p. 252, grifo nosso),

[...] mas, quando não se tratava de converter um departamento em uma organização social, mas de qualificar uma organização de serviço público não-estatal existente ou uma ONG de serviços como uma organização social (especificamente uma Oscips, *organizações da sociedade civil de interesse público*), a reforma se mostrou muito mais fácil.

Explica ainda o ex-Ministro que a equipe de governo tentou dar uma característica mais ampla de reforma da gestão pública, da qual a delegação de poderes fizesse parte, mas não seria uma questão central. Esclarece o Ministro, Bresser-Pereira (2009, p. 251):

Distinguimos: (a) as atividades exclusivas do Estado – que devem permanecer no aparelho do Estado -, (b) dos serviços sociais e científicos – que devem ser contratados com organizações públicas não-estatais de serviço – e (c) da produção de bens e serviços para o mercado – que deve ficar a cargo da iniciativa privada.

Torna-se explícito o viés neoliberal (do Estado Menor) quando anunciada por membros dirigentes da equipe governamental, dizendo que a reforma da gestão pública de 1995-1998, adotou uma abordagem gerencial da administração pública e uma abordagem socialdemocrata e social-liberal do papel do Estado, ou seja, a socialdemocracia é aqui entendida como sinônimo de neoliberal.

Em síntese, o governo de Fernando Henrique Cardoso trouxe em seu bojo uma agenda governamental inspirada na concepção de agenda neoliberal já difundida desde o início dos anos de 1990 (séc. XX) no cenário mundial, com a aquiescência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), no caso das reformas latino-americanas. O que ficou patente aqui no Brasil, a respeito do ensino superior, foi a privatização desse nível de ensino do mesmo modo que ocorria em outros setores da malha sócio-econômica.

Das políticas sociais, dos programas e das ações governamentais que saíram do âmbito do Palácio do Planalto em direção às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Nordeste, mais especificamente para o Maranhão, não só o ensino superior, mas tudo que afeta a vida do cidadão maranhense, em que pese às deliberações de uma agenda governamental, quais aspectos foram levados em

conta? A geografia política do Maranhão modificou-se? A Universidade Federal do Maranhão subsistiu à investida neoliberal? E se subsistiu que mecanismos, estratégias foram utilizados?

Procura-se compreender o Projeto Prata da Casa como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a partir dos enunciados de autores que se debruçaram sobre a questão do financiamento do Ensino Superior durante o período de 1995-2002. Neste espaço de tempo, entram em cena as organizações sociais com objetivos proclamados, ou seja, preencher lacunas deixadas pela falta de políticas públicas para a educação, a saúde, etc.

2.5.1 Organizações sociais: origem, concepções e objetivos

As organizações sociais são atores sociais recentes na história do país, quanto importantes. A denominação que as caracteriza foi cunhada na Ata de Constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), datada de 1946, onde são definidas como entidades civis sem fins lucrativos, de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade se constituindo em organismos com os quais podem ser firmadas parcerias.

Segundo Miranda (1997, p. 37), a história das sociedades latino-americanas tem sido uma sucessão de desencontros na tentativa de torná-las contemporâneas, perseguindo aspirações de desenvolvimento, modernização, democratização e cidadania. Mas esse processo não tem sido tão fácil, linear, um modelo único, por extensão, entende-se um processo multifacetado e cheio de contradições.

O mundo ocidental continua um acelerado movimento de expansão da globalização. Diante desse intenso quadro, os organismos internacionais *encarregados* de pensar a ordem social e a democracia, se colocam a tarefa de evitar que a globalização exacerbada gere mais pobreza e exclusão, incorrendo num discurso de comprometimento com a estabilidade social e a paz mundial. Mediante esta justificativa, é imprescindível que se compreenda que os olhares que percorrem as terras latino-americanas, não são e nem nunca foram tão gratuitos como aparentam ser. Muito pelo contrário, eles vêm carregados de significados, imbuídos de propósitos neoliberais.

Em Miranda (1997, p. 38) encontram-se algumas explicações:

Desde o início da presente década, algumas perspectivas de políticas sociais orientadas para as exigências do estágio atual do capitalismo para a América Latina têm sido por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e a UNICEF. Apesar de existirem algumas distinções em seus objetivos e concepções políticas, certas temáticas recorrentes nas proposições desses organismos são importantes para uma compreensão prospectiva dos programas sociais e, em especial, dos educacionais na América Latina.

A autora enfatiza que a América Latina, não aparece como prioritária, do ponto de vista de uma política global de investimentos, porque supõe como promissor o índice de desenvolvimento, em detrimento de países da África e Ásia.

Entende-se que no contexto destas políticas sociais a América Latina, em especial o Brasil, não demonstrem tanta fragilidade econômica, tanta precariedade, fator este que influencia, do ponto de vista estratégico, o redirecionamento de recursos que são encaminhados às novas economias de mercado da Europa Oriental, Rússia e a China. Nesse caso os recursos destinados à América Latina, são focalizados em áreas estratégicas, consideradas prioritárias.

De todos esses discursos citados anteriormente, cabe aqui destacar o da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que em 1990, elaborou uma proposta chamada “Transformação produtiva com equidade”, enfatizando os anos 80 como perdidos e que os anos 90 exigiriam um novo tipo de enfrentamento, como por exemplo, fortalecer e ajustar as democracias, para que as mesmas pudessem estabilizar-se e se inserissem no desafio do conhecimento tecnológico, ou seja, tornar os países latinos mais competitivos, mais sustentáveis traçando um horizonte menos injusto: equilíbrio entre desenvolvimento econômico e equidade social.

Nestas ações propostas pelo BM, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizou-se ainda em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, cujos pressupostos eram vincular educação à desenvolvimento humano, com ênfase nas necessidades básicas de aprendizagem. Instalou-se, a partir daí, a chamada década da educação inspirada nos ideais de promoção da universalização

do acesso à educação, a promoção da equidade, prioridade à aprendizagem, ampliação básica, entre outros acertos.

Essas orientações espalham-se por todo continente sul-americano e gerou consensos em torno do que seja: o aprender, o aprender a fazer, e o aprender a ser, chamados os pilares da educação, que coadunam com os anseios de um mundo ocidentalizado, democrático, moderno, ou seja, coerente com o novo paradigma do conhecimento e ao novo reordenamento mundial na América Latina.

Toda essa discussão nos mostra um emaranhado de objetivos e proposições sendo implementados nos países da América Latina, para que se tornem mais competitivos no mercado mundial e que se redescubra um novo paradigma de conhecimento favoráveis a entrada desses países no cenário mundial.

Segundo afirma Matos (2005, p. 33) o reconhecimento das ONGs se afirmou e popularizou a partir da década de 1980 (séc. XX) e ganhou notoriedade mundial no decênio seguinte, sobretudo após o ano de 1982.

As organizações sociais (ONGs) tem procurado estabelecer redes para dinamizar diálogos e enfrentar os múltiplos desafios de suas ações, como garantir legitimidade, resolver problemas financeiros (escassez de dinheiro para gastos necessários), assegurar resultados (promover mudanças ou impactos concretos, por meio de ações), substituir ações espontâneas por ações organizadas, influir nas questões de poder e gerencia, de estrutura organizacional, democratização na gestão entre outros. (MATOS, 2005, p. 33).

No Brasil, a partir do processo de abertura política as ONGs se viram num impasse, já que algumas delas serviam de apoio, ou mesmo sustentação formal, para a continuidade da ação política durante a ditadura militar. Começa então a abertura de caminhos para a afirmação de sua identidade, concebida como um fenômeno institucional específico, com características próprias e autônomas em relação a outros atores sociais. Ressaltam sua condição à serviço dos movimentos populares, portanto, com um papel historicamente dado desde o início de sua atuação, que muda ou não conforme a dinâmica social e a dos próprios movimentos.

Em relação às organizações sociais, um outro aspecto merece destaque: a discussão feita por Bresser-Pereira (2009, p. 251), quando discute o papel das organizações sociais:

A instituição que denominamos organizações sociais é a chave da reforma. Uma lei federal foi aprovada definindo as organizações sociais e o processo pelo qual os departamentos do Estado ou as agências que prestavam serviços sociais e científicos seriam transformadas nessa nova forma de organização institucional. Mas enfrentamos dificuldades na implantação

dessa parte da reforma. Isso pode ser ilustrado pelas universidades federais. No início do governo Cardoso, quando propôs a idéia, o Ministério da Educação, que administrava um grande número de universidades federais, aceitou-a, mas, em vista da forte reação de vários reitores, que entendiam que a 'universidade estava sendo privatizada', o ministro recuou.

O projeto de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como serviço não exclusivo do Estado, como um serviço público não-estatal, atravessou o governo de Fernando Henrique Cardoso, através de geração de propostas neoliberais. Segundo Maués (2006, p. 83, grifo nosso):

O documento *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia* do (Banco Mundial, 1994) é a base para as medidas pontuais que foram tomadas ao longo dos anos 90, no governo Cardoso (1995-2002). O documento aponta quatro estratégias de reforma: 1) fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas; 2) criar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, com a participação dos estudantes no custeio e com a estreita vinculação entre o financiamento fiscal os resultados; 3) redefinir a função do governo no ensino superior; 4) adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

Nesse caso foram criadas as oportunidades para a implantação de diversas ações, por exemplo, a diminuição do tempo para cursos de mestrados, proliferação de cursos de especialização pagos.

A lei que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, inspirou-se diretamente na Lei das Organizações Sociais. Enquanto a assessoria do presidente Fernando Henrique Cardoso resistiu e conseguiu impedir a qualificação das organizações da sociedade civil como organizações *stricto sensu*, de acordo com a lei respectiva, a Lei das OSCIPs, que tinha o mesmo objetivo não enfrentou tal resistência.

As organizações sociais também são chamadas de terceiro setor, composto por organizações da sociedade civil, de origem privada, mas com finalidade pública.

Segundo Ronchi e Schneider (2006, p. 149) essas organizações por terem características do primeiro setor (Estado) e do segundo setor (mercado), as entidades que formam o terceiro setor (organização da sociedade civil) tem merecido atenção especial das universidades, faculdades e instituições de pesquisa, que investem no estudo e no desenvolvimento das mesmas.

A área de atuação das organizações da sociedade civil é abrangente: desenvolvimento de programas voltados à saúde, à educação e a cultura,

desenvolvimento comunitário, ambientalismo, direito civil, lazer entre outras. Seu foco está no atendimento à comunidade, visando atender a necessidades e minimizar diferenças sociais.

As instituições como ONGs/OSCIPs atuam na área de educação por meio de uma diversificada linha de ação, que pode permear desde a Educação Básica à Pós-Graduação, cursos livres e de aperfeiçoamento, capacitações voltadas à comunidade, palestras e oficinas.

Quanto ao gestor: que perfil lhe é exigido? Quanto ao perfil profissional do gestor algumas competências são necessárias. Destacam Ronchi e Schneider (2006, p. 151) entre elas:

- a) conhecimento administrativo, financeiro e gestão de pessoas;
- b) experiência de docência, conhecimentos pedagógicos direcionados à realidade da Instituição;
- c) conhecimento e desenvolvimento de planejamento estratégico;
- d) conhecimento de leis que regem a instituição e;
- e) bom relacionamento com a comunidade;
- f) comprometimento com a Instituição;
- g) trabalho em equipe;
- h) espírito de liderança;
- i) dinamismo, boa oratória, proatividade, mediador, entre outras.

Ronchi e Schneider (2006) dizem que quando se trata de planejamento estratégico, destacam-se três aspectos que são considerados importantes para a consecução dos objetivos:

A visão de futuro, que servirá de inspiração, mobilização e direção para todos os envolvidos;

A abertura à mudanças: deve-se perceber o que se quer e o que se pode fazer e repensar tudo o que for preciso para que o processo seja executado com sucesso.

A participação de todas as pessoas ligadas à instituição de forma integrada e participativa: o envolvimento de todos gerará maior compreensão das aplicabilidades e benefícios do planejamento estratégico

Em que pesem as distintas críticas feitas às ONGs/OSCIPs, percebe-se que há uma gama de serviços prestados à comunidade em detrimento de outros, seja na formação de parcerias, seja na captação de recursos. Não se minimiza a

responsabilidade do Estado, mas observa-se que as organizações sociais assumem um papel, que pela própria legislação do país, deveria ser de responsabilidade do governo.

A partir de 1990, as organizações começaram a desenvolver uma gestão estratégica e buscar a institucionalidade, apostar na necessidade de ter competência e capacidade estratégica para sobreviver e garantir espaço político, num contexto de transformações, globalização e novos desafios.

Após algumas considerações preliminares, sobre as organizações sociais que estão inseridas no contexto do objeto pesquisado, passa-se a considerar a evolução do ensino superior no Estado do Maranhão, ou seja, a criação da Universidade Federal do Maranhão, com implicações na presente pesquisa.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO PÚBLICA

“A vida é combate que os fracos abate os fortes, os bravos só podem exaltar.” (GONÇALVES DIAS, 1847).

Para analisar o objeto de estudo em questão, o Projeto Prata da Casa, recorre-se à história do Ensino Superior no Maranhão e à história da Universidade Federal do Maranhão que se inserem num contexto maior, o sócio-político e econômico.

Autoras como, Faria e Montenegro (2005), Gonçalves (2000), Tajra (1985) e Soares (1984) referem-se ao Maranhão como um Estado que viveu um apogeu, final do século passado teria vivido um período áureo de sua história, mas, começa declinar, economicamente, em virtude da Abolição da Escravidão, fato que empobreceu terrivelmente os fazendeiros, uma vez que, acostumados à mão de obra escrava, não criaram infra-estrutura tecnológica para vencer essa crise. Não obstante, o parque têxtil maranhense apresentava uma capacidade provinciana de funcionamento, no período pós-escravatura, aliado a uma debilidade financeira dos empresários e à estreiteza do mercado local. Aliado a esses fatores, segundo Farias (2000) a falta de autonomia política é um dado que concorre, em variados aspectos, para o não desenvolvimento do Estado.

Soares (1984) retoma a história de criação de uma Universidade, que reporta ao início do século com o aparecimento das primeiras escolas superiores, sendo necessário assimilar que na época da colonização, existiu em São Luís, o Colégio Nossa Senhora da Luz em 1731 e também o Convento do Carmo em 1727, autorizados pelo papado a ministrarem cursos que outorgavam o grau de doutor aos que concluíssem seus estudos.

Ao final do século XVIII, esses dois cursos já não mais existiam em São Luís, contava apenas com três escolas régias, uma vez que a mesma crise que abalou o ensino nessa época ensejou também o desaparecimento das escolas de primeiras letras, haja vista as desavenças que envolveram ordens religiosas responsáveis pela educação, o mesmo movimento do episódio do Marques de Pombal.

Para melhor entendimento do que foi a luta pelo ensino público superior no Maranhão novamente Soares (1984, p. 3) diz que:

O ensino superior propriamente dito, só ocorria através da concessão de bolsas para o estrangeiro que, por força da lei 810 de 05 de maio de 1835, a Assembléia Provincial autorizava a Presidência à manutenção de três maranhenses pobres e talentosos na Europa, para estudos de Ciências Naturais. Fato efetivado com o embarque de Isidoro Meireles, Ricardo Jaufret e João Nunes de Campos para Paris. Vale ressaltar o posicionamento das autoridades locais, quanto ao envio de pessoas para estudar na Europa, no depoimento do governador D. Antonio Noronha: estudos superiores só servem para nutrir o orgulho e destruir laços de subordinação civil e política que devem ligar os habitantes à metrópole.

Verifica-se episódio semelhante quando da criação de Universidades ao longo da história do Brasil-Colônia como um fator de dependência à Coroa Portuguesa.

Na fase do Império, constatam-se outros aspectos, no caso a explosão de atividades agrárias, houve uma intensa movimentação pela criação de escolas agrárias, que ocorre em 10 de setembro de 1858, quando é regulamentada a Escola do Cutim. O objetivo maior dessa escola era a formação de técnicos agrícolas, não considerados estudos de nível superior, porque se propunha principalmente a entrelaçar a vivência do lavrador com a teoria, ou seja, exercitar teoria e prática destacando nesses estudos, a pesquisa.

A inclusão da pesquisa como atividade fundamental, visava à melhoria da agricultura no Maranhão, tinha em vista a aplicação no futuro de recursos mais viáveis para efetivar o projeto agrícola do Maranhão em nível maior de elaboração.

A maioria desses fatos históricos coincide com o momento do Império no Brasil. A escola do Cutim tem sua inauguração efetivada em 07 de abril de 1859 e seu fechamento em 13 de março de 1864, por falta de recursos.

À época do Império, o Ensino Superior no Maranhão, foi menos promissor que na Colônia, alinhe-se a isso o desaparecimento das escolas existentes e as estratégias oficiais que dificultavam mais ainda a efetivação de cursos superiores.

Segundo Soares (1984, p. 4) durante a Regência Trina foi assinada a Lei 16 de 12 de agosto de 1834, que altera e adita à Constituição do Império, através de Ato Adicional, o veto às Assembléias Provincianas de legislar sobre o ensino superior e limitava sua atuação ao campo da Instrução Pública, que se destinava aos estudos em nível de primário e secundário.

Os primeiros movimentos no sentido de criar, implantar escolas de estudos superiores no Maranhão nascem após a Proclamação da República e o fato, segundo Soares (1984, p. 4):

Concretizou-se com a instalação da Escola do Aprendizado Agrícola 'Cristino Cruz', no lugar Maiobinha, em São Luís, no decorrer de 1916, com a finalidade de contribuir para maior qualificação do ensino, uma vez que naquele momento eram pleiteados maiores investimentos na agricultura. Essa escola desenvolveu suas atividades pedagógicas durante 5 anos, encerrando-se por força da Lei 1288 de 28 de abril de 1928, do Poder Executivo, devidamente autorizado pela Assembléia Legislativa.

Assim a história de criação de escolas de estudos superiores no Maranhão, especificamente na capital São Luís, tem um percurso de luta e ações individuais. Os historiadores assinalam a criação da Faculdade de Direito, como a primeira escola isolada do Maranhão, graças a iniciativa de Domingos de Castro Perdigão, que desde 1908 lutava em prol dessa causa e que devido a disputas políticas não conseguiu o apoio do governo estadual, na época Dr. Herculano Parga.

Sem desvanecer, conseguiu que a 01 de junho de 1918 a Faculdade de Direito entrasse em funcionamento, sob a direção do Dr. José Viana Vaz.

A Faculdade de Direito foi reconhecida como de utilidade pública pela Lei Estadual n. 834, de 21 de março de 1919, e teve seus estudos validados em todo o Estado pela Lei 963 de 04 de abril de 1921, sendo equiparada apenas em 1924, pelo Ministério do Interior e da Justiça.

Para a consecução dessa iniciativa foram muitos acertos e desacertos no campo político e econômico do Maranhão. A idéia fora aplaudida por uns governantes e por outros o descaso foi visível. Depois de várias tentativas, a Faculdade de Direito se efetivou e recebeu o apoio da intelectualidade maranhense e que pode ser demonstrado pelo crescente número de alunos matriculados no referido curso.

Em 1919, foram matriculados 49 alunos no primeiro ano, 4 no segundo, 1 no terceiro e 1 no quarto, o qual fez até o terceiro na Faculdade do Ceará. Em 1920, matricularam-se no primeiro 6 alunos; no segundo 16, no terceiro 15, no quarto 2. No ano corrente (1922), a matrícula é a seguinte: no primeiro ano 17, no segundo 10, no terceiro 14, no quarto 15 e no sexto 6. (TAJRA, 1985, p. 6).

Essa se constituiu em uma das inúmeras tentativas de estruturar um curso superior no Maranhão concorrendo para influenciar outras iniciativas. A partir de então várias escolas surgiram no Maranhão. Em 01 de setembro de 1919 foi criada a Escola de Enfermagem do Instituto de Assistência à Infância, que não se

constituiu propriamente numa escola de nível superior. Em 1922, no dia 12 de março, foi criada a Escola de Belas Artes; com pouca duração, cumpriu sua missão.

Outro fato histórico é a fundação da Escola de Farmácia, no Maranhão, no dia 03 de maio de 1922, sendo reconhecida de utilidade pública pela Lei n. 1.136 de 07 de abril de 1924.

A Escola Superior do Comércio do Centro Caixeiral, foi criada em 22 de maio de 1922 e que até o aparecimento do Decreto Federal n. 7.988 de 22 de setembro de 1945 foi considerada de nível superior.

A cidade de São Luís ressentiu-se da necessidade de cirurgiões-dentistas e aconteceu uma convergência de esforços, que, culminou , em 1925, com a criação do Curso de Odontologia anexo à Escola de Farmácia, passando a ter a denominação de Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão.

A primeira tentativa de criação da Universidade do Maranhão surgiu no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da iniciativa de um grupo de professores da faculdade de Filosofia, que logo recebeu a adesão de todos os outros professores das instituições federais.

Um aspecto interessante convém ser lembrado, como afirma Tajra (1985) que alguns maranhenses tiveram conhecimento de que o Presidente da República havia aceitado o convite para estar presente nas solenidades de comemoração do primeiro centenário de fundação da cidade de Pinheiro, no dia 2 de setembro de 1956, assim decidiram entregar-lhe em mãos, por intermédio de uma comissão de professores, um memorial, redigido pelo professor Mario Martins Meireles, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia.

Esse fato mais uma vez frustrou a expectativa de todos haja vista o não comparecimento do Presidente à solenidade por motivos de ordem superior. Depois deste fato, houve uma segunda tentativa de criação da Universidade do Maranhão, no mandato do então deputado federal Antonio Jorge Dino, que ao assumir o cargo encomendou aos amigos um projeto que fizesse jus ao mandato de forma útil. O grupo de amigos sugere a criação da Universidade. Paralelo a essa iniciativa, aconteceu outra similar, outro parlamentar apresentou um anteprojeto com o mesmo teor e que nunca fora à plenária para discussão. O resultado frustrante se repetiu.

Em 1955, o Arcebispo D. José Delgado, criou a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura e a Universidade Católica do Maranhão.

Conforme Silva (2008, p. 16) afirma em sua Tese de Doutorado, a criação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se caracteriza como um momento da história do Estado em que as forças dominantes da elite local lutam pelo domínio de uma Instituição de Ensino Superior. O objetivo era reunir faculdades isoladas, criadas por grupos distintos, também com concepções distintas de Ensino Superior, movidas por uma articulação política que buscava inserir o Maranhão no processo de expansão das Universidades Federais promovido pelo regime militar.

A autora, prossegue em sua análise dizendo que a fusão de instituições criadas em tempos históricos distintos por diferentes grupos, antes de qualquer coisa, significava a conciliação de interesses específicos em prol da criação de uma Instituição de Ensino Superior vinculada ao Governo Federal, o que para uns significava perda de poder, para outros representava a possibilidade de expansão do domínio sobre a distribuição do conhecimento. (SILVA, 2008).

A Universidade Federal do Maranhão foi criada em 21 de outubro de 1966, reunindo todos os cursos superiores existentes no Maranhão àquela época, exceto a Faculdade de Ciências Econômicas, incorporadas dois anos depois. Dentre os cursos mais antigos que constituíram a formação da UFMA, estão os cursos de Direito, Farmácia e Odontologia pensados e objetivados por uma comunidade de intelectuais, dentre eles, médicos e odontólogos.

Essas faculdades, cada uma com suas especificidades e em cada tempo exerceram um papel de fundamental importância na formação e criação do Ensino Superior no Maranhão. As tensões e os conflitos foram constantes durante o processo de criação do Ensino Superior no Maranhão, de um lado os professores das diversas faculdades isoladas, do outro, a influência da Igreja Católica, forte no Estado e do poder político constituído.

Assim, a Universidade Federal do Maranhão tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual nº 1.976 de 31 de dezembro de 1959, dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a SOMACS.

Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, D. José Delgado acolhendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propõem ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que

passasse a manter a Universidade do Maranhão, agregando ainda a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) - instituições isoladas federais e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) - instituição isolada particular.

Assim foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21 de outubro de 1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10 de outubro de 1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29 de outubro de 1973, a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão. A administração da Fundação Universidade do Maranhão ficou a cargo de um Conselho Diretor, composto de seis membros titulares e dois suplentes, nomeados pelo Presidente da República, que entre si elegeram seu primeiro Presidente e Vice-Presidente.

O primeiro Conselho Diretor, a quem coube as providências preliminares da implantação da Universidade, foi assim constituído: Prof. Clodoaldo Cardoso, Presidente; Prof. Raymundo de Mattos Serrão, Vice-Presidente; Cônego José de Ribamar Carvalho, Prof. José Maria Cabral Marques, Dr. José Antonio Martins de Oliveira Itapary e Sr. Francisco Guimarães e Souza, substituído, por renúncia, pelo Prof. Orlando Lopes Medeiros e suplentes Cônego Benedito Ewerthon Costa e Prof. Joaquim Serra Costa.

Tajra (1985) escreve que a implantação da reforma Universitária na UFMA se deu em 14 de novembro de 1968, quando assume a Reitoria o Cônego Ribamar Carvalho e teve como meta básica, o compromisso de implantar a Reforma Universitária, haja vista, que logo após sua posse, a Universidade teve que fazer novos acertos em virtude da nova legislação. Afirma Tajra (1985, p. 28) que desse modo, a Fundação Universidade do Maranhão nasceu e cresceu com a reforma Universitária, conforme nos relata o Reitor Ribamar Carvalho:

Seu primeiro cuidado foi organizar a estrutura administrativa da Universidade, simplesmente pela dualidade de comando, onde um Reitor decidia mas, não fazia cumprir e um presidente do Conselho, fazia cumprir mas, não decidia. Recebendo a direção da Universidade, naquela dualidade, o primeiro cuidado foi evitar que fossem devolvidos os recursos aplicados apenas de um terço e a uma semana de prazo para os últimos empenhos. S. Excias. Os Srs. Ministros da Educação, Planejamento e Fazenda, com quem estivemos salvaram-nos da ignomínia de devolver recursos, por incapacidade de gastá-los, em que pesasse a nossa penúria, ontem bem maior do que hoje. (CARVALHO apud TAJRA, 1985, p. 28).

Prossegue a autora, dizendo que, na concepção do Reitor Ribamar Carvalho, a Universidade não pode ser política, partidária, sectária, pois, atuando em um Estado carente de tudo, *mantê-la cordial com a colaboração dos poderes constituídos, sem ser mandatária de ninguém, nem tão pouco adversária de alguém, ou até mesmo vanguardista de qualquer luta, que separe e divida o que deve estar unido, sem subserviência.* (TAJRA, 1985, p. 28)

Tajra (1985) traz essa passagem do reitor Ribamar Carvalho em seu discurso de posse, no dia 14 de novembro de 1968 e que dessas idéias básicas foram extraídos os objetivos do Estatuto da Universidade do Maranhão):

A Universidade é parte de um sistema social não econômico. Suas finalidades são fundamentalmente, de ordem educacional e cultural. Uma cultura, porém, não prescinde de fatores auxiliares, vinculados esses recursos a outros contextos, resultando da tecidura pluriforme de uma unidade e metas que se centram no homem, como objetivo imediato e em suas condicionantes, como depositário que ele é beneficiário do desenvolvimento. A Universidade tem que ser, a um tempo, profundamente humanística, para não trair as suas origens e seu objeto – o Homem; e eminentemente tecnológica, para não faltar as suas condicionantes históricas e pragmáticas de ordenadora do progresso total. A meta, a médio e longo prazo, será transformar a face do Estado e da região, fermentando a massa estudantil, fazendo crescer as oportunidades no mercado de trabalho, qualificando a mão de obra dispersa, fomentando a pesquisa por todos os meios. (ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DO MARANHÃO apud TAJRA, 1985, p. 29):

Ao mesmo tempo em que se observa um retomar do conceito de Universidade, que remete à Idade Média, onde estão as raízes do que seja Universidade, *universitas*, também está presente a idéia de outros modelos, o modelo americano, inserido pela ideologia militar, e a diversificação do conhecimento pela pesquisa, aliada à tecnologia.

Segundo Faria e Montenegro (2005, p. 55) , em 1970, com a aprovação do Estatuto da Universidade pelo Conselho Universitário, homologado pelo Conselho Federal de Educação, a organização da Universidade obedeceu à mais recente legislação da Reforma Universitária. Afirma a autora que a reforma nunca seria completamente implantada e que apesar da extinção da cátedra, a criação de Departamentos, a criação de Centros, com a extinção das faculdades e a criação de cursos, a reforma nunca foi bem compreendida. Em conseqüência disso, a Universidade nunca funcionou como realmente fora idealizada.

Como se pode observar, a criação da Universidade do Maranhão, devido a contextos peculiares do Estado, apresenta características diferentes de outras

Universidades brasileiras que se enquadram num mesmo perfil, uma vez que se constituiu de uma assimilação de modelos arcaicos do Ensino Superior, na medida em que a vida intelectual era organizada como parte de uma situação colonial de dependência cultural e exacerbadamente econômica.

Percebe-se um jogo de interesse político por parte da Academia Maranhense de Letras, da Igreja Católica e do grupo de professores das Faculdades de Farmácia e Odontologia, da Faculdade de Direito que eram federais e os professores da Faculdade de Economia que era particular e ainda juntava-se ao grupo, o da Universidade Católica. Nessa correlação de forças, os conflitos foram uma constante na criação da Universidade Federal do Maranhão sendo que cada um dos grupos formados reivindicavam para si a criação da universidade.

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga, o prédio *Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco*, a partir daí, a mudança da Universidade para o seu campus tornou-se irreversível.

Em Faria e Montenegro (2005, p. 19) encontra-se:

Ao longo de suas quase quatro décadas de existência, a UFMA cresceu. No Campus I, em São Luís, oferece regularmente, 33 cursos de graduação, 10 de mestrado e um de doutorado, além de atuar em mais quatro Campi no interior do Estado, embora só mantenha cursos regulares no Campus 2, em Imperatriz, e no Campus 6, em Codó. Mas, como as demais universidades federais do país, ela enfrenta atualmente grandes dificuldades. Assim registrar o seu processo de criação e sua trajetória, através das histórias de vida de 14 professores que integravam seu corpo docente na época em que se constituiu, é querer simbolicamente assegurar-lhe a permanência contra as forças avassaladoras de um presente que insiste em atualizar-se, apagando marcas e conquistas do passado.

Ao longo da sua história muitos dos cidadãos contribuíram para que a UFMA se tornasse Universidade pública em detrimento da luta entre os poderes locais, dos desmandos do governo central, da turbulência que fora a sua Reforma nos idos de 1968.

4 A HISTÓRIA DO PROJETO PRATA DA CASA

“Uns se organizam no medo, outros na esperança.” (CARVALHO, [s/d], [s/p]).

O presente capítulo registra a origem e a história do Projeto Prata da Casa, o diagnóstico realizado em relação à qualificação/titulação dos docentes da UFMA, que segundo os dados, não se mostra favorável no contexto universitário, a parceria estabelecida entre a UNESP e a UFMA. Os roteiros do depoimento do Coordenador, as entrevistas e os questionários aplicados aos sujeitos envolvidos na pesquisa encontram-se em apêndices.

4.1 A origem e o histórico do Projeto Prata da Casa

O Projeto Prata da Casa teve origem, foi sistematizado e desenvolvido pelo Departamento de Educação I (DE-I) por iniciativa do professor da área de Currículo e que contou com o envolvimento de outros (as) professores (as).

Em nível institucional, a primeira decisão foi proceder a um levantamento realizado pelo DE-I com assessoria da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade.

Os dados obtidos não eram animadores, pois a qualificação docente indicava o grande número de professores não titulados além da graduação.

Tal fato pode-se verificar na própria fala do Coordenador (2009):

Acreditando que UNIVERSITAS não era isso, empreendi uma investigação formal, nos currículos dos docentes de todos os cursos da Universidade para constatar a sua formação. Constatei algumas verdades: Havia menos de 30% de professores titulados (incluindo-se especialização). O restante era de professores com apenas licenciatura ou bacharelado e que faziam da Instituição um bico, apesar de estarem em regime de DE/40 horas; até hoje isso está assim. Delimitei as áreas de cursos com maior dificuldade acadêmica curricular, visualizando com isso, manchas que mostraram onde havia maior carência de capacitação e necessitava de formação urgente. Havia veterinário/agrônomo dando aulas de Sociologia, como hoje há engenheiro mecânico ou civil dando aulas de Lingüística. Com base nessas duas realidades procurei o Reitor da época, professor Aldy Mello, apresentando uma proposta para oxigenar a Universidade, pretendendo introjetar sangue novo nos quadros docentes, que fosse derivado de diferentes instituições de ensino do Brasil e futuramente, com perspectivas as do exterior. (COORDENADOR DO PPC, 2009).

A partir desse levantamento a primeira decisão tomada pelos docentes envolvidos neste processo, em número de 3, foi a de apresentar esses resultados ao Magnífico Reitor Aldy Mello que, ao analisar o quadro descritivo da situação docente, desencadeou discussões com os Coordenadores de Curso da Universidade, na busca de alternativas a minimizar essa característica da situação dos docentes. A pergunta de todos era: Que alternativas encontrar se em nível de governo federal não havia disposição que favorecesse as Universidades federais? Na ocasião era “mote” o encolhimento orçamentário da União e dos Estados.

A alternativa apontada foi a de buscar formulação de parcerias. Esta solução é sugerida e aparece claramente expressa na reforma gerencial constante dos planos de Fernando Henrique Cardoso, assessorado pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Em junho de 1994 aconteceu a visita do então Presidente da Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o professor Abílio Baeta Neves que, no auditório central da Universidade proferiu palestra que enfatizava a necessidade de melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Ao final oportunizou intervenções, sendo questionado sobre como se poderia chegar àquilo que defendia- melhoria da qualidade do ensino superior?

Naquela ocasião a CAPES destinava à UFMA apenas duas bolsas como quota de Pós-Graduação, por ano, para egressos da graduação.

Em meio às discussões, o Presidente da CAPES se comprometeu, publicamente a conseguir bolsas extras para a emergência que havia sido a ele apresentada (baixa qualificação dos docentes da UFMA) caso houvesse responsabilização pelas vagas nos cursos de Pós-Graduação, *stricto sensu*.

Desse fato nasceu o Prata da Casa, no Departamento de Educação I, com o objetivo de qualificar/titular docentes com ações voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

O Reitor Aldy Mello, em 1995, assinou documento que nomeava um profissional docente da UFMA para atuar na gestão do projeto que lhe fora apresentado. Este projeto estava em consonância com os planos que ele pretendia realizar na Universidade. O documento continha as intenções e o perfil do gestor e procedia da Pró-Reitoria de Extensão. Nesse documento o reitor assumia que precisava tornar ágil a pesquisa, o ensino e a extensão na UFMA, razão que justificava o projeto.

O modelo político-econômico do governo Fernando Henrique dispensava um tratamento parcimonioso às IFES, as Universidades Federais sofreram sérias consequências da política neoliberal aplicada no período de 1995 à 2002.

Tornou-se evidente o sucateamento das Universidades públicas pelos cortes de verbas, a não abertura de concursos públicos para professores (as) e funcionários (as) técnico-administrativos (as), pela continuidade da expansão do Ensino Superior privado e das matrículas delas decorrentes, pela destinação de verba pública para as faculdades particulares, pela multiplicação das fundações privadas nas IES públicas e por ausência de uma política efetiva de assistência estudantil.

Nesse imediatismo observado, a coordenação do Projeto Prata da Casa procurou promover gestões que propiciassem a efetivação de um convênio com a UNESP. A preferência pela escolha desta Universidade era desconhecida pela maioria dos ingressantes no Projeto, mas era a instituição formadora do Coordenador do PPC.

Com o resultado do levantamento sobre a situação da qualificação/titulação docente, a pró-Reitoria de Graduação, Reitor e Coordenador do PPC puderam definir as prioridades para a definição de uma política de capacitação de egressos da graduação. A partir desse processo, foram definidos os propósitos e traçadas as metas, bem como assinado documento de responsabilidade da UNESP para oferecer vagas, em cursos considerados importantes para a UFMA.

Foram coletados dados pelos professores envolvidos com o PPC, sobre a história enfrentada pelos cursos da UFMA, via análise de conteúdo e natureza das monografias de conclusão de curso existentes nas diversas áreas do conhecimento. Houve igualmente estudos sobre as opiniões coletadas dos alunos em fase final de conclusão da graduação sobre as expectativas de frequentarem cursos de Pós-Graduação, *stricto sensu*.

Dessas consultas puderam ser definidos o cerne e as prioridades para a delimitação de uma política de capacitação de egressos. A presença negativa e acentuada da desqualificação docente levantada junto às expectativas dos/as alunos/as definiu um rol de cursos de Pós-Graduação que a UNESP, inicialmente, poderia atender e que era urgente.

Como resultado a CAPES concedeu, em caráter emergencial, apoio financeiro na modalidade de quotas de bolsas às instituições públicas localizadas nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país, considerando as prioridades e condições das respectivas regiões.

Quadro 1 - Quotas de bolsas às instituições públicas por regiões

Região	Enviados	Recom.
Norte	69	14
Nordeste	80	22
Sudeste	46	9
Sul	66	9
Centro-Oeste	28	7
Brasil	289	61

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, 2010

Dos 289 projetos enviados, somente 61 foram recomendados, o que representa apenas 21% dos projetos, ou seja, 79% foram rejeitados.

Comprovada perante a CAPES, que a UFMA não tinha quadros de excelência, era mínimo o número de doutores, havia poucos com qualificação em nível de mestrado, alguns especialistas e a grande maioria efetiva de docentes era formada por graduados como mostra o quadro abaixo:

Quadro 2 - Demonstrativo do número de docentes por titulação-UFMA

Titulação	1996
Graduação	234
Especialização	287
Mestrado	238
Doutorado	61
Total	820

Fonte: Universidade Federal do Maranhão, 2009

Confrontado, o Presidente da CAPES, pela contradição da excelência do ensino superior que defendia com os poucos bens aquinhoados à Universidade duas bolsas concedidas à UFMA, prometeu aquela presidência intervir no fato mostrado, comprovado e evidenciado e garantiu que se houvesse o contato com Universidades e que se elas disponibilizassem vagas em nível de mestrado aos estudantes maranhenses egressos dos variados cursos da UFMA, submetidos à seleção exigida, se poderia contar com até 100 (cem) bolsas para mestrado.

Posteriores deliberações entre UFMA e CAPES tornaram possíveis as ações seguintes de formação de recursos humanos do Projeto Prata da Casa.

Houve negociações com a maioria das IES brasileiras. A primeira porta a abrir perspectivas de efetivação do que já havia sido planejado foi a UNESP, Campus de Marília, pelo seu então coordenador do Programa de Pós-Graduação, Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior.

Conforme o Regulamento do Programa de Pós-Graduação do Campus de Marília, no primeiro semestre letivo de 1996, foram aceitos dois egressos da graduação da UFMA, depois de cumpridos os Pré-requisitos do Programa, de acordo com o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP–FFC/Marília, disponível na página da Instituição:

Artigo 17. Os candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Educação deverão:

Apresentar para fins de inscrição ao processo de seleção:

I - requerimento, indicando Programa, Curso pretendido e Linha de Pesquisa a ser desenvolvida;

II - cópia do diploma ou certificado de conclusão de graduação e respectivo histórico escolar;

III - curriculum vitae Plataforma Lattes documentado;

IV - pré-projeto de pesquisa para o mestrado e projeto de pesquisa para o doutorado; e

V - documentos pessoais e outros especificados no edital de inscrição. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 1996).

Com a observância dos pré-requisitos da UNESP de Marília e de outras instituições, foram encaminhados às IES, alunos dos diversos cursos da UFMA, devidamente inscritos, depois de cumpridos os requisitos, conforme discriminação abaixo:

Quadro 3 - Egressos enviados às (IES) a partir de 1996

Número de Alunos	Curso/Mestrado e Doutorado	IES	Cidade/Estado
3	Odontologia	UNESP	Araraquara/SP
5	Sociologia	UNESP	Araraquara/SP
9	Letras	UNESP	Araraquara/SP
2	Ed. Física	UNESP	Araraquara/SP
1	Educação	UNESP	Araraquara/SP
3	História	UNESP	Assis/SP
4	Letras	UNESP	Assis/SP
2	Genética	UNESP	Botucatu/SP
2	Ed. Física	UNICAMP	Campinas/SP
1	Nutrição	UNICAMP	Campinas/SP
1	História	UNESP	Franca/SP
2	Eng. Mecânica	UNESP	Guaratinguetá/SP
4	Geografia	UNESP	P. Prudente/SP
4	Ed. Física	UNESP	Rio Claro/SP
1	Geociências	UNESP	Rio Claro/SP
1	Ed. Especial	UNESP	São Carlos
4	Odontologia	UNESP	São José dos Campos/SP
1	Senso Rem.	INPE	São José dos Campos/SP
6	Letras	UNESP	São José do R. Preto/SP
7	Educação	UNESP	Marília/SP
4	Artes	UNESP	São Paulo/SP
2	Ed. Física	UFMS	Sta. Maria/RS
3	Química	UFMS	Sta. Maria/RS
3	Direito	UFRGS	Porto Alegre/RS
1	Ecologia	UFRGS	Porto Alegre/RS
1	Odontologia	UFRGS	Porto Alegre/RS
1	Ecologia	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
1	Química	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
9	Comunicação	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
1	Psicologia	UFRJ	Rio de Janeiro/RJ
2	História	UERJ	Rio de Janeiro/RJ
1	Educação	UFPI	Teresina/PI
1	Letras	UFPB	João Pessoa/PB
3	Turismo	UA	Aveiro/PT
2	Letras	UA	Aveiro/PT
2	Supervisão	UA	Aveiro/PT
2	Edu. Física	UP	Porto/PT
1	Esp. Alto Rend.	UP	Porto/PT

Fonte: Projeto Prata da Casa, 2007

Nesse contexto, muitos dos mestrados continuaram nas Instituições e prosseguiram seus estudos em nível de doutorado.

4.2 A origem do Projeto Prata da Casa na voz dos seus responsáveis

A fala do Coordenador do PPC (2009) mostra as razões de criação do Projeto:

O princípio básico que levou à criação do PROJETO PRATA DA CASA foi o da JUSTIÇA SOCIAL... Como melhorar padrões de miserabilidade se o que nos cerca é ruim? Que condições têm os maranhenses de mudar suas vidas, se a eles não se dá o mesmo número de oportunidades que os de Estados ricos em tudo, escolas, bibliotecas, transportes, saúde, empregos, grande número de instituições formadoras e capacitadoras? Como criar oportunidades se os que estão legalmente institucionalizados, não dividem o poder, não querem ou não têm condições de gestarem a formação do seu povo? Como ter coragem de procurar brechas em instituições de renome, e ir atrás delas visando beneficiar mais que alunos..., todo o Estado do Maranhão? Porque não? (COORDENADOR DO PPC, 2009).

Para bem entender o que o texto acima evidenciou é preciso compreender as principais forças político-econômicas implicadas. De um lado o Estado brasileiro que se ausenta das questões mais cruciais da vida de uma nação, naquilo que existe de mais preponderante, a cidadania e a educação. O Estado, na sua versão mais recente, a neoliberal, em termos de mundo é o mesmo que opera com mão invisível também no Maranhão.

No dizer de Bresser-Pereira (1999, p. 57):

A reforma Gerencial de 1995 foi definida inicialmente no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). Neste documento, após constatar a ineficiência do serviço público existente no Brasil, desenvolve-se um quadro teórico para a reforma, inspirado nas reformas gerenciais que estão sendo implementadas desde a década de 80 em certos países da OCDE, e particularmente na Grã-Bretanha. A reforma envolve: a) a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios; b) a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado, estabelecendo-se uma distinção entre as atividades exclusivas que envolvem o poder do Estado e devem permanecer no seu âmbito, as atividades sociais e científicas que não lhe pertencem e devem ser transferidas para o setor público não-estatal.

A justiça social no Maranhão nunca foi bem praticada porque os “encastelados no poder” (expressão usada pelo coordenador do PPC) assumiram uma visão de Estado (Governo Central) mais leve, mais ágil, dinâmico tal como dizem Coutinho (2004), Cunha (2003) e Draibe (2003) referidos no capítulo 2.

Os princípios básicos positivistas que induziram ao corte nos gastos públicos foram acompanhados ainda de um discurso de justiça social. Porém, na prática àqueles que não nasceram tão iguais, restavam poucas saídas, por exemplo, a oportunidade de avançar na qualificação profissional docente em nível *stricto sensu*.

O coordenador do PPC apresentou a conceituação de Universidade em consonância com Le Goff (1973), que tem uma visão de universidade, discutido no capítulo 2 deste trabalho, conforme o vocábulo romano, *universitas*, explica que é a universalidade, a totalidade, o todo, o universo, o conjunto das coisas, o colégio, ou a comunidade de pessoas.

E, a partir desta concepção, explica a origem do PPC:

Com base nessas duas realidades, situação dos docentes e concepção de Universidade, procurei o Reitor da época, prof^o Aldy Mello, apresentando uma proposta para oxigenar a Universidade, pretendendo injetar sangue novo nos quadros docentes, que fosse derivado de diferentes instituições de ensino do Brasil e futuramente, com perspectivas as do exterior. Essas razões eram suficientes para insistir e realizar alguma gestão junto aos meios que conhecia (pessoas, autoridades, profissionais e instituições fora do Maranhão), na tentativa de buscar essa oxigenação. O que existia não era universidade tal como o termo deva ser compreendido. (COORDENADOR DO PPC, 2009).

Fica evidente, portanto, que a origem do Projeto, o princípio básico de sua criação passa por questões, tais como, democratizar o acesso à qualificação profissional de docentes como forma de imprimir qualidade no ensino superior, através de políticas públicas, equidade, como conseqüência se terá regiões menos miseráveis no que diz respeito ao desenvolvimento humano.

Complementando, o Coordenador diz que:

Enfim se razões se pautaram, porque se observou: recursos humanos docentes existentes em quantidade e qualidade diminuta em áreas carentes para a formação de profissionais para atuarem no Maranhão, face a sua miserabilidade (IBGE). Dominação de grupos de direita e pseudo-esquerda com **regimes de verdades** sem ética alguma. Exercício profissional constituído de presunçosos e profissionais ausentes da práxis. Para que fazer mestrado/doutorado? Do jeito que está/estava, é/era bom. Lembrar, ainda que a renovação, quando se permitia, era de candidatos dos parentes e amigos que receberam uma das duas vagas PICDT oferecidas pela CAPES, por ano e com ligeira dominância dos de branco, para capacitar-se fora. O conformismo dos acomodados. (COORDENADOR DO PPC, 2009, grifo nosso).

Nesta perspectiva, percebe-se a essência do que é, do que foi o Projeto Prata da Casa: ser uma gestão eficiente, uma ferramenta-setor de ponta, que sem estar na estrutura organizacional da UFMA, interveio nos variados setores que precisavam de ações mais urgentes. Como projeto institucional, cessou um pouco suas atividades, haja vista o Coordenador ter se aposentado compulsoriamente. Em continuidade, a fala do Coordenador indica como foi recebida a ideia da criação do Prata:

Alguns, com incômodo, e, outros com aparente adesão. Alguns com represálias extremas porque seu castelo estava ameaçado. Reagiram irracionalmente como uma intelectualidade em perigo, porque pontificavam até então; não queriam sócios. Diversidade não deve existir na Universidade. Muitos professores procuraram o Projeto para que nós estabelecêssemos contatos com orientadores e instituições (o que não era/é feito por políticas públicas locais; não se importaram nunca, nem agora; os interessados que se virassem/ virem). No alunado a instalação do Projeto Prata da Casa foi de motivação, de busca e disputa- na estrutura organizacional, que oferecia apenas duas vagas de PICDT por ano. No que concerne à pesquisa então, o incômodo é/ foi muito maior. Pouco se faz nesse segmento seja em áreas humanas, saúde ou técnicas; a pesquisa é mínima. Não havia nenhum mestrado ou doutorado até então. Pesquisa livre, pouquíssima. Pesquisas que resolveram algum problema do entorno, nem pensar. O 23º Estado da nação está aí cheio de problemas; quem disse que isso é fonte de pesquisa? (COORDENADOR DO PPC, 2009).

Entrevista com os três Reitores, que estiveram na UFMA nos dez anos do PPC, possibilitou saber dos objetivos, a filosofia de trabalho, a origem do Prata.

O primeiro Reitor:

Sim, haja vista a idéia de Prata da Casa era minha e do Sebastião Duarte. A preocupação nossa era formar quadros. O Prata da Casa criou esse momento de energia própria. Quando Sebastião Duarte voltou do Doutorado eu o tornei Pró-Reitor de Pós-Graduação. Ele foi realmente a pessoa que bolou o projeto. Nós apenas incluímos o projeto no conjunto das preocupações da Universidade. Na época estava aqui o Erasmo, muito entusiasmado. Tinha chegado da Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul e então, ele ficou coordenando o projeto. Ficou muito bom. Cresceu muito. Ele passou pela extensão, mas, era um projeto da Pós-Graduação. Agora, evidentemente que o objetivo do Prata da Casa, é um objetivo ao lado de outros projetos, se integrar a outros projetos, realmente localizado o talento, ele de fato dá oportunidade de que esses talentos sejam aproveitados. (REITOR, 2009).

No início do capítulo já se evidenciou que o projeto nasceu no DE-I e que foi encampado pela Reitoria e Pró-Reitoria de Pós-Graduação sendo esta última assessora do levantamento da formação dos docentes da UFMA.

O segundo Reitor respondeu:

Especificamente em relação ao Prata da Casa, ele tem uma historicidade, ele surge quase dez anos atrás. Quando nós encontramos o Prata já foi com um trabalho prestado para a instituição. É claro, que nós procuramos estabelecer sempre o maior dialogo com a equipe de professores que representavam o Prata no sentido de dar continuidade a todo o processo enquanto projeto de ensino, de pesquisa e de extensão dessa Instituição. (REITOR, 2009).

Com esta afirmativa fica garantido o reconhecimento do Projeto na sua concepção política.

O terceiro reitor se manifestou da seguinte forma:

Como se tratava de um Projeto em andamento o PPC foi acolhido pela administração superior da UFMA, pela natureza do trabalho que executava que possibilitou, entre outros resultados, o aumento do contingente de profissionais pós-graduados no âmbito da UFMA. Não se trata de concordar com a filosofia de trabalho do PPC, mas de admitir os princípios, dele advindos. (REITOR, 2009).

A partir dessas considerações compreendeu-se que o PPC desenvolveu ações na UFMA, com o objetivo de minimizar os impactos causados pelas circunstâncias advindas do modelo político-econômico, o neoliberalismo, as relações de poder política no Estado e na própria Universidade e que por décadas exigiu das Universidades brasileiras a busca por mecanismos que lhes fizessem mais ágeis em termos de ensino, pesquisa e extensão.

Não obstante, a educação brasileira se arrasta ao longo da história com situações de abandono, de descaso político, de falta de políticas públicas e com a adoção do modelo neoliberal, nota-se que muito da realidade apontada tornou-se mais crônica ainda.

Considera-se relevante voltar no texto, extrair o discurso do primeiro Reitor da UFMA, as seguintes aspirações em termos de Universidade como forma de dar destaque ao que se concebe na atualidade.

A Universidade tem que ser, a um tempo, profundamente humanística, para não trair as suas origens e seu objeto – o Homem; e eminentemente tecnológica, para não faltar as suas condicionantes históricas e pragmáticas de ordenadora do progresso total. A meta, a médio e longo prazo, será transformar a face do Estado e da região, fermentando a massa estudantil, fazendo crescer as oportunidades no mercado de trabalho, qualificando a mão de obra dispersa, fomentando a pesquisa por todos os meios. (TAJRA, 1985, p. 29).

Com estas explicações fica claro que a aspiração por uma Universidade que interviesse nos destinos de um Estado que carrega na sua história os condicionantes que desfavorecem a essência do que se entende por cidadania.

4.3 Apoio institucional ao Projeto Prata da Casa

Em relação ao apoio dado ao PPC, os Reitores se manifestaram. O primeiro Reitor comentou:

O apoio, ao Projeto Prata da Casa, foi um apoio muito grande, acho que um apoio... muito...(pausa) Ele nasceu lá, realmente foi lá que ele nasceu, na nossa administração e não adiantava fazer um trabalho desse sem apoio. Eu acho que houve um apoio generalizado, um apoio completo. O PETI cresceu, o PIBIC cresceu, que é a Iniciação Científica. A CAPES passou a ver com bons olhos o próprio trabalho na Universidade Federal

do Maranhão. Não foi fácil, porque a gente lutou muito para romper as barreiras entre Norte e Sul. (REITOR, 2009).

O ex- Reitor se refere à desigualdade regional do país, que classifica o Brasil em regiões ricas e regiões extremamente pobres, nas quais a falta de oportunidades é acentuada, aliada ao descaso político, a falta de políticas públicas.

Na sequência a resposta veio em tom de grande afirmação em relação ao PPC.

Agora, enquanto projeto, nós dialogamos com a coordenação e eu diria, eu iria até além, se a pergunta você me diz o seguinte: que tipo de apoio foi dado ao projeto? O apoio que nós demos foi institucional, foi de respeito administrativo, foi garantir alguns espaços, de garantias, de apoio realmente. (REITOR, 2009).

Para o terceiro ex-Reitor a resposta dada, garante que houve total apoio administrativo revelando assim, uma inconsistência entre o discurso administrativo e a operacionalização do PPC:

A UFMA disponibilizou ao Projeto a infraestrutura necessária ao seu funcionamento: sala climatizada, ramal telefônico, mobiliário e equipamentos eletrônicos, entre outros. Por outro lado, as propostas de cursos de extensão encaminhadas à então Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis-PREXAE, foram disponibilizadas com o apoio do Departamento de Extensão da referida Pró-Reitoria. (REITOR, 2009).

Toda essa disponibilidade é negada, segundo o depoimento do coordenador:

A conta telefônica do Prata da Casa nunca foi paga pela UFMA em 10 anos. Nunca foi cedido um carro da UFMA para buscar professores ou autoridades estrangeiras que vieram a nosso convite, no aeroporto. Quando foi dado o apoio gerou polêmica e descaso no atendimento, irresponsabilidade e descompromisso vergonhoso, pois estavam acostumados a fazer o que bem entendiam, e davam demonstração de teimosia e gueto. (COORDENADOR, 2009).

Os reitores ainda complementam. O primeiro Reitor aponta:

A questão da autonomia na gestão, na nossa administração foi uma questão muito forte... porque... acho, que você dá autonomia às pessoas que tem confiança e conseqüentemente as pessoas que tem competência. A Universidade é uma instituição que ela, ela cresce, ela evolui, ela não... cada geração que passa deixa a sua contribuição, cada gestão que passa deixa a sua contribuição e eu acho que essa contribuição... ela, ela se prende muito à autonomia e a competência das pessoas que exerce o cargo. Os profissionais que exerceram cargo na minha época, todos eles tiveram muita autonomia. Eu acho que a autonomia é muito importante para o profissional que dirige não só projeto, como o Projeto Prata da Casa, mas, toda e qualquer atividade gerenciada pela administração, os chefes de departamento, os coordenadores de curso são pessoas que realmente, sempre tiveram muita autonomia durante minha administração para realização de suas tarefas. (REITOR, 2009).

Do segundo Reitor obteve-se esclarecimento semelhante:

Nós sempre entendemos a Universidade plural e por ela ser plural nós sempre também procuramos estimular qualquer iniciativa de grupos de professores, grupos de discentes e docentes, grupos de técnicos administrativos no sentido de que projetos fossem realmente dinamizados e incentivados. É claro, que especificamente em relação ao Prata da Casa eu acho que ele tem uma historicidade, ele surge quase dez anos atrás, quando nós encontramos o Prata já foi com um trabalho prestado para a instituição. É claro, que nós procuramos estabelecer sempre o maior dialogo com a equipe de professores que representavam o Prata no sentido de dar continuidade a todo o processo enquanto projeto de ensino, de pesquisa e de extensão dessa Instituição. (REITOR, 2009).

Do terceiro Reitor, pode-se perceber as principais ideias:

Não. O Projeto Prata da Casa constituiu-se em um Projeto atípico no âmbito da UFMA. Ao assumir a Reitoria em outubro de 1996, o referido Projeto já se encontrava em andamento. Durante a minha gestão foi solicitado aos órgãos competentes que o regularizassem de acordo com as normas da casa. (REITOR, 2009).

A autonomia, neste bojo, passa a ser questionada, apresentando-se de forma difusa, incompreensível, porque o conceito, historicamente nasce na cultura política da democracia grega para indicar as formas de governo autárquicas, e é somente a partir do humanismo individualista da Idade Moderna, que o conceito de autonomia se aplica ao indivíduo. A partir de então, o indivíduo se torna um autêntico sujeito moral, titular de direitos e deveres correspondentes e capaz de praticar o bem voluntária e racionalmente. Assim, ter autonomia implica dizer que o sujeito possui condições objetivas e subjetivas para transitar em espaços com liberdade, consciência e responsabilidade.

No depoimento do coordenador do Projeto, ainda se pôde extrair ideias sobre a suficiência do apoio dos Reitores ao desenvolvimento das ações do projeto.

Nós criávamos os apoios e tínhamos vida própria. A bem da verdade como é/era um projeto de gestão, a horizontalidade nas relações sempre foi a arma usada. Na realidade, no Prata da Casa, nós sempre criamos as condições, não esperamos como soe acontecer por aqui (incorporada que está a praga da oligarquia, do apadrinhamento). Tudo foi bolado por nós: dos alvos às gestões, projetos, cursos, meios e suporte aos egressos. Os meios de gestão e os processos foram inúmeros, dada a variedade de segmentos de ensino, pesquisa e extensão. Engavetamos muitas ações pró-positivas porque estivemos assoberbados de trabalho imbecil gerados por denúncias e maledicências de inúteis e mal resolvidos. Se em cada caso de sucesso do Projeto Prata da Casa fosse narrado seu fluxo, o resultado mais conveniente como produção do conhecimento; nossa ideologia já estava estruturada há tempos e não foi originada nos discursos masturbatórios [sic] que se vêem atualmente; isso é lixo diletante, do ponto de vista da urgência que esse Estado precisa. (COORDENADOR DO PPC, 2009).

Todos esses avanços apontados pelo Coordenador do Projeto serão explicitados em item próprio, que especificará todo o desenvolvimento das ações do PPC.

A questão mais visível refere-se ao contexto no qual o depoente retrata a pobreza do Estado, o Maranhão, que em tempos não tão remotos, gozou de certa abundância financeira, como escreve Gonçalves (2000) quando extrai do discurso de posse governamental, a fala do governador eleito àquela época, quando anuncia um passado recente de glórias e um presente de decadências originárias da oligarquia instaurada no Estado do Maranhão e denunciada pelo recém governador e que segundo a autora, nada fora feito de inovador que modificasse o estado de coisas, pelo contrário, a oligarquia se perpetuou.

4.4 A implantação do Projeto Prata da Casa

O Coordenador do PPC relata ainda em seu depoimento os passos dados para a implementação do Projeto.

Inicialmente foi de muitas providências/movimentação/viagens para encaminhar a primeira turma, porque já havia vencido o prazo de envio de alunos para mestrados e de oferecimento de bolsas que a CAPES nos deu. Atuamos nesse momento na sala do Pró Reitor de Pesquisa porque não havia tempo para instalar o Projeto, não queríamos perder o início dos cursos de PG. As gestões foram emergenciais e rápidas; muitas viagens ao interior de S. Paulo, junto aos programas de PG da UNESP, ao Rio de Janeiro, ao Rio Grande do Sul, Em seguida, acrescenta-se que a seleção inicial dos alunos (23) foi feita por colegiado/comissão formada por coordenadores de cursos ou seus representantes para cada área ou espaço conseguido nas Instituições Federais de Ensino Superior/Instituições de Ensino Superior (IFES/IES). A seleção seguia os critérios e trâmites dos mestrados das instituições conveniadas. Houve delas, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por exemplo, que enviou selecionador para o Maranhão. No mais eram aplicadas as provas exigidas: por fax, envelopes lacrados e outras exigências. (COORDENADOR DO PPC, 2009).

Ao definir contornos da forma de realização e implementação segundo o depoimento do Coordenador foram despendidos muitos esforços, haja vista a escassez de recursos destinados às IFES, aliada a má vontade política, o descaso daqueles que deveriam conduzir bem o futuro de seus cidadãos.

Encontrou-se, no Programa de Educação da UNESP de Marília, na Memória da Pós-graduação da CAPES, Sistema de Avaliação no item: Proposta do Programa - Intercâmbios Institucionais (ANEXO A) o seguinte:

Outra modalidade de intercâmbio, implantada já em 1996, que tem se revelado bastante promissora é o convênio firmado com a Universidade Federal do Maranhão, denominado Projeto Prata da Casa, pelo qual aquela Universidade encaminha à UNESP, alunos selecionados de seus cursos de Graduação para a realização do Mestrado com vistas à sua contratação como docentes da Instituição. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 2010).

Na Proposta do Programa assinala ainda que o convênio é patrocinado pela CAPES, que destinou uma cota especial de bolsas para os/as alunos/as.

Essa disponibilização de bolsas destinadas aos egressos da UFMA é contestada pelo coordenador do PPC, como foi esclarecido no início do capítulo.

4.5 Aspectos legais do Projeto Prata da Casa

Encontrou-se na sala da Assessoria de Convênios da UFMA (ASCONV), a cópia de três convênios. A Universidade Federal do Maranhão assinou convênio de colaboração acadêmica científica e cultural celebrados com a Associação Prata da Casa (APC) em 31 de julho de 2000 (ANEXO B), e que demonstram e oficializam a entrada do Prata como APC na UFMA como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Este convênio de colaboração foi assinado pelo então Magnífico Reitor Professor Doutor Othon Bastos e a primeira Presidente da APC, a senhora Professora Nerine Lobão Coelho, no Campus Universitário do Bacanga, na Avenida dos Portugueses s/n.

Neste convênio foram identificados os seguintes aspectos:

Que as duas instituições partilham interesses e objetivos comuns nos campos acadêmico e cultural, que a segunda se originou da primeira e existe para lhe otimizar as possibilidades de expressão; que as Universidades, pela sua própria essência, finalidades objetivos, devem entender as intenções globalizantes do mercado e estabelecer canais de comunicação que facilitem e permitam o intercâmbio do conhecimento científico e cultural, e que por causa da estrutura que as compõem, tem dificuldade e urgência em estabelecer parcerias para efetivar sua produção e agilizar meios e benefícios à comunidade regional e local; que se trata de Instituições com personalidade jurídica própria, o que lhes permite celebrar convênios dessa natureza para um melhor cumprimento dos fins a que se propõem. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2000, p. 81).

O Convênio distribui suas convenções em nove cláusulas que versam sobre o objeto do acordo, da execução, dos termos aditivos, dos recursos, da publicação, da divulgação, da vigência, da rescisão e do foro. Chama-se a atenção para a cláusula segunda e sétima, respectivamente, que tratam da execução e da

vigência. No caso da execução, o convênio estabelece que para a execução de qualquer projeto ou atividade, a Associação Prata da Casa (APC) deverá apresentar um Plano de Trabalho que constará do seguinte: identificação do objeto específico; as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, o plano de aplicação dos recursos, o cronograma de desembolso, a previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão provável das etapas ou fases programadas. O convênio estabelece ainda o prazo de vigência de 05 anos, a partir da data de assinatura possibilitando a prorrogação desde que fosse renovado mediante novo instrumento contratual.

Outro convênio assinado entre a Universidade Federal do Maranhão, esta representada pelo Magnífico Reitor Fernando Antonio Guimarães Ramos e a Associação Prata da Casa, representada pelo senhor Joaquim de Oliveira Gomes, (ANEXO C). Neste convênio observa-se que o conteúdo do texto se assemelha ao primeiro documento firmado entre as partes citadas, contendo as mesmas cláusulas e assinado no dia 10 de janeiro de 2006.

No dia 27 de julho de 2007, foi assinado entre o Reitor da Universidade Federal do Maranhão, Fernando Antonio Guimarães e o Presidente da Associação Prata da Casa, senhor Joaquim de Oliveira Gomes um Termo de Re-Ratificação ao Convênio n. 003.001/2006, visando a correção de endereço, e que repete os termos do convênio, já citado (ANEXO D).

Assinaram em 13 de agosto de 2007, um convênio visando a implementação do Projeto Prata da Casa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Maranhão (ANEXO E), que tem como objeto o estabelecimento de intercâmbio didático-científico, cujos objetivos se expressam em capacitação acadêmica do corpo docente, através de parceria com outras Universidades do País; melhoria do ensino superior; incremento e qualificação da pesquisa no que tange a relevância científica e social; melhoria das condições de infra-estrutura e de administração para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino universitário. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2006b).

Um outro aspecto que compõe a trajetória histórica do Projeto Prata da Casa se refere à questão de ter se constituído uma ONG e depois se tornado uma OSCIP, o que se pôde identificar quando o coordenador do Projeto esclareceu em seu depoimento:

É muita coisa a dizer, apenas resumiremos algumas situações: sem a ajuda oficial para fazer-se, precisando-se injetar rapidez a fluxos e dinamizar cursos precisávamos de meios, como fazer? A APC-Associação Prata da Casa foi criada como ONG para atender ao Projeto, a essa circunstância. O Projeto não virou uma ONG. Ele teve que criar um fluxo paralelo, não institucional, para ter mobilidade, já que a própria estrutura a que ele iria servir dificultava (e dificulta) tudo. O próprio Ministério da Justiça o transformou e diplomou como OSCIP. (COORDENADOR, 2009).

Esse fluxo paralelo a que se refere o Coordenador, foram as parcerias com prefeituras do Estado do Maranhão que o PPC manteve como forma de agilizar alguns recursos para cumprir um dos seus objetivos que era a formação de professores da rede estadual e municipal de educação.

Conforme se vê no documento, a certificação da Associação Prata da Casa, em 23 de março de 1999 (ANEXO F), que segundo depoimento do coordenador do Projeto, era preciso maximizar os fluxos da Universidade e, por várias vezes, é mencionado o termo oxigenação. O ocorrido no depoimento é corroborado pelo Ex-Reitor quando esclarece a necessidade do Reitor, de estar sempre de mãos estendidas para o Ministério da Educação (MEC), como uma simbolização de quem estivesse a pedir uma esmola, haja vista a Universidade não dispor de recursos nem para pagar água e luz.

4.5.1 Os graduados dos cursos da UFMA e os objetivos do Projeto Prata da Casa

As formas de engajamento dos graduados ao ingressarem no Mestrado das diversas Universidades e o conhecimento que tinham sobre objetivos, valor e ações do PPC, mostram que a busca por qualificação/titulação docente era fundamental e os ingressantes, enviados pelo PPC, aos Programas de Mestrado das IES, tinham consciência disto.

Os egressos do Prata e que hoje fazem parte do quadro institucional da UFMA, assim se posicionaram com relação às vivências no Prata.

Identificou-se as falas dos sujeitos como professor 1, 2, 3 para garantir a privacidade dos depoentes.

Todas essas entrevistas constituem discursos espontâneos, com base empírica e refletem a vivência no momento em que os alunos ingressavam no Projeto, procuravam definição profissional e buscaram uma qualificação. A opinião deles:

Acredito que foi em 1995 que a gente fez a disciplina Programas e Currículos, com o professor Erasmo. Nesta disciplina Programas e Currículos, conheci o professor Erasmo nesse momento. Ele estava entrando na UFMA. Eu fiquei muito encantada com o professor Erasmo. Nós tivemos na disciplina vários arranca-rabos, várias brigas, mas a gente acabou, se encantando um pelo o outro. E nesse momento, também estava à procura de alguém que me ajudasse na monografia, procurei uma professora do curso, a professora Conceição, mas, não deu certo. Através de uma colega de curso que estava sendo orientada pelo Prof.º Erasmo, como ela viu que eu precisava terminar, que eu estava angustiada com relação a orientação da monografia, ela perguntou por que não procurava o procurava. Fui conversar com ele e a partir daí, ele começou a me orientar. Orientou a monografia inteira e falou pra mim sobre o Projeto Prata da Casa, mas também de uma forma muito rápida. [...] A partir daí, de acordo com os critérios do professor Erasmo, da banca e tudo, fui chamada para ir para o Prata, para fazer o Mestrado em São Paulo. Nessa época, na verdade, não tinha muita noção do que era Mestrado. Isso não era discutido no curso nesse momento, na realidade muitos professores não tinham Mestrado, tinha muito essas questões na época, mas aí, eu entrei e acabou dando certo. (PROFESSORA 1).

Os ingressantes no Projeto procuravam definição de suas vidas e com isso buscavam uma qualificação profissional. Como se observa a seguir:

Conheci o PPC por intermédio do Professor Erasmo Campello, que era meu professor de Metodologia da Pesquisa, no curso de Letras em 1997. O professor, nessa ocasião, falou do Projeto, suas propostas e sugeriu que eu submetesse um trabalho para avaliação. Inclusive, ele me sugeriu o objeto de investigação, que me rendeu o Mestrado, o Doutorado, objeto que até hoje estudo como professora da UFMA. (PROFESSORA 2, 2009).

Mais uma comprovação de que o PPC instigava a curiosidade de quem dele se aproximava e deixava clara a vocação do Projeto, para qualificar novos professores que pudessem contribuir sobremaneira com a Universidade na sua tríplice função:

Minha aproximação e participação no Projeto Prata da Casa aconteceram ainda no início do Projeto, por meio do contato com o seu coordenador, o Professor Doutor José Erasmo Campello. Na época, 1995, eu estava prestes a concluir o curso de Letras, estava cursando a disciplina de MTPP (Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica), ministrada pelo professor Erasmo, que comentou sobre o PPC e seu objetivo: proporcionar aos recém graduados da UFMA, a oportunidade de continuar os estudos, em nível de mestrado, em outras universidades brasileiras. (PROFESSORA 3, 2009).

Era propósito, expectativa da Reitoria e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, qualificarem os docentes da UFMA e quando a ideia veio do DE I, eles a encamparam e assumiram a autoria do Projeto, enquanto projeto institucional.

Um outro sujeito participante do PPC foi objetivo dizendo:

Conheci o Prata através de uma professora da UFMA. Se minha memória não me trair, acredito que isso aconteceu entre 1994 e 1995, quando cursava o Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão e tive como professor na disciplina Currículo e Programas I e II, o prof. José

Erasmus Campello, lembro que após ter cursado a disciplina, [...] e me disse que estava ou que vinha trabalhando num Projeto. Assim, após algum tempo ele me deu o Projeto – que dizia o que seria o Projeto Prata da Casa - para ler, como na época era extremamente imatura, li, compreendi algumas coisas e não dei muita importância, só uma coisa ficou gravada, tinha que sair de São Luís e estudar Mestrado fora, e ainda mais que seria em São Paulo, uma cidade que odiava gratuitamente, e isso não queria para mim e nem via como. Na época da seleção, já cursava o último período do Curso de Pedagogia e estava envolvida com os Estágios e a Monografia. [...] eu tinha um álibi perfeito para não ir, tinha uma seleção que dependia da escrita de um projeto de pesquisa. O coordenador pediu que fizesse um projeto do jeito que sabia, então fiz, e fui para seleção. Mas, tudo parecia irreal. Recebi muitos incentivos dos professores do próprio curso de Pedagogia, que me alertavam dizendo: - “muitos de nós professores queríamos uma chance dessas, portanto vá, não a perca”. Finalizando, não me restou alternativa senão ir. Esta foi a minha aproximação e participação no PPC. (PROFESSORA 4, 2009).

No discurso acima se descobriu um descontentamento: enquanto há uma resistência por parte da graduanda em não participar do Projeto, os professores da Instituição ressentem-se da oportunidade que não lhes fora oferecida. O que corrobora a história de luta da UFMA, no sentido de buscar qualificação docente e que o PPC em seu diagnóstico, aponta.

Para outro, este início do projeto não foi um todo organizado e fácil de ser assimilado:

Num primeiro momento dessa vivência nós tivemos algumas dificuldades até porque as pessoas, os colegas não entendiam o projeto, sua concepção. Então, quando nós conversávamos com a administração, conversávamos com outros professores, eles achavam que o projeto estava qualificando pessoas que não estavam dentro da instituição, dentro da universidade. Obviamente que eles tinham razão porque naquela época tinha uma carência muito grande de professor, mas esse não era o propósito do Prata da Casa. O projeto era pegar os egressos e qualificar esses egressos no contexto da sociedade maranhense, ou seja, nós não estávamos qualificando. O projeto não visava somente a qualificação com interesse acadêmico mas também o interesse de levar para a sociedade pessoas com capacidade de formadores de opinião com capacidade de mudar essa nossa realidade, então, a visão do projeto principalmente do coordenador Prof.^o Erasmo era essa, era de oportunizar a nós maranhenses uma visão diferenciada. Então assim, num primeiro momento nós tivemos dificuldades depois disso com o tempo nós começamos a ter um acesso mais fácil e algumas portas foram se abrindo dentro do apoio da Instituição mesmo assim ainda não era aquele apoio ideal. Muitas das vezes o Professor Erasmo viajava com recursos próprios para dialogar com essas outras instituições e sem nenhum auxílio da instituição. Então, isso se buscava uma mudança nesse conceito e que a universidade pudesse apoiar melhor o Prata. (PROFESSORA 5, 2009).

Dado o caráter de urgência e a natureza do Projeto, não houve tempo hábil para que os ingressantes tomassem conhecimento do todo. A convivência acadêmica dos mestrandos ao se inserirem na vida institucional das Universidades destinadas foi fundamental para a assimilação desses objetivos.

Os ingressantes do PPC tiveram a oportunidade politicamente, de perceber as possibilidades da ação social e cultural na sociedade que atuariam.

Para apreender, em linhas gerais, o conjunto de condições, obstáculos e desafios que se colocaram no processo de organização e reorganização do Projeto Prata da Casa, é preciso considerar de um lado o idealismo subjacente ao nascimento do Projeto, seus objetivos, sua filosofia de trabalho, por outro, é preciso considerar toda uma série de contradições estruturais e seus desdobramentos que se constituíram historicamente no processo.

Percebeu-se na fala de um dos sujeitos envolvidos na pesquisa, o advento do projeto nascido de remotos sonhos quando a UFMA estava à “caça de talentos”, que a princípio, remete muito mais a uma utopia que propriamente a necessidade premente da Universidade de crescer, inovar na pesquisa, no ensino e na extensão e isso só se concretiza com muita “oxigenação” (termo empregado pelo Coordenador do PPC para dinamizar as ações dentro da Universidade) e com sujeitos concretos.

Em primeiro plano tem-se a contradição geral que é a lógica do capital, única e global, travestida de neoliberalismo, formas estratificadas, desiguais e fragmentárias que aviltam a classe trabalhadora, no que é considerado de mais relevante, o trabalho, a formação docente.

Realizou-se entrevistas e aplicou-se questionários que puderam fornecer não só um número maior de informações, mas também, aproximar-se das posições dos sujeitos que compuseram o capítulo da história do Projeto Prata da Casa.

4.5.2 Objetivos e ações do Projeto Prata da Casa

O PPC conseguiu em 10 anos de atividade: qualificar 110 Mestres e Doutores com apenas 43 bolsas de Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), da CAPES.

Essas bolsas tinham o valor mínimo de R\$ 350,00 ao mês.

Capacitou 300 especialistas em Educação Especial, Educação Infantil, Educação Escolar e Desenvolvimento Humano, Linguística e Coordenação Pedagógica.

Desenvolveu 30 treinamentos e assessorias às Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão atendendo aproximadamente 8.000 pessoas. Criação de uma

linha de pesquisa denominada Currículo e Segmentos Populares. Organizou e desenvolveu dois Congressos Internacionais. Organizou e publicou 16 revistas da Coleção Prata da Casa e oito livros de autoria própria.

Essas ações serão discutidas no próximo capítulo que tratará do impacto acadêmico, científico e cultural do Projeto Prata da Casa, no ensino, pesquisa e extensão na UFMA.

Ao secretário do PPC encaminhou-se questões que possibilitaram a compreensão da atuação junto à Universidade e o papel que desempenhava na Instituição conforme apêndice.

O projeto sempre teve preocupação, interesse em bem qualificar os nossos alunos, tanto é que trouxemos vários professores de outros Estados, mais bem qualificados para dar uma boa formação aos nossos alunos. (SECRETÁRIO, 2008).

Mais uma vez evidencia-se que as ações e objetivos do PPC foram sobremaneira assumidos com o compromisso de fortalecer a qualificação do corpo docente, responsável pela educação da sociedade maranhense.

5 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PRATA DA CASA: IMPACTO ACADÊMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL

Este capítulo apresenta o impacto ocasionado pelo PPC na UFMA, outras Universidades e inclusive nos profissionais (professores da rede estadual, municipal) e em outros espaços da universidade.

Como já descrito na Introdução, a presente pesquisa objetivou analisar as ações do Projeto Prata da Casa, desenvolvidas na Universidade Federal do Maranhão, durante mais de uma década e que essas ações causaram um impacto acadêmico-científico e cultural na UFMA, através das seguintes categorias de análise: origem do PPC, objetivos, ações do PPC, resultados obtidos.

O impacto de um processo docente-educativo se traduz em seus efeitos sobre uma população ampla: comunidade, estudante, administração que identifica efeitos tecnológicos, econômico-social, cultural, institucional, centrado na melhoria profissional e humana do homem e sua superação social.

Abdala (2004, p. 28) cita o impacto educacional dentro dos critérios gerais utilizados para definir a qualidade da gestão educacional. Estes critérios são: a eficiência educativa, o desenvolvimento de projetos e a eficiência operativa.

Tal definição remete ao espaço e o sujeito do estudo no qual se desenvolve o impacto, mesmo que tenha muitas dimensões de estudo, tais como a superação pessoal e profissional, ou referente ao conhecimento. Neste marco o que se pretende reafirmar são os resultados que o projeto Prata da Casa obteve na Universidade Federal do Maranhão.

Outra definição segundo Orozco e Gómez (1996, p. 23), se refere ao processo sistemático que permite a medição de resultados a posteriori através de indicadores, a fim de constar em que grau se tem alcançado os objetivos propostos em um período de tempo determinado.

O autor aborda e delimita também as esferas ou aspectos sobre os quais medir o impacto educacional e se refere a melhoria humana, profissional, laboral e a pertença social como as esferas a avaliar, esferas que por sua vez, compreendem numerosos aspectos em cada uma delas. (OROZCO; GÓMEZ, 1996, p. 23).

No caso deste estudo o interesse se volta para o impacto acadêmico-científico e cultural provocado pelo Projeto Prata da Casa na Universidade Federal do Maranhão.

Elejalde e Valcárcel (2002, p. 65) definem o impacto:

[...] como um dos traços que se deve abordar no processo de avaliação das instituições docentes e assinalam que dito impacto compreende: Efeitos sobre os estudantes, administração, comunidade e entorno social; melhoria profissional e humana; superação social; organização e prestígio alcançados; serviços disponíveis para estudantes, professores e comunidade.

Todos esses autores estimam que cada um destes aspectos podem ser valorizados e que todos em seu conjunto determinam o impacto.

Desse entendimento, a pesquisa contemplou uma descrição e reflexão crítica e apresenta a tese a partir do impacto das ações do Projeto Prata da Casa, na Universidade Federal do Maranhão, para verificação e demonstração da hipótese inicial, de que em dez (10) anos de atuação o Projeto agiu, ocasionando impacto acadêmico-científico nas relações da Universidade Federal do Maranhão, no ensino, pesquisa e extensão a partir das seguintes categorias: formação e titulação dos docentes; ensino (cursos de especialização); egressos do Projeto Prata da Casa contratados pela Universidade Federal do Maranhão; grupos de pesquisa; cursos de extensão; eventos e socialização do conhecimento; publicações e experiências acadêmicas e culturais.

A pesquisa, segundo Demo (2001) trata de questões não respondidas, inquietações que surgem que emergem da prática ou da reflexão, e pode ser considerada como um trabalho de organização, elaboração e aplicação de certos conhecimentos, pressupondo exploração, coleta, análise e o esforço de compreensão da totalidade de elementos e processos envolvidos de tal modo, que o resultado represente uma amplificação, um alargamento e um aprofundamento do conhecimento acerca da questão inicial ou do problema proposto.

Nos Relatórios Anuais das Ações da Universidade Federal do Maranhão, o quadro da qualificação docente, no período de 1994 a 2006, desta Instituição, e como fora apontado pelo Coordenador do Projeto ao se inserir na Universidade Federal do Maranhão, com apenas 30% do corpo docente titulado.

A Universidade Federal do Maranhão, por meio da Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional (ASPLAI), subordinada à Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas (ASPLAN), divulgaram todas as ações no Anuário Estatístico com o objetivo de fornecer informações atualizadas sobre a Instituição, permitindo o acompanhamento da evolução nos seus diferentes setores

e atividades, como também possibilitar o registro da história da Universidade Federal do Maranhão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2006a).

Neste Anuário foi apresentada uma ampla e variada gama de informações sobre as atividades e sobre o desempenho da Instituição dos últimos anos. Foi escolhido o ano de 1996, por ser o ano que o PPC envia a primeira turma de graduados às Universidades brasileiras para se qualificarem em nível de Mestrado, depois de comprovada, via diagnóstico da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a defasagem da qualificação docente na UFMA.

A UFMA contava com apenas 61 doutores e 238 mestres em seu quadro institucional, a maioria era de graduados e especialistas conforme demonstrado no quadro IV, do capítulo 4. Também foi apontado pelos sujeitos pesquisados quando dizem que em 1996, pouco se falava em Pós-Graduação e muito menos em Mestrado e Doutorado.

Vale ressaltar que o objetivo maior da criação do Projeto, foi exatamente sanar a questão dessa deficiência, a qualificação do corpo docente, como afirmou o coordenador em depoimento.

Na atualidade, o quadro de pessoal docente da UFMA encontra-se assim distribuído e nesses dados existe um número expressivo da massa crítica qualificada pelo Prata da Casa.

Assim muitas das questões levantadas em relação à UFMA ao longo desse texto, algumas coisas mudaram, outras nem tanto. Permanecem algumas lacunas em termos de inserção via concurso público, de novos professores.

Quadro 4 - Docentes da Universidade Federal do Maranhão-2010

Titulação	Superior	Básico Téc. Tecnológico	Total
Doutores	485	02	487
Mestres	519	21	540
Especialistas	112	46	158
Graduados	46	14	60
Total	1162	83	1245

Fonte: Universidade Federal do Maranhão, 2010b

Desse total de docentes titulados, demonstrado no quadro acima, o PPC contribuiu para essa formação com mais de 70% de mestres e doutores. Do total de

8 (oito) egressos da área de Educação, enviados à UNESP de Marília, para cursarem Mestrado 5 (cinco) pertencem ao quadro institucional da UFMA e outro egresso pertence ao quadro de funcionários do Hospital Universitário Presidente Dutra.

5.1 O Projeto Prata da Casa e a titulação docente

Destaca-se o início do Projeto na UFMA, em 1996, quando foi feito, via Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o diagnóstico da qualificação docente, apenas 30% dos professores tinham alguma qualificação, neste momento verifica-se que o quadro atualizou-se com mais de 40% de docentes titulados pelo Prata e exercendo a função de docente.

Quadro 5 – Egressos do Projeto Prata da Casa e a atuação no mercado de trabalho

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE
Universidade Federal do Maranhão	40
Universidade Estadual do Maranhão	11
Rede Estadual e Municipal do Maranhão	26
Instituições de Ensino Superior Públicas/outros Estados	2
Outras Instituições	2
Instituições de Ensino Superior Particulares/MA	15
Rede Estadual/Municipal de São Paulo	2
Total	99

Fonte: Universidade estadual do Maranhão, 2011

Acredita-se que a qualificação docente será acrescida, haja vista a UFMA estar com dois Doutorados Interinstitucionais (DINTER), (UNESP/Marília e UNESP/Araraquara) em fase de conclusão e serão em média 40 docentes titulados do quadro institucional. Outro dado, que permite fazer essa análise, são os concursos públicos estaduais e municipais realizados nas últimas gestões que se encontram em fase de nomeação de profissionais de várias áreas, tanto da educação, como de outras licenciaturas. As instituições particulares já contaram com maior número de profissionais egressos do Prata, haja vista, a abertura de concursos públicos para as IES durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, terem sido escassos.

5.2 Cursos de especialização realizados

Paralelamente a todas essas ações desenvolvidas pelo Projeto, a partir de 1999, começou a funcionar nas salas de aula do Campus da UFMA, os Cursos de Especialização *lato sensu*, qualificando em torno de 300 especialistas, considerando as monografias defendidas. Além do Campus do Bacanga, esses mesmos cursos foram ministrados em Bacabal e Codó (cidades do interior do Maranhão onde a UFMA mantém campi). Esses Cursos eram ministrados por professores da Instituição/UFMA, mestrandos e professores convidados dos campi da UNESP, UFRJ, UFRGS, UFSM, distribuídos nos seguintes cursos:

Quadro 6 - Cursos de especialização ministrados de 1999 a 2006

Qtde	Cursos	Alunos Matriculados
1	Educação Infantil	35
1	Educação Escolar e Desenvolvimento Humano	35
2	Linguística Aplicada à Educação	70
6	Coordenação Pedagógica	210
6	Educação Especial	210
Total		560

Fonte: Projeto Prata da Casa, 2007

A propaganda desses cursos de Especialização era veiculada em todos os jornais da capital, São Luís, na Rádio Universidade FM e em todos os Departamentos de Ensino da UFMA. Ação propagandística similar era feita nas Secretarias de Educação (SEEDUC, SEMED) respectivamente do Estado e Município.

O processo de elaboração do projeto de cada curso de Especialização obedecia as determinações do MEC, da CAPES, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG), levando em conta os pré-requisitos exigidos, formulário próprio contendo as seguintes informações:

- a) Identificação do Projeto;
- b) Instituição;
- c) Curso;
- d) Grande Área e Área do Conhecimento;

- e) Unidade Responsável;
- f) Nome do Coordenador do Curso;
- g) Período de Realização; Carga Horária; Tipo; Vagas; Clientela-Alvo;
- h) Objetivos e Necessidade do Curso;
- i) Estrutura E Funcionamento do Curso;
- j) Processo Seletivo do Curso – Critérios de Seleção;
- k) Ementas e Bibliografias das Disciplinas;
- l) Metodologia de Ensino (Descrição e Justificativa);
- m) Dados Relativos ao Corpo Docente e Coordenação;
- n) Recursos Físicos e Materiais.

Depois de elaborado o projeto era encaminhado ao DE I, lido em Assembleia Departamental, discutido, se aprovado era encaminhado a um membro da Assembleia para elaboração de parecer favorável ou não, posteriormente levado ao Conselho de Centro e demais instancias da Instituição.

Os cursos de Especialização funcionavam nos meses de janeiro e julho, período que coincidia com as férias dos professores das redes estadual e municipal e a chegada dos mestrados oriundos das IES na cidade de São Luís.

A movimentação do alunado era intensa no quesito organização desses cursos. Alguns pediam apoio à imprensa local e o resultado verifica-se pelo número de chamadas nos veículos de comunicação da capital.

5.3 Atividades de extensão

O Projeto Prata da Casa intensificou as atividades de Extensão da Instituição com a sociedade, numa relação de parceria entre o saber acadêmico e o saber popular e com o objetivo de inserir os mestrados no fazer acadêmico, ou seja, a sala de aula.

Os cursos foram desenvolvidos na capital e no interior do Maranhão de acordo com a necessidade de aprendizagem de cada localidade em parceria com as Prefeituras, as Secretarias de Educação do Estado e do Município, atendendo aproximadamente mais de oito mil pessoas. O apoio era dado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE) que tinha uma estrutura composta da Assessoria Especial de Interiorização (ASEI), o Departamento de Extensão, o

Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e a Divisão de Administração.

Quadro 7 - Semanas de extensão do Projeto Prata da Casa

SEMANA	PERÍODO	TOTAL/CURSOS
I	05 a 10 de janeiro de 1998	40
II	13 a 18 de julho de 1998	18
III	11 a 16 janeiro de 1999	26
IV	12 a 17 de julho de 1999	20
V	12 a 17 de julho de 2000	09
VI	17 a 21 de julho de 2000	07
VII	29 de janeiro a 03 de fevereiro de 2001	13
VIII	23 a 28 de julho de 2001	11
IX	05 a 10 de janeiro de 2004	17
IX	12 a 17 de janeiro de 2004	27
X	10 a 15 de julho 2004	51
TOTAL		239

Fonte: Projeto Prata da Casa, 2007

Na I Semana de Cursos de Extensão realizada de 05 a 10 de janeiro de 1998, nas salas de aula dos diversos cursos da UFMA, foram ofertados 40 cursos, pelos mestrandos do PPC, nas áreas de Educação, Letras, Artes, Geografia, Comunicação, Odontologia Turismo, Educação Física com o objetivo de atender professores da rede estadual e municipal, estudantes de graduação e profissionais liberais (ANEXO G).

Na II Semana de Cursos de Extensão, realizada de 13 a 18 de julho, foram oferecidos 18 cursos, trazendo no folder as informações necessárias e explicitando os objetivos de cada Curso (ANEXO H).

Na III Semana de Cursos de Extensão, O PPC ofertou 27 cursos, realizado de 11 a 16 de janeiro de 1999, envolvendo os mestrandos oriundos da UNESP, UFRJ e UFSM (ANEXO I).

Na IV Semana de Cursos de Extensão, realizada de 12 a 17 de julho de 1999, traz no folder as informações quanto ao número de vagas de cada curso e o

valor das inscrições para cada segmento acadêmico. Foram ofertados 20 cursos. (ANEXO J).

Na V Semana de Cursos de Extensão, 9 cursos movimentaram graduandos, mestres e doutores e o Projeto Prata da Casa da UFMA, já como Associação Prata da Casa, mostrou-se disposto a enfrentar os desafios da formação dos cidadãos maranhenses (ANEXO K).

Com o apoio dos estudantes que, via Prata da Casa, aprimoraram seus conhecimentos em programas de pós-graduação fora do Maranhão, as semanas de extensão possibilitaram a implantação de processos educativos transformadores. Foi realizada de 24 a 29 de janeiro de 2000, com temas que foram desde os Parâmetros Curriculares Nacionais à crônica literária.

Na VI Semana de Cursos de Extensão realizada de 17 a 21 de julho de 2000, foram desenvolvidos 7 cursos, sendo 3 no turno matutino e 4 no turno vespertino. No folder de propaganda são explicitados os objetivos de cada curso (ANEXO L).

A VII Semana de Cursos de Extensão realizada de 29 de janeiro a 03 de fevereiro de 2001, contou com mestres e doutores da UNESP, UFRJ, UFSM, UFRGS e da Universidade Técnica de Lisboa, desenvolvendo 13 cursos pela manhã e pela tarde (ANEXO M).

A VIII Semana de Cursos de Extensão estendeu-se de 23 a 28 de julho de 2001, oferecendo cursos pela manhã e pela tarde num total de 11 cursos ministrados por mestres e doutores e voltados especificamente para professores da Educação Básica das redes estadual e municipal (ANEXO N).

A IX Semana de Cursos de Extensão realizada em duas etapas de 05 a 10 e de 12 a 17 janeiro de 2004 em parceria com as Prefeituras Municipais de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, municípios maranhenses. Esses cursos na área de Alfabetização de Jovens e Adultos, Técnicas de Ensino, Recreação na Escola, Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense, Sexualidade na Escola, Brinquedoteca, Lesados Cerebrais e a Educação Especial, Educação Inclusiva no Ensino Regular foram especificamente voltados para professores e técnicos de ensino. A inscrição cobrada equivalia a 2 quilos de alimentos não perecíveis com o objetivo de distribuir cestas básicas nas comunidades carentes do entorno da UFMA (ANEXO O).

A X Semana de Cursos de Extensão realizada entre os dias 5 e 10 de janeiro de 2005, estendeu suas atividades aos Campi da UFMA do interior do

Maranhão e outros municípios. Organizada no formato da semana anterior, com 40 vagas por curso, destinadas a professores da Educação Básica e técnicos de ensino (ANEXO P).

Ao mesmo tempo em que essas semanas eram ministradas no Campus da UFMA em São Luís, outros mestrandos se deslocavam para o interior do Maranhão para os municípios de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Bacabal, Pinheiro, Codó, Imperatriz, Caxias, Chapadinha entre outros, para ministrarem cursos de extensão segundo a necessidade local.

5.4 Publicações realizadas pelo Projeto Prata da Casa

A Coordenação do Projeto animada com a aceitação dos egressos nas distintas Instituições de Ensino Superior saiu em busca de outras ações, como a criação no Departamento de Educação I, da primeira Linha de Pesquisa: Currículo e Segmentos Populares. As reuniões ocorriam na sala do Projeto, sala 31, do Centro de Estudos Básicos, mais conhecido como CEB Velho que imprimiam uma discussão pedagógica no campo do currículo a respeito das questões de sala de aula, da formação de professores do curso de Pedagogia da UFMA e da própria realidade maranhense com suas peculiaridades.

A partir da criação da Linha de Pesquisa Currículo e Segmentos Populares, as discussões fluíram acerca da concepção de Currículo, da formação de futuros docentes pesquisadores e da própria realidade educacional maranhense, nasceu a idéia da primeira publicação da Coleção do Projeto Prata da Casa.

As Publicações da Coleção Prata da Casa, no total de 16 números que versaram sobre os mais variados temas da educação. Na apresentação de cada coleção estão explícitos os objetivos dessas publicações, com artigos escritos por alunos e professores da grande maioria das universidades com as quais o Projeto mantinha convênios. Estas coleções tinham ainda como objetivo, inserir os mestrandos na produção acadêmico-científica ligados aos objetos de estudo e às disciplinas cursadas no Mestrado, além de suprir o *déficit* na produção bibliográfica da UFMA.

A publicação de n. 1 da Coleção Prata da Casa inseriu os mestrandos da área de Educação com aproveitamento de trabalhos desenvolvidos nas diversas disciplinas cursadas no Mestrado (ANEXO Q);

A publicação de n. 2 da Coleção Prata da Casa envolve as áreas de Letras e Artes com a inserção de artigos de mestrados dessas áreas (ANEXO R).

A publicação de n. 3 da Coleção Prata da Casa envolve a área de História, Geografia e Sociologia, com o aproveitamento dos trabalhos dos mestrados dessas áreas (ANEXO S).

A publicação de n. 4 da Coleção Prata da Casa foi preparado nos moldes de uma cartilha, dirigida aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, da rede estadual e municipal do Maranhão (capital e interior) na aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em sala de aula, que traz reflexões sobre os conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, História Geografia, Artes, Ciências Naturais com implicações diretas para a sala de aula da realidade maranhense (ANEXO T).

Na apresentação da coleção de n. 4, do Projeto Prata da Casa (1998), um grupo de profissionais de educação, preocupado com a iminência da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo Ministério da Educação (MEC), Brasil e sua conseqüente adoção em todas as escolas brasileiras, resolveu refletir sobre eles, contextualizados que deveriam ser na realidade maranhense.

Na coleção de n. 4, por exemplo, sugere em Língua Portuguesa, que: o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

O isolamento do professor da rede estadual e municipal do Maranhão (capital e interior), em termos de preparação para trabalhar com os conteúdos de forma mais interdisciplinar, de integração dos conhecimentos, de valorização da cultura popular maranhense e da viabilidade de trabalhar com os PCNs, foi percebido a partir das semanas de extensão desenvolvidas no campus, pelos depoimentos e reivindicações colhidos em sala de aula. Essa foi a função precípua do quarto número da coleção, subsidiar os professores na questão didática da sala de aula das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Formado por professores do primeiro ciclo, pedagogos/as e licenciados/as em diferentes áreas do conhecimento, que faziam parte do Projeto, em qualificação de Mestrado nessas mesmas áreas, em várias Universidades brasileiras, esse grupo refletiu sobre aqueles documentos, utilizando para isso seus conhecimentos

práticos e a teoria estudada nos cursos que freqüentavam, realizando então uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977), sobre os principais PCNs: Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Educação Física, Artes, História, Geografia e Matemática.

A tarefa foi assumida com base nas circunstâncias: a enormidade de professores leigos, supervisores ainda sem preparo para a função de coordenação pedagógica, o tamanho das distancias físicas, culturais e sociais do Estado do Maranhão.

Com estas ações acredita-se que a realidade foi alterada com sugestões e reflexões, com o intuito de envolver a comunidade acadêmica e a comunidade de professores da rede pública maranhense, criando condições de transformação de resultados pedagógicos e cidadania.

A publicação de n.5 da Coleção Prata da Casa foi elaborada com artigos da área de Comunicação Social envolvendo os mestrandos que já haviam cursado os créditos obrigatórios do Programa nas disciplinas (ANEXO U).

A publicação de n. 6 da Coleção Prata da Casa versou sobre a Educação Especial, trazendo contribuições recentes da literatura pedagógica sobre os portadores de necessidades especiais com a contribuição dos mestrandos da área de Educação Física (ANEXO V);

A publicação de n.7 da Coleção Prata da Casa traz contribuições da cultura popular maranhense sob o tema de Traço Cultural, Interdisciplinaridade e Temas Geradores, esta publicação foi dedicada às pessoas anônimas que, na sua simplicidade, resistem à dominação cultural (ANEXO X). Com bondade e beleza são mais maranhenses do que muitos letrados, assim está escrito no prefácio. Ao longo da publicação fica evidente o objetivo: contribuir com as orientações didáticas para subsidiar o trabalho de Planejamento do professor em sala de aula, com crianças pequenas; sugerir temas geradores com coisas do Maranhão, como por exemplo: os costumes, estórias e formas de expressão, a religiosidade do povo maranhense, lendas, credences, festas, danças e arte popular.

A partir daí o livro sugere uma orientação didática, com a construção de um roteiro para a elaboração do Planejamento de Ensino Integrado.

A publicação de n. 8 (ANEXO W) e a publicação de n. 9 (ANEXO Y) da Coleção Prata da Casa trataram respectivamente, do tema de Pedagogia Profissional dedicados aos pesquisadores da área de educação, reunindo pedagogos e educadores que falam da prática do ensino aprendizagem.

A publicação de n. 10 da Coleção Prata da Casa trouxe um dos maiores nomes da cultura literária maranhense, Josué Montello e os Tambores de São Luís (ANEXO Z).

A publicação de n. 11 da Coleção Prata da Casa trouxe as contribuições dos mestres e doutores especificamente da área de Educação Física (ANEXO AA).

A publicação de n. 12 da Coleção Prata da Casa, que tem como título Paradigma, Vivências e Currículo (2004) (ANEXO BB), na apresentação traz o seguinte objetivo: Levar os estudiosos da área de Currículo a refletir, pensar currículo, ver o sentido da *práxis*. A experiência desta publicação nasceu do estudo feito com 287 monografias de Educação Física da UFMA entre os anos de 1996 a 2003, nas quais foram observados problemas que afetavam sobremaneira, a questão curricular da formação do professor de Educação Física da UFMA.

A publicação de n. 13 da Coleção Prata da Casa, intitulada Construção e Desconstrução do Conhecimento: signos de currículo é uma publicação comemorativa dos 39 anos de criação da UFMA, trouxe os escritos de estudiosos brasileiros e de fora do País, ligados à questão do Currículo, no caso, Isabel Alarcão da Universidade de Aveiro em Portugal, José Tavares, também da Universidade de Aveiro (ANEXO CC).

As publicações de n. 14 e 15 da Coleção Prata da Casa originaram-se das orientações e resultados do Congresso Internacional de Educação Física que traz o tema Cultura e Contemporaneidade na Educação Física e no Desporto (ANEXO DD).

A publicação de número 16 da Coleção Prata da Casa traz o tema: O Coordenador Pedagógico faz Gestão Pedagógica, com ilustrações e orientações didáticas para subsidiar o trabalho do Gestor Pedagógico da rede pública maranhense.

Essas publicações da Coleção Prata da Casa receberam uma classificação denominada QUALIS/CAPES¹.

Essas publicações eram acompanhadas de um grupo de alunos de diversas áreas para ajudar aos que tinham interesse em ter seus trabalhos

¹ As publicações da Coleção Prata da Casa receberam estrato B5, disponível no site: www.aie.edu.br/downloads/PDF/qualis_ped.pdf.

publicados. Alguns setores da UFMA se prontificavam em apoiar o empreendimento, como é o caso da Gráfica Universitária.

O Projeto Prata da Casa oportunizou a publicação de oito livros. Destaca-se o livro do autor Marcos Fábio Belo Matos intitulado: *E o Cinema invadiu Athenas*, que discute a cinematografia maranhense (ANEXO EE).

Marcos Fábio Belo Matos cursou o Mestrado em Comunicação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, após a conclusão regressou a São Luís e prestou serviços na Universidade Estadual do Maranhão, nas Faculdades Athenas Maranhense (FAMA), Faculdade São Luís, ambas privadas.

O professor Marcos Fábio Belo Matos atualmente faz parte do quadro institucional da Universidade Federal do Maranhão, no campus de Imperatriz, segunda maior cidade do Estado do Maranhão, cursa o DINTER em Linguística, convênio UNESP de Araraquara e UFMA, que inicialmente houve a intervenção do Prata da Casa, nas negociações motivadas e favorecidas pelo histórico do Projeto com a UNESP.

Outro destaque literário é dado ao livro de Ricardo Leão, intitulado *Simetria do Parto* sobre teoria literária (em ANEXO FF). O livro foi lançado durante o III Festival Universitário de Literatura, na UFMA, vencedor na categoria poesia, promovido pela Xerox do Brasil em parceria com a revista Livro Aberto. O livro foi lançado oficialmente no dia 21 de fevereiro de 2000, na livraria francesa, FNAC/Brasil, em São Paulo.

Ricardo André Ferreira Martins (Ricardo Leão) cursou Mestrado e Doutorado na UNESP de Assis e atualmente está inserido no mundo da poesia maranhense, na Fundação Cultural do Maranhão.

Em relação a tais publicações e o seu impacto na produção científica causado na UFMA, o secretário do Prata, assim se manifestou:

Sim. As publicações do Projeto ajudaram e muito no campo científico. Tem mais de quatorze livros publicados. É só ver a quantidade de cursos ou mini-cursos num total de 11 ou 12 por semestre. Os setores da Pós-graduação são cartoristas [sic], não cediam em quase nada, não facilitavam para que pudéssemos melhorar no desempenho dos cursos. (SECRETÁRIO, 2009).

As publicações do PPC são enfatizadas como um fator de grande relevância na produção bibliográfica/publicação da academia.

5.5 Atividades culturais e eventos acadêmicos

Na comunidade do Anjo da Guarda, considerada periferia da cidade de São Luís, com um grande número de crianças, jovens e adolescentes em situação de risco, destaca-se o trabalho do Grupo Independente de Teatro Amador (Grita), que completou 33 anos de intenso trabalho cultural no bairro (considerado como um dos mais violentos da periferia de São Luís), resgatando a dignidade das pessoas, conscientizando-as de sua cidadania através do teatro.

O Grupo Grita surgiu em 1975, e em 1977 se incorporou à dinâmica da comunidade do Anjo da Guarda, com o uso da metodologia do teatro popular. Educação popular e cidadania são um binômio sempre presente nas atividades do grupo, que dá suporte à intervenção e à consolidação do seu trabalho eminentemente político e artístico no bairro há 35 anos, objetivando contribuir na formação e sensibilização do artista cidadão em parceria com a comunidade, promovendo, através de espetáculos teatrais e atividades artísticas culturais, momentos de entretenimento, assim como o de reflexão no contexto social no qual está inserido. Está à frente do GRITA, a diretora Maria José Lisboa da Silva, integrante do Projeto Prata da Casa. Cursou mestrado no Instituto de Artes, da UNESP em São Paulo. Atualmente pertence ao quadro institucional da Universidade Federal do Maranhão.

Em janeiro de 2009, a Pró-Reitoria de Extensão através do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e o Projeto Prata da Casa realizaram em parceria com o núcleo de Etnografia e Folclore da Universidade do Porto o projeto: “Práticas Tradicionais Portuguesas em Forma de danças e Cantares” com o objetivo enquadrar sócio e historicamente danças e cantares tradicionais portuguesas de diferentes regiões, adquirir conhecimentos acerca dos trajes tradicionais de diferentes regiões portuguesas.

O evento realizou-se na semana de 19 à 23 de janeiro de 2009, nos turnos matutinos e Vespertinos (ANEXO GG).

O Projeto Prata da Casa conseguiu fazer o intercâmbio de professores e alunos da UNESP, oriundos dos campi de Araçatuba, São José dos Campos, Marília, Assis, Araraquara, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Guaratinguetá, São Paulo (capital) Bauru, Rio Claro e Franca, com o objetivo de

interrelacionar os conhecimentos, visões de mundo, práticas culturais com os acadêmicos do Maranhão.

Os professores que vieram a São Luís do Maranhão por intermédio do PPC tinham um objetivo: ministrar disciplinas nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, cursos de Coordenação Pedagógica, Educação Especial, Educação Escolar e Desenvolvimento Humano, Linguística Aplicada.

O Projeto Prata da Casa organizou 2 Congressos Internacionais, um na área de Currículo e outro na área de Educação Física.

A pesquisa também possibilitou conhecer as expectativas causadas nas pessoas em decorrência do deslocamento de sua terra natal e as vivências advindas de outras culturas:

Foi uma experiência riquíssima em múltiplos aspectos, mesmo com o sofrimento provocado pelos desconfortos proporcionados na interação com os colegas e docentes, que foi inicialmente nula. Isto implicou numa mudança de atitude, pois já não esperava ser aceita pelo grupo naturalmente, como um elemento natural do colectivo de estudantes do programa. Assim, procurei me destacar, publicando trabalhos, elaborando projectos em torno de temas que me interessavam me auto-afirmando nos espaços presenciais e online do curso. Comecei a ter visibilidade e maior reconhecimento dos colegas e dos professores, principalmente do meu tutor/orientador que me convidou para continuarmos o trabalho que vínhamos desenvolvendo, agora, em nível de doutoramento. Com a interação com os colegas e outros portugueses dentro e fora da universidade, pude constatar que se existe um preconceito quase naturalizado e oficializado pelos brasileiros, também existe uma validação deste preconceito por nós, que o retribuimos e rechaçamos. Com esta experiência, pude exercitar a minha aceitação da diferença e coexistir numa cultura estrangeira, mas com elementos comuns a nossa. Na vida académica, para além de ter proporcionado a oportunidade de aprender novos assuntos, temas, explorar tecnologias de ensino-aprendizagem, tive espaço para publicar e partilhar a minha investigação, debatendo com os pares da academia e recebendo um aval das conquistas da investigação assim como o realce de algumas perspectivas não alcançadas. Estes espaços (de partilha e colaboração) também serviram como espaço de contactos com outros brasileiros que também se encontravam desenvolvendo algum curso de mestrado ou doutorado em Portugal. Por fim, os espaços se constituíram em eventos de partilha e divulgação de trabalhos de vários investigadores seniors ou juniores desenvolvidos por vários países, nas mais variadas temáticas e sob várias ópticas: Brasil, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Inglaterra. Com relação à visão de mundo, para além do que já foi dito, posso dizer que retornei ao Brasil com novos paradigmas de civilização e costumes, reassumindo ou rejeitando alguns hábitos originais. (DOUTORANDA, 2009).

O depoimento esclarece que a experiência com outras culturas, outros hábitos serviu para a ampliação da visão de mundo, para que novas práticas fossem incorporadas as velhas, ou mesmo que fossem deixadas de lado.

5.5.1 O Impacto das ações do Projeto Prata da Casa na visão dos depoentes

Como já mencionado anteriormente, o entendimento sobre impacto reside no fato que os efeitos tem sobre os estudantes, administração, comunidade e entorno social, a melhoria profissional e humana, a superação social, a organização e prestígio alcançados, os serviços disponíveis para estudantes, professores e comunidade. Assim foram registrados a percepção desses efeitos:

De 2003 para cá quando a política nacional da Educação Superior se alterou, um pouco, começou a permitir a ter uma, um desenho mais claro sobre o ingresso de professores. Acredito que isso tenha acontecido de uma melhor forma e eu quero crer, eu não tenho dados na mão, para lhe dar isso como garantia, mas quero crer que nesses últimos momentos de 2003 para cá, quando as vagas foram disponibilizadas com maior frequência eu quero crer que muitos daqueles que passaram pelo Prata estão hoje na Universidade. (REITOR, 2009).

Considerado um Projeto que conseguiu mudar um cenário, ouviu-se o seguinte:

Sim, não tenho duvida. Acho que o objetivo maior do projeto sempre foi à questão da formação, o estímulo à pós-graduação. Nós estávamos num momento, em que esse projeto surge, nós estávamos engatinhando nesse sentido, eram poucas as iniciativas, eram poucos os mestres, eram pouquíssimos os doutores dentro da instituição e o projeto veio preencher essa lacuna, porque se colocou à disposição de abrir caminhos indistintamente, tanto para professores do quadro em todas as áreas, para alunos recém graduados, enfim, acho que aquele momento histórico do início dele em 96 ele preencheu uma lacuna institucional muito grande, tanto isso é verdade que nós temos a representação do projeto hoje não só dentro da Universidade Federal do Maranhão como também, aqueles que não foram aproveitados pela própria instituição, em outras universidades do Estado do Maranhão e em outras faculdades do Estado do Maranhão. O que eu acho que nós educadores temos que ter essa visão maior, essa visão mais ampla de trabalhar educação e não bandeiras pura ou simplesmente de “A”, “B” ou “C”, então, por isso eu acho que ele preencheu sim e vem preenchendo ao longo desses dez anos todo o seu compromisso tanto na formação acadêmica, tanto no campo da pós-graduação lato - sensu e stricto-sensu e com isso claro, também contribuindo com a pesquisa porque a partir desses professores formados ou pós-graduados, tenho certeza que o estímulo à pesquisa dentro da instituição também aconteceu. (PRESIDENTE, 2009).

Outra assimilação em relação ao impacto causado pelo PPC:

Certamente, esse impacto pode ser observado pelos resultados alcançados pelo PPC dos quais pode-se enumerar alguns deles: 1. Encaminhamento de significativo número de egressos da UFMA para cursos de pós-graduação para cursos Stricto Sensu em diversas universidades do País. 2. Aumento de produção científica da UFMA devido a elaboração de trabalhos desenvolvidos por mestrandos e doutorandos integrados ao projeto. 3. Oferta de cursos de extensão no período de férias dos mestrandos e doutorandos, tendo como público alvo, alunos das licenciaturas da UFMA e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). 4.

Difusão de novas teorias pedagógicas junto às escolas públicas da área Itaqui-Bacanga; 5. Treinamentos pedagógicos junto às escolas públicas que buscaram o apoio do PPC. (PROFESSOR 1, 2009).

O atual Pró-Reitor de Extensão, que por várias vezes, esteve à frente do projeto seja como colaborador ou na qualidade de vice-presidente da APC, assim se manifestou:

Com certeza o Prata não só provocou um impacto acadêmico científico dentro da instituição como no Estado do Maranhão e isso também foi um divisor de água com relação a alguns cursos que nós temos conhecimentos em que os professores não tinham muito interesse em sair para uma qualificação de mestrado e doutorado por exercer outras atividades. Isso deixava o profissional, o professor muito à vontade. Em relação, no momento em que seus alunos começaram a se qualificar e voltar com uma titulação de mestre e doutor isso provocou uma reação muito boa, uma reação de que esses professores se sentiram obrigados a buscar a sua formação. Então esse foi um impacto que eu vivenciei assim de uma forma bem clara principalmente nos nossos cursos da área médica, onde os nossos professores por outras atividades paralelas ao magistério não tinham muito interesse nessa qualificação e quando os nossos alunos começaram a se qualificar eles “ué, eu também preciso me qualificar”. Então, esse foi um grande impacto que o projeto trouxe dentro da instituição. (PRÓ-REITOR, 2009).

Ao apresentar esses depoimentos dos doutorandos foi na intenção de constatar o desenvolvimento humano-cultural que tiveram e a visão da realidade que se ampliou:

Com certeza, acredito que nós fomos mais de cem pessoas a adquirir o Mestrado nesse período 96, 97, 98. Foram muitas pessoas, foram muitos recém-graduados que foram para o Mestrado nesse período. Então, em um momento da Universidade onde no meu curso, que é o curso de Pedagogia existiam pouquíssimos mestres. Dizia agora a pouco, que nesse momento em especial a gente quase não ouvia falar em mestrado. Os professores, na verdade, os professores de 91, 92, a maioria estava se aposentando e estava chegando muita gente nova na universidade. As professoras que eram nossas, professoras na época, todo esse povo é novo, então, eles estavam chegando sem nem ao menos a especialização porque lembro, que a maioria deles, não tinha noção. Então, quando saímos, essas pessoas, todo mundo, os próprios professores talvez acho que eles queriam de certa forma essa chance, então, as pessoas, não tinham, de certa forma a noção do que isso podia causar para a universidade e agora mesmo na colação de grau que participei agora, na quarta-feira, estava vendo os professores que estavam entrando com os alunos. (PROFESSOR 2, 2009).

Nas afirmações supracitadas a importância do Projeto é por diversas vezes enfatizada, quando a entrevistada apontou vários cargos ocupados por egressos do Projeto Prata da Casa, como exemplos, a Coordenação do Curso de Pedagogia, a Coordenação do Curso de Geografia, a Coordenação do PROEB- Programa de Interiorização de Formação de Professores da Educação Básica; a Coordenação do Projeto de Extensão Pedagogia Hospitalar, premiado em primeiro

lugar no V Congresso de Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão da UNESP de São Paulo, capital, que aconteceu em Águas de Lindóia.

Recorre-se a outras percepções para que se possa discutir, comparar e ter um número maior de asserções acerca das ações do PPC e o impacto observado. Na continuidade obteve-se:

Considero, sim. O PPC promoveu congressos importantes, como o Congresso Internacional de Educação Física, o Congresso Internacional de Currículo, com a participação de professores de instituições de ensino superior de Portugal. Promoveu uma revista própria com publicações dos egressos em diferentes áreas; possibilitou o intercâmbio com as Universidades de Portugal, enviando vários alunos para o Mestrado. Possibilitou a inúmeros recém-graduados a formação em nível de Mestrado [Mais de 100] e também de Doutorado, [mais de 20]. Outro aspecto importante foi o incentivo à criação do DINTER [Doutorado Interinstitucional], firmado entre a UFMA e UNESP de Marília. (PRESIDENTE APC, 2009).

Outras considerações foram apontando o mesmo sentido:

Sim. Na medida em que, naquilo que o professor Erasmo em 1997, chamava de “justiça distributiva” deu oportunidade a pessoas que dificilmente teriam acesso a uma Pós-graduação de qualidade, em São Luís, pois eram na grande maioria, alunos de baixa renda. (PROFESSOR 3, 2009).

Na resposta acima, ficou demonstrado que o acesso à qualificação docente negada a muitos, ficou garantido a um número expressivo de egressos da UFMA. Com essas informações entendeu-se que o Projeto conseguiu uma democratização na qualificação/titulação dos docentes, o que anteriormente era difícil de acontecer, seja pela falta de políticas públicas, seja pelo descaso daqueles que detém o poder.

5.5.1.1 O cenário atual da UFMA

A estrutura acadêmica, científica e administrativa da UFMA, ao longo dos anos, vem gradativamente superando seus entraves de toda ordem para alcançar os níveis mais altos, do que seja um ensino superior público, gratuito e de qualidade. Contribuiu muito para que isso acontecesse a mobilidade universitária, as inúmeras ações, movimentos, projetos, lutas dentro e fora da estrutura universitária.

Em razão dessa movimentação e do alcance que algumas políticas dentro da Universidade, tiveram, se observa que projetos exitosos já não conseguem os mesmos resultados de antes, não porque deixaram de ser importantes, mas porque

as necessidades agora exigem maior atenção por parte dos dirigentes institucionais, como por exemplo, a abertura de editais para cadastramento de projetos de extensão, de ensino e pesquisa.

A estrutura da Universidade Federal do Maranhão, hoje se reveste de uma importância, se comparada ao contexto de 1996, que vivia das migalhas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, embora se saiba que o contexto mudou mas, a ideologia neoliberal, não.

A Universidade Federal do Maranhão, através da luta de docentes, pensadores progressistas e outros da atualidade conseguiram uma expansão no que se refere à criação de cursos de graduação e pós-graduação.

À frente da Reitoria da Ufma, o Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, iniciou sua gestão em 2007 e tem suas ações evidenciadas pelo Relatório de Auto-Avaliação Institucional – 2008/2009, UFMA.

Conforme o Relatório da Comissão Própria de Auto Avaliação da UFMA tem o seguinte perfil: nome da Mantida: Universidade Federal do Maranhão; Nome da Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Maranhão; A Base Legal de Criação e Funcionamento:

Lei nº 5152 de 21 de outubro de 1966, sancionada pelo Sr. Presidente da República, Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010c, p. 13).

Em conformidade com o Relatório da CPA, o Estado do Maranhão apresenta hoje e sempre apresentou índices muito baixos nas áreas mais delicadas e importantes para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida.

Nesse sentido, percebe-se de forma clara que a educação universitária constrói aspectos favoráveis, para melhorar a vida do cidadão/ã maranhense, à medida que os investimentos e, sobretudo, o comprometimento de todos/as envolvidos/as na academia concorram para o alcance de um Ensino Superior público de qualidade.

O Relatório de Auto-Avaliação Institucional – 2008-2009 da Comissão de Avaliação da UFMA, apresenta as seguintes características em termos de administração:

A Universidade Federal do Maranhão atendendo ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresenta, por meio do presente relatório, os resultados da avaliação institucional, sistematizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída por meio da nova Resolução Nº 122 – Conselho Universitário (CONSUN), de 18 de janeiro de 2010, e designado pela Portaria GR Nº 044-MR, de 12 de fevereiro de 2010, e Portaria GR Nº 083-MR, de 25 de março de 2010. Visando à construção do relatório de avaliação institucional, referente ao período 2008-2009, a Comissão Própria de Avaliação da UFMA pautou-se pelo roteiro apresentado pelo Instituto Nacional Estudos Pedagógicos - INEP. E, tendo em vista ser este o primeiro biênio da adesão da UFMA ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foi tomada como referência a proposta desta IFES ao referido programa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010c, p. 13).

A Universidade Federal do Maranhão apresenta à comunidade acadêmica e à sociedade maranhense, a seguinte missão:

Gerar, ampliar, difundir e preservar idéias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções, visando o desenvolvimento científico, intelectual, humano e sócio-cultural, bem como, partindo do seu saber fazer acadêmico, promover a melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, situando-o como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região, na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010c, p. 16).

Com essa visão a UFMA avança no sentido de assumir uma verdadeira concepção de Universidade, ou seja, a formação do pensamento crítico-político-social ideal perseguido desde a Idade Média.

Neste Relatório são enfatizados alguns aspectos. Por exemplo, os dados sobre a pesquisa, o ensino e a extensão, diferentemente da UFMA de ontem, *passado recente*, tem seus objetivos voltados para um ensino de qualidade e são traduzidos desta forma:

- a) Ampliar a oferta de vagas e criar novos cursos na graduação presencial;
- b) Reestruturar o acadêmico, o curricular e institucionalmente o sistema de graduação;
- c) Promover a reorganização e a renovação pedagógicas dos cursos de graduação;
- d) Promover a articulação da graduação com a pesquisa e a pós-graduação;
- e) Fortalecer a política de ações afirmativas;

- f) Reduzir taxas de retenção e evasão;
- g) Promover a articulação da educação presencial com o ensino à distância;
- h) Promover a articulação da educação superior com a educação básica.
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010c, p. 19).

Em termos quantitativos a UFMA conta hoje na graduação com 12 solicitações de reconhecimento de cursos, 36 renovações de reconhecimento, dois pedidos de reconhecimento de cursos na modalidade à distância e quatro pedidos de reconhecimento dos cursos do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica (PROEB). Distribuídos nos diversos campi, a UFMA disponibiliza os seguintes cursos:

- a) Ciências Agrárias e Ambientais - Agronomia, Biologia e Zootecnia;
- b) Ciências Biológicas – Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia;
- c) Ciências Exatas e Tecnológicas – Ciências da Computação, Desenho Industrial, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Matemática, Química, Química Industrial;
- d) Ciências Humanas – Ciências Sociais, Educação Artística, Filosofia, Geografia, História, Letras, Música, Psicologia, Teatro;
- e) Ciências Sociais – Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Imobiliárias, Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Radialismo ou Relações Públicas, Direito, Hotelaria, Pedagogia, Serviço Social e Turismo.

A UFMA conta com vários cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, de Mestrado e Doutorado, também em parceria com outras Instituições firmados convênios, como é o caso dos Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (MINTER e DINTER)

O total de cursos, alunos matriculados e diplomados na pós-graduação da UFMA entre 2008 e 2009 é apresentado a seguir:

Quadro 8 - Dados gerais sobre a pós-graduação na Universidade Federal do Maranhão, no período 2008-2009

DADOS DA PÓS-GRADUAÇÃO	2008	2009
Cursos de especialização	42	29
Cursos de mestrado	13	14
Cursos de doutorado	03	03
Cursos de doutorado (rede)	01	01
CURSOS de MINTER	-	02
CURSOS de DINTER	03	05

Fonte: Universidade Federal do Maranhão, 2010a

Na especialização a UFMA desenvolve 29 cursos *lato sensu* que atende em parte a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Atualmente são 1844 alunos frequentando esses cursos espalhados no Campus do Bacanga e campi do Interior do Maranhão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010, p. 17).

Quadro 9 - Cursos *lato sensu* ofertados na UFMA em 2009

Cursos de Especialização	Total de Cursos
Saúde Pública: Saúde da Família, Enfermagem Traumatológica-Ortopédica, Lingüística, Saúde da Mulher, Enfermagem Clínico-Cirúrgica – Residência, Residência Multiprofissional em Saúde, Engenharia Clínica, Imunologia, Perinatologia (Gestação de Alto risco), Saúde da Família, Enfermagem Obstétrica e Obstetrícia Social, Gerontologia Social e Saúde do Idoso, Fisiologia da Locomoção, Jornalismo Cultural, Intervenções Nutricionais, Saúde Mental, História do Maranhão, Hematologia Clínica, Gestão Escolar (a distância), Filosofia, Mídias na Educação (a distância), Ciências Ambientais: Educação, Saúde e Ambiente (em Pinheiro-MA), Escola, Família e Sociedade, Saúde da Mulher Negra, Design Gráfico, Ciências Ambientais (em Barreirinhas – MA), Metodologia do Ensino Superior, Direito Eleitoral, Tecnologia de Alimentos.	29

Fonte: Universidade Federal do Maranhão, 2010a

Na pesquisa, a principal política de formação de pesquisadores articulada pelo Departamento de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

(PPPG) tem sido o Programa de Iniciação Científica. O programa é destinado ao estudante, e visa, principalmente:

- a) Incentivar a vocação científica e os talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa;
- b) Proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento de sua criatividade;
- c) Preparar alunos para a pós-graduação, contribuindo de forma decisiva para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- d) Incrementar a articulação entre a graduação e pós-graduação, e;
- e) Estimular pesquisadores produtivos a engajar estudantes de graduação no processo de investigação científica, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição.

As atividades acadêmicas se modificam direta e indiretamente, benefícios das pesquisas desenvolvidas na UFMA. A principal articulação está em torno do programa de iniciação científica que inclui além da distribuição das bolsas IC, as apresentações regulares dos trabalhos de pesquisa, apresentados tanto em eventos científicos locais de frequência anual, tal como o Seminário de Iniciação Científica (SEMIC), como congressos e eventos científicos regionais e nacionais. Orientadores/as e, conseqüentemente, alunos/as têm a oportunidade de participar de um ambiente científico que possibilita conhecimento de pesquisas, integração de grupos e oportunidades de novas pesquisas e parcerias científicas.

É importante ressaltar que os trabalhos de iniciação científica integram, em geral, projetos de pesquisas que recebem financiamento de diversos órgãos de fomento, a saber: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA), Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), Petróleo Brasileiro (Petrobrás), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), CAPES e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), dentre outros.

Também em 2009, a participação de pesquisadores nas solicitações de bolsas de iniciação científica foi expressiva, aumentando de 128 pesquisadores participantes no edital 2008/2009, para 163 no edital 2009/2010.

A publicação científica em veículos internacionais foi beneficiada em 2008, pela oferta de serviços de tradução de textos científicos, promovida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Em 2009, um importante veículo de divulgação científica da instituição voltou a ser regularmente publicado: a Revista Cadernos de Pesquisa (RCP). Coordenada pelo Departamento de Pesquisa, a revista teve seu corpo editorial atualizado, sendo constituído pelo editor-chefe e Conselho Editorial.

Além desta Revista, outros importantes veículos de divulgação científica, já existentes na instituição, seguiram sendo editados em 2008 e 2009, a saber: Revistas de Ciências da Saúde, Políticas Públicas e Ciências Sociais. No Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, em Chapadinha, desde 2007 vem sendo publicada a Revista Tropic-Ciências Agrárias e Biológicas. Desta e de outras revistas científicas da instituição, vem sendo feito importante trabalho para melhoria de classificação no QUALIS/CAPES, por exemplo, revisão de corpo editorial e modernização na impressão. Também foram publicados os Livros de Resumos dos SEMIC realizados em 2008 e 2009. Recentemente, acoplado o PIBIC/academia/Publicações, a RCP deverá publicar um número com os melhores trabalhos avaliados no SEMIC de 2009.

As ações de extensão na UFMA são desenvolvidas sob as formas de Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de serviços. A institucionalização destas ocorre mediante a observação de Resoluções específicas que normatizam a realização da atividade extensionista na UFMA, estabelecendo os procedimentos essenciais para sua execução. A Divisão Técnica de Extensão (DTE) é o setor competente que coordena, assessora e acompanha a execução de programas e projetos, cursos e eventos extensionistas, financiados ou não, os quais atendem a diversas demandas sociais.

A Universidade Federal do Maranhão, através da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa do governo federal, que as IES assumam compromissos de expandir com inclusão social e qualidade e impulsionam seu desenvolvimento, como instituição pública.

O Departamento de Extensão e suas divisões prestam serviços sob formas diversas tais como: assessorias, elaboração e ou orientação de projetos, parceria e matérias científicas, cultural, técnica, artística e educacional.

A DTE é o setor competente que coordena, assessora e acompanha a execução de programas e projetos, cursos e eventos extensionistas, financiados ou não, os quais atendem a diversas demandas sociais.

As ações extensionistas são realizadas por meio de Programas e Projetos multidisciplinares e interdepartamentais e expressam o compromisso Universidade-sociedade, articulando uma via de mão dupla entre os saberes. Essas ações estão distribuídas entre as áreas temáticas de saúde, educação, comunicação, direitos humanos, cultura, meio ambiente, tecnologia e trabalho.

Verificou-se, que houve um expressivo aumento no número de Programas/Projetos de Extensão no ano de 2009. Pode-se apontar como fatores importantes para essa ampliação o incentivo da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) ao fortalecimento de projetos através da formação de programas de extensão; o incremento das ações extensionistas dos campi de Chapadinha e Imperatriz, cujo registro e acompanhamento passaram a ser realizados pela PROEX; destinação de recursos do Plano de Reestruturação das Universidades (REUNI) para as ações extensionistas, que contribuiu para a ampliação do número de bolsas de extensão; e o financiamento a 14 (catorze) ações de extensão.

A execução de tais ações demandou, no ano de 2009, o envolvimento de 1.797 pessoas entre docentes, técnicos e estudantes bolsistas e voluntários atingiu um público diversificado, em torno de 114.895 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Em 2009, a Divisão Técnica de Extensão realizou, ainda, as seguintes atividades: assessoramento e articulação das ações de extensão junto à comunidade docente, discente e sociedade civil; apoio e acompanhamento a 09 (nove) programas, 145 (cento e quarenta e cinco) projetos, 40 (quarenta) cursos/eventos de extensão, através de: orientação a docentes e discentes na elaboração de propostas extensionistas, na participação no Programa de Bolsas; cadastro de alunos voluntários; análise de relatórios das ações extensionistas, análise e parecer técnico de 50 (cinquenta) novas propostas de extensão; controle, elaboração e encaminhamento mensais das folhas de pagamento de bolsistas de extensão; registro e emissão de 1.203 (mil duzentos e três) certificados de cursos /eventos de extensão.

Como diz Fonseca (1995, p. 62):

Nesta ótica, a quantidade e a qualidade da educação para os diferentes países são definidas na justa medida do modelo global, isto é, na qual a participação da sociedade local não se faz presente. Assim delimitado, o setor educacional intensifica a sua dependência, em nome de uma cooperação técnica financeira que se anuncia como redentora da pobreza e como guardiã da autonomia das nações em desenvolvimento.

No caso da adesão da Universidade Federal do Maranhão ao REUNI, a justificativa advém do contexto político-econômico em que se encontra inserida a IES, no Estado do Maranhão, um dos Estados mais pobres da região Nordeste, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conseqüentemente, do País. Nesse contexto, não se encontra apenas a questão econômica, mas também, trata-se de ver a questão da expansão da UFMA com os pés-no-chão e com os olhos críticos a relançar e ampliar a discussão no Brasil sobre o papel que o Estado desempenha, em época de mundialização do capital.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo: Analisar os dez anos de atuação do Projeto Prata da Casa, sua atuação no ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Maranhão e a ocorrência do impacto acadêmico-científico.

O Projeto Prata da Casa exerceu uma gestão, uma estratégia, em setores que se encontravam sem o apoio devido, considerando o injusto ciclo das universidades federais que se arrastou desde a ditadura militar e prosseguiu na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do então Ministro da Educação Paulo Renato Souza.

Além do objetivo anunciado, cabe aqui delinear as contribuições deste trabalho, destacando os aspectos de originalidade e relevância dos resultados por ele alcançados.

Assim, a pesquisa possibilitou aprendizagens que intensificaram o olhar crítico sobre a questão do Estado e da Universidade e em que contextos as contradições se interpuseram entre o possível de fazer e o que se tornou inviável de ser feito mesmo que os sujeitos envolvidos estivessem dispostos a desconstruir os “regimes de verdade.” As aprendizagens se fizeram presentes quando se descobriu que:

- a) O Projeto realizou ações que tiveram conseqüências que interferiram direta ou indiretamente, na comunidade profissional docente do Estado do Maranhão e no Sistema Educacional Maranhense como um todo;
- b) O Projeto Prata da Casa esteve à frente apesar das dificuldades vivenciadas por todos como Coordenador, Reitores, Pró-Reitores, alunos;
- c) O Projeto agiu com dinamismo no ensino, extensão e pesquisa em uma série de eventos e ao definir forma de realização, implementação dos convênios com instituições dentro e fora do país, conseguiu resultados que vieram ao encontro dos interesses de alguns setores da Universidade;
- d) O Projeto conseguiu programar cursos para instrumentalização e capacitação de professores na Capital e no interior do Estado do Maranhão mesmo que para isso tenha se tornado uma OSCIP.

Com o que se propôs contou em muitas situações, com apoio institucional e em outras, apenas com a incompreensão, a intolerância de outros e, principalmente, a resistência à mudança;

- e) O Projeto se mostrou aberto ao relacionamento com poderes políticos em diferentes instâncias, mas relativos à sua natureza;

Como participante do PPC observou-se que no cotidiano das relações inter e intrapessoais, vivia-se uma constante guerra de egos, convivia-se com a *ciumeira acadêmica*, as constantes denúncias de corrupção na gestão do Prata, a luta para conseguir recursos que viabilizassem a vinda de professores de outras Instituições para ministrarem cursos desenvolvidos pelo Prata em nível de Especialização, a falta de recursos para o deslocamento de alunos - prata ao interior do Maranhão para a realização de cursos de extensão.

Vale destacar mais uma vez que em dez anos de atuação na UFMA, o Projeto Prata da Casa conseguiu capacitar/qualificar 110 (cento e dez) mestres e doutores com apenas 43 bolsas, que eram divididas em duas cotas de R\$ 350,00 para atender às necessidades dos alunos que se deslocavam para outros Estados e não dispunham de nenhum meio financeiro.

Registra-se ainda, fatos que aconteceram como conseqüência da insignificância dessas bolsas: Alunas de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro movidas por um espírito de luta subjugaram-se a pedir em bancas de revistas da cidade do Rio de Janeiro, uma quantia irrisória que as levassem de volta ao local de residência porque não dispunham de nenhum auxílio financeiro que custeasse suas despesas. Nessa ocasião, os outros integrantes do Projeto que dispunham de alguma condição financeira se mobilizaram e solidarizaram-se para suprir a necessidade daquele momento, das pessoas envolvidas.

Esses mestres e doutores encontram-se espalhados na UFMA, na UEMA, na rede pública estadual e municipal, nas IES particulares do Estado do Maranhão como foi demonstrado no quadro do capítulo 5.

A política da atual administração da UFMA e também das anteriores foi instalar o salto qualitativo da Universidade com o aproveitamento dos mestres e doutores, oriundos do Projeto via concursos públicos programados tem sido sobremaneira uma constante nos discursos. Nesse aspecto pode se considerar que

o aproveitamento dos egressos do Prata da Casa ainda tem sido de forma lenta e gradual.

A Universidade Federal do Maranhão conta em seus Departamentos de todas as áreas do conhecimento com egressos do Prata da Casa atuando de forma significativa, com inovações em suas práticas, como por exemplo, a Coordenação do Curso de Pedagogia, a Coordenação Pedagógica do PROEB, a Coordenação do Curso de Geografia, a direção do Teatro GRITA, no Anjo da Guarda.

Assim, foi e é intenção promover a capacitação de docentes e técnicos de seu quadro permanente, superando as dificuldades tradicionais derivadas da insuficiente qualificação formal de seu professorado em certas áreas onde a Universidade já atua como Educação (licenciaturas), bem como reduzir o tempo de maturação dos investimentos em recursos humanos, requeridos por este processo de qualificação, minimizando os ônus relativos ao afastamento de docentes e técnicos.

Mais que tudo, buscou apropriar os ganhos de uma troca de experiências e da exposição de seu pessoal docente em processo de titulação a um amplo e qualificado campo de conhecimento, reconhecendo no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Campus de Marília, as condições ideais para a parceria, como instituição de ensino e pesquisa.

Com iniciativas do PPC, a área de Educação e a área de Letras da UFMA se integraram e se beneficiaram do Programa de Doutorado Interinstitucional da CAPES, bem como do intercâmbio por ele propiciado com instituições de projeção acadêmica e profissional na área de pós-graduação pretendida. Isto fortaleceu o estabelecimento de um intercâmbio acadêmico mais efetivo com outras Universidades.

Nos dois Congressos Internacionais, um de Currículo e outro na área de Educação Física, com países de língua portuguesa o objetivo maior era conquistar espaços fora do país para inserção de alunos da UFMA nos cursos, em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Os resultados observados mostraram, na prática, o fato de que esta compreensão crítica pressupõe a superação dos sentimentos de pertencimento ao PPC. Na presença destes sentimentos, o sujeito facilmente é induzido a acreditar que a compreensão do trabalho é a mesma compreensão vivida no cotidiano. Este cotidiano deixa a visão de mundo reduzida ao aqui e agora. Só com a presença da

análise crítica subsidiada pelas teorias que embasaram o estudo é que o cotidiano se transforma num lócus de abstrações.

Para finalizar, este trabalho analisou a experiência do PPC, que sem dúvida, é uma contribuição genuína na Universidade Federal do Maranhão para a definição de um novo conceito de educação. O projeto PPC é uma experiência pioneira, um processo alternativo de educação que procurou radicalmente dar nome a um novo paradigma educacional.

A descrição e análise dos seus resultados foi uma experiência rica e valiosa, sobretudo no que diz respeito à qualificação/titulação docente que conseqüentemente contribuiu de forma substancial para a melhoria do quadro docente da UFMA, nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Aponta-se a limitação desse estudo na seguinte questão: na guerra pela idealização, assunção, implantação e implementação do PPC na UFMA, várias vezes foi anunciada na voz dos responsáveis e de outros atores um documento escrito que seria o Projeto. Durante todo o levantamento dos dados houve uma grande preocupação em buscar esse documento escrito e arquivado em dependências da Universidade, o que não foi possível de localizar.

Em conversa informal com uma funcionária da Pós- Graduação obteve-se a informação que na realidade nunca houve um projeto escrito e protocolado naquela seção. Recebeu-se a orientação de buscar junto ao Departamento de Protocolo (DEPA) e contatou-se que também não havia nenhum documento registrado com esta denominação “Projeto Prata da Casa”, mas, foi localizado um processo numerado indicando um Relatório de 1996, com as atividades do Projeto e encaminhado ao gabinete da Pró-Reitoria da época, dado este, não confirmado.

A busca continuou na Assessoria de Convênios, no Departamento de Extensão, nada do PPC foi encontrado dificultando assim, explorar com propriedade os objetivos, as metas, as ações do Projeto.

Os resultados obtidos com a análise permitiram comprovar que a concepção, o planejamento, a implementação das ações do PPC se revestiram de grande importância para que a Universidade Federal do Maranhão tomasse os rumos da modernização em termos de qualificação/titulação de seus docentes, ampliasse a perspectiva de cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu e Lato Sensu, melhorasse as ações extensionistas e outros aspectos relevantes.

É importante destacar que todas as pessoas envolvidas são conscientes de que o Projeto possibilitou uma vivência diferente, uma outra visão de mundo não só pessoal como profissional, como se mostra a seguir:

Conforme acentuado anteriormente, a temporada (que durou oito anos, em Araraquara) fora do Maranhão trouxe-me ganhos imensos, não só no campo intelectual, já que encontrei um grupo que produzia muito, lá na UNESP e ao qual devo parte do que sou profissionalmente agora, mas principalmente, no aspecto humano. Sinto-me uma profissional com uma identidade teórica, segura diante do que escolhi estudar. O que mais considero importante nessa história foram os aprendizados políticos, a percepção de que a academia não sobrevive apenas de saber científico, mas sobretudo de saber político...Se fosse necessário, viveria boa parte de tudo, outra vez!!!! (PROFESSORA, 2009).

É importante também destacar que a obtenção de informações, referentes aos diversos assuntos do PPC, seja por intermédio da leitura, de conversas, de experiências do dia-a-dia e dos mais variados veículos de informação possibilitou compreender que nem tudo foi dito, haja vista a carência de documentos.

A pesquisa ressentiu-se dessa limitação, haja vista, o Projeto ser apontado pelo seus idealizadores como um aspecto relevante, no entanto, não houve a preocupação com uma avaliação de desempenho e acompanhamento dos resultados, arquivamento de relatórios, avaliação de desempenho dos mestrandos e doutorandos em virtude do PPC ser Institucional, conseqüentemente saiu de gabinetes, departamentos.

Na Apresentação do n. 13 da Coleção Prata da Casa, no ano de 2005, foi escrito o seguinte texto:

Resolvemos no Departamento de Educação I, ao qual pertence o Projeto Prata da Casa, comemorar o aniversário da UFMA – 39 anos com o que sabemos fazer de melhor: trabalhando! Subtrair ou enrolar não faz parte da nossa perspectiva. O resultado dessa festa, que é o Encontro Internacional de Currículo, estará sendo realizado com parcerias nessa comemoração institucional, e o seu substrato, vai ficar aqui registrado. É nossa marca, mas tem que ser com pressa, porque tem gente mandando papéis pra tudo quanto é lado, o que ocupa 70% do nosso tempo; nos outros 30% é que criamos e realizamos o que as pessoas de bem conhecem. (PROJETO PRATA DA CASA/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I, 2005).

Outra constatação refere-se à questão da mensuração quantitativa financeira, mesmo que se sentisse a necessidade de acompanhar a movimentação dos cursos existentes e outros segmentos do Projeto, não havia pessoal da Instituição que fosse disponibilizado para operacionalizar a partir de critérios estabelecidos.

Acredita-se que tomadas as providências necessárias em termos de avaliação das ações do Projeto, ficaria garantido a institucionalidade do mesmo e se evitariam as denúncias, as acusações dos mais variados aspectos.

O discurso de legitimação por parte dos responsáveis pelo Projeto assenta-se na ênfase à modernização educativa, à equidade, à competitividade, produtividade, desempenho, eficiência e qualidade expressando o ideário neoliberal.

Do outro lado, o discurso de quem conseguiu visualizar o afastamento estatal das questões prementes de um Estado que se arrasta ao longo dos séculos com uma população pobre, sem autonomia política, sem distribuição igualitária de suas riquezas e sem oportunidades efetiva de crescimento de seu povo no que lhe é mais essencial, a educação.

A falta de políticas públicas para a educação é um problema que nasceu com a própria Universidade Federal do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABDALA, E. La evaluación del impacto: tipos, modelos teóricos y procesos técnico. In: **Manual para evaluación de impacto em programas de formación para jóvenes**. 2004. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. As relações sociais no Brasil, a política educacional e os desafios para uma educação de qualidade. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 107-118, jan./jun. 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BONILLA, José Simeón Cañas, et al. O conceito de Impacto. Universidad Centro Americana. Disponível em: <<http://www.yuken.org>>. 2006. Acesso em: 15 nov. 2010.

BOTO, C.; STANGE, M. B. Corporação universitária: ofício de mestres e estudantes. **Universidade e Sociedade**, ano v, n. 9, p. 118-121, out. 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 112-116. jan./mar. 2009.

_____. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, v. 50, p. 5-30, 1999.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. Autonomia universitária: luta histórica. In: DOURADO, Luís Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

CANALE, J. S. As origens do capitalismo (séculos XV a XIX). In: PERRAULT, G. (Org.). **O livro negro do capitalismo**. Tradução de Ana Maria Duarte et al. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/PICDT_2004.htm>. Acesso em: 30 jul. 2010.

CARVALHO, C. H. A. Agenda neoliberal e a política pública para o ensino superior nos anos 90. 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reuniões/27/gt11t114.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grande obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COELHO, Ildeu Moreira. **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2005

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CREVELD, M. V. **Ascensão e declínio do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

_____. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

_____. **A Universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 31 jul. 2010.

DAL RI, N. M. **Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade**. 1997. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

DAL ROSSO, S. A crítica à universidade. **Universidade e Sociedade**, Campinas, ano 2, n. 3, p. 7-9, jun. 1992.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. Relação ensino-pesquisa: a formação do pesquisador em educação. In: SEVERINO, Antonio J.; FAZENDA, Ivani C. (Org.). **Conhecimento, pesquisa e ensino**. São Paulo: Papyrus, 2001.

DRAIBE, Sonia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

DURANT, W. **A história da filosofia**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

ELEJALDE, A.; VALCÁRCEL, N. **Técnicas de evaluación en la educación superior**. Bolívia: Universidad Mayor de San Andrés, 2002.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**. Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

_____. **Universidade & poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres. **Memórias de professores: histórias da UFMA e outras histórias**. São Luís: UFMA/CNPq, 2005.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a reforma universitária de 1968. **Jornal Ciência & Tecnologia**, n. 5, set. 2004. Disponível em: <<http://www.uniara.com.br>>. Acesso em: 6 set. 2010.

FIGUEREDO, Erika Suruagy A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**, ano 7, n. 2, dez. 2005.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FONSECA, M. O banco mundial e educação. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Plano Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

FURTADO, E. L. M. **Políticas educacionais e gestão democrática na escola**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

GARNICA, A. V. M. Um ensaio sobre as concepções dos professores de matemática: possibilidades metodológicas e um exercício de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 3, set./dez. 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES, Maria de Fátima. **A invenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Editora da UFMA, 2000.

GONZÁLEZ, Lourdes Couturejuzón; QUESADA Mercedes Rubén; GONZÁLEZ, Nery García. **Impacto de la Maestría Informática en Salud en la esfera intelectual del egresado**. Instituto Superior de Ciencias Médicas de La Habana. 1997-2002. Habana, 2002.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

JAPIASSU, Hilton. **Dicionário de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LE GOFF, J. L. **Os intelectuais na idade média.** Tradução de Luísa Quintela. Rio de Janeiro: Estúdios Cor, 1973.

LENI, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2007

LEFREVE, F.; LEFREVE, A. M. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social.** Brasília, DF: Liber-livro, 2005.

LIMA, A. B. Estado políticas públicas e educação no brasil. In: LUCENA, C. (Org.). **Capitalismo, estado e educação.** Campinas: Alínea, 2008.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Fazer universidade: uma proposta metodológica.** São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Lurdes Marcelino. A crise anunciada. In: FAZENDA, I. C. A.; SEVERINO, A. J. (Org.). **Conhecimento, pesquisa e educação.** Campinas: Papirus, 2001.

MACIEL, O. O. Trabalhando a luta, construindo (a) história. **Universidade e Sociedade**, ano I, n. 1, p. 68-75, fev. 1991.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

MAUÉS, Olgaíses. A educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização. **Universidade e Sociedade.** Brasília, DF, ano XX, n. 37, mar. 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Org.) **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

MIRANDA, Marília Gouveia de. Novo paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 100, p. 37-48, mar. 1997.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A reforma universitária do governo Lula transforma a universidade em um negócio**. Disponível em: <<http://www.aduff.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

OLIVEN, A. C. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Televisión y audiencias: un enfoque cualitativo**. Madrid: Ediciones De La Torre, 1996.

_____. **Televisión, audiencias y educación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

OS PENSADORES. **História da Filosofia**. São Paulo: Abril Cultural, 2004.

PACHECO, J. A. **O pensamento e a ação do professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

PESSOA, F. **O guardador de rebanhos: melhores poemas**. Seleção de Teresa Rita Lopes. São Paulo: Global Editora, 1997.

PETRAS, J. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. **Lutas Sociais**, n. 2, jun. 1997.

PIMENTA, Aluísio. **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

PROJETO PRATA DA CASA. **[Documentos]**. São Luís, 2007.

REIS FILHO, Casemiro dos. Reforma universitária e ciclo básico. In: GARCIA, Walter E. **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: VOZES, 1984.

RONCHI, Rocheli Rita; SCHNEIDER, Ernani José. O terceiro setor e a gestão educacional. **Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG**, São Paulo, v. 3, n. 9, jul-dez, 2006.

RUAS, Antonio Gaspar. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIA, Walter E. **Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. Extensão Universitária como um dos sentidos necessários para a articulação da indissociabilidade na construção do currículo. In: VEIGA, Ilma P. A.; NAVES, Marisa L. de P. (Org.). **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2005.

SANCHES, F. R. Modo petista de governar: apontamentos para um debate sobre o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, n. 2, 1. sem., 1997.

SANTOS, T. **O neoliberalismo como doutrina econômica**. Universidade Federal Fluminense, 2002. (Grupo de Estudo sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho).

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis. In: GARCIA, Walter E. **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

SGUISSARD, Valdemar. **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SILVA, R. F. **As políticas curriculares no curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão: relações de poder e a regulação do currículo**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA JUNIOR, J. R. **Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARD, V. Reforma do estado e reforma da educação superior no Brasil. In: SGUISSARDI, Valdemar. **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SOARES, Anna Maria S. de Castro. **O curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão: discurso e prática**. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1984.

SOARES, M. S. A. (Org.) **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

SOUSA, Paulo Roberto Carvalho de. A reforma universitária de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan./dez. 2008.

TAJRA, Leda Maria Chaves. **Primeiro ciclo de estudos básicos da Universidade Federal do Maranhão: contribuições para reflexão**. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TORRES, C. A. (Org.). **Teoria crítica e sociologia política da educação**. São Paulo: Cortez; IPF, 2003.

TRINDADE, H. Universidade em perspectivas: sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, jan./abr, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO". Proposta do Programa-Educação-Área de Concentração/Linhas de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.capes.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Anuário estatístico**. São Luís, 2006a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Convênio de Colaboração Acadêmica, Científica e Cultural entre APC e UFMA.** São Luís, 27 de julho de 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Convênio de Colaboração Acadêmica, Científica e Cultural entre APC e UFMA.** São Luís, 31 de julho de 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Extensão. **[Egressos do Projeto Prata da Casa e a atuação no mercado de trabalho].** São Luís, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Recursos Humanos. **[Demonstrativo do número de docentes por titulação].** São Luís, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Recursos Humanos. **[Dados gerais sobre a pós-graduação na Universidade Federal do Maranhão e cursos *lato sensu* ofertados].** São Luís, 2010a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Recursos Humanos. **[Docentes da Universidade Federal do Maranhão-2010].** São Luís, 2010b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de auto-avaliação institucional.** São Luís: UFMA, 2008/2009. 136 páginas. Disponível em: <<http://www.ufma.br>>. Acesso em: 13 set. 2010c.

VAHL, Teodoro Rogério. **A privatização do ensino superior no Brasil.** Florianópolis, SC: UFSC, 1985.

VEIGA, L. Os projetos educativos como projetos de classe: estado e universidade no Brasil (1954-1964). **Educação e Sociedade**, São Paulo, ano IV, n. 11, p. 25-71, jan. 1982.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista feita aos ex-Reitores da UFMA e Pró-Reitor de Extensão

ENTREVISTA

- 1) Em sua gestão na UFMA houve autorização de profissionais com autonomia para coordenar projetos como foi o caso do Prata da Casa?
- 2) Na sua gestão na UFMA que tipo de apoio foi dado ao Projeto Prata da Casa (PPC)?
- 3) Em sua gestão na UFMA, os objetivos, a filosofia de trabalho, a origem do Prata eram conhecidos?
- 4) As relações do Prata da Casa na UFMA na sua visão causaram impacto acadêmico científico no ensino, pesquisa e extensão?
- 5) Os profissionais que o Prata da Casa qualificou foram absorvidos ou não pela UFMA? Se sim, por que, e se não, porque isso não aconteceu?

APÊNDICE B – Questionário aplicado ao Secretário do Prata da Casa

QUESTIONÁRIO

Considerando sua relação com o Projeto Prata da Casa, solicito a sua colaboração no preenchimento desse QUESTIONÁRIO:

1) Existe preocupação do Projeto Prata da Casa (PPC) com a formação/ qualificação dos professores, especialmente com aqueles que atuam na rede pública de ensino?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

2) Existe eficiência do PPC nas ações desenvolvidas na UFMA, a fim de garantir um ensino de qualidade?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

3) O PPC ao se inserir na UFMA, desenvolveu um trabalho de impacto acadêmico-científico?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

4) O PPC, na UFMA, agilizou o ensino, a pesquisa e a extensão?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

5) O PPC não conseguiu imprimir em seus cursos de Pós-Graduação, uma excelência, considerando a falta de apoio por parte da administração da UFMA?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aplicada aos professores do quadro institucional da UFMA, qualificados pelo Projeto Prata da Casa

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como aconteceu a sua aproximação e participação no Projeto Prata da Casa - PPC?
- 2) Ao se inserir no Projeto Prata da Casa conhecia sua missão, valores, objetivos e a filosofia de trabalho?...
- 3) Você considera o PPC um Projeto que causou impacto acadêmico-científico na UFMA?...
- 4) Qual era o principal objetivo da Coordenação do Projeto?...
- 5) Os objetivos e os valores do Projeto Prata da Casa contribuíram para que suas ações fossem desenvolvidas com eficiência?...

2) Existe eficiência do PPC nas ações desenvolvidas na UFMA, a fim de garantir um ensino de qualidade?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

3) O PPC ao se inserir na UFMA desenvolveu um trabalho de impacto acadêmico-científico?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

4) O PPC, na UFMA, agilizou o ensino, a pesquisa e a extensão?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

5) O PPC não conseguiu imprimir em seus cursos de Pós-Graduação, uma excelência, considerando a falta de apoio por parte da administração da UFMA?

SIM () NÃO ()

POR QUÊ? _____

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicada aos Presidentes da Associação Prata da Casa (APC)

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Em que consistiu o seu trabalho no Projeto Prata da Casa (PPC)?
- 2) Qual a relação entre as ações desenvolvidas pelo Projeto e a administração da UFMA?
- 3) As ações do Projeto Prata da Casa (PPC) imprimiram uma inovação no ensino, pesquisa e extensão na UFMA?
- 4) Nos 10 (dez) anos de atuação do Projeto Prata da Casa (PPC) na UFMA, todo o processo de informações, documentação foi acompanhado?
- 5) O objetivo e os valores do Prata da Casa contribuíram para a consecução de suas ações?
- 6) Com a atuação do Projeto, você acredita que houve um impacto acadêmico-científico? Se não houve, aponte as razões.


APÊNDICE F – Depoimento do Coordenador do Projeto Prata da Casa

DEPOIMENTO

- 1) Aponte às razões consideradas para a criação do projeto Prata da Casa.
- 2) Como os meios acadêmico, científico e cultural da UFMA receberam a idéia de criação do Prata ?
- 3) Depois de idealizado e criado o Prata na UFMA, quais passos foram dados para sua implementação?
- 4) O Prata recebeu apoio dos Reitores? Se sim de que tipo? Foi suficiente para o desenvolvimento das ações do Prata?
- 5) Como foi a inserção do segmento dos professores no Projeto Prata da Casa?
- 6) Existe/existiu preocupação em medir resultados (financeiros, operacionais, estratégicos, aquisição de conhecimento, etc.) por parte do coordenador do Projeto?
- 7) O Projeto causou um impacto acadêmico-científico e cultural na UFMA? De que tipo? Dê exemplos?
- 8) Porque o Projeto Prata da Casa transformou-se numa ONG e posteriormente numa OSCIP?

ANEXOS

ANEXO A - Sistema de Avaliação no item: Proposta do Programa - Intercâmbios
Institucionais

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		Memória da Pós-Graduação	
		Programa	
		Sistema de Avaliação	
		Síntese e Indicadores	
		Ano Base	
		1998	
		Área de Avaliação	
		EDUCAÇÃO	
		Área Básica	
		ENSINO-APRENDIZAGEM 7.08.04.00-1	
		Instituição	
		UNESP/MAR - UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA (SP)	
		Programa	
		EDUCACAO 33004110040P-5	
		Núcleo de Referência Docente	
		NRD6	
P-PG-01			
Cursos		Nível	Início
33004110040M5 - EDUCACAO		Mestrado Acadêmico	1988
33004110040D6 - EDUCACAO		Doutorado	1993

1 de 23

14/03/01 às 12:14



Programa
EDUCACAO / UNESP/MAR (NRD6) - 1998

Proposta do Programa - Áreas de Concentração / Linhas de Pesquisa (P-PG-02a/b)

	Nível	Início
ENSINO NA EDUCACAO BRASILEIRA	Doutorado	1993
	Mestrado Acadêmico	1988
COMUNICAÇÃO, INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO		1992
EDUCAÇÃO BRASILEIRA-HISTÓRIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO		1988
EDUCAÇÃO E FILOSOFIA		1995
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL		1988
ENSINO, APRENDIZAGEM ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO		1988
ENSINO: ABORDAGEM TÉCNICO PEDAGÓGICA		1988

Proposta do Programa - Recursos Humanos (P-PG-04) Programa

Ref.		Qtd.	
1	Docentes	34.0	23.3 %
2	Pesquisadores	0.0	0.0 %
6	Outros Participantes	81.0	35.7 %

Proposta do Programa - Requisitos para Titulação (P-PG-05)

Nível	Créditos			Equivalência horas / crédito	Carga horária exigida
	Disciplinas	Tese / Dissertação	Outros		
Mestrado Acadêmico	40	80		12	480
Doutorado	60	180		12	720



Programa

EDUCAÇÃO / UNESP/MAR (NRD6) - 1998

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Visão geral, evolução e tendências (P-PG-06)**1. Visão Geral**

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP/Campus de Marília oferece os cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos. Trata-se de um Programa consolidado, o primeiro dos Programas de Pós-Graduação instalados nesta Unidade Universitária, que já acumulou significativa produção em sua área de atuação, titulando docentes para a Unidade que o sedta e para outros Campi da UNESP, bem como para diversas IES em vários Estados da Federação.

O programa de pós-graduação em Educação, através de sua área de concentração "Ensino na Educação Brasileira" e linhas de pesquisa, visa a formação de pesquisadores, de docentes, de profissionais e de recursos humanos especializados. De modo especial, busca: desenvolver estudos e pesquisas avançados relativos à educação, com ênfase na educação brasileira; aprofundar o conhecimento dos profissionais da educação tendo em vista compreender criticamente a realidade educacional e atuar no sentido de sua transformação; desenvolver uma visão mais ampla, profunda e crítica da realidade educacional no contexto histórico-social do país; realizar análises de teorias e práticas educativas, através de pesquisas e estudos, tanto no plano institucional como nos diversos movimentos sociais e promover e estimular o desenvolvimento de atividades científicas, filosóficas e artísticas no campo da educação.

2. Evolução

Um olhar histórico sobre o Curso de Pós-Graduação em Educação da UNESP-Marília, que conta hoje 10 anos de atividades, evidencia que sua existência se deve ao espírito pioneiro e visão prospectiva de seus idealizadores. À época de sua instalação, poucos acreditavam em suas possibilidades e potencialidades, hoje contamos com 138 dissertações defendidas e 34 teses, ao longo dos 10 anos de mestrado e 5 de doutorado, sendo que no ano base de 1998 foram 34 as dissertações e 18 as teses concluídas.

A concepção de uma proposta de curso que constituísse uma ampla porta de entrada para candidatos de várias origens e filiações acadêmicas era, a um só tempo, uma opção política de democratização do acesso ao mundo acadêmico, notadamente no interior do Estado, como uma necessidade para a criação do curso quando a Unidade Universitária que o sediou não dispunha ainda de um elevado número de doutores da área de educação e áreas afins.

Decorridos dez anos de sua criação e instalação, o curso vê cumprida sua missão de contribuir, nesta Universidade, para a consolidação da pós-graduação em educação, diante da criação de novos cursos para os quais migraram parte dos docentes aqui credenciados e vê sua proposta de atuação constituída numa perspectiva multidisciplinar, marcada pela amplitude e diversidade de abordagens e projetos de pesquisa que cobrem um largo espectro de temas, cumprindo sua função social. Por sua vez, a Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília teve suas atividades ampliadas no que se refere a esse nível de ensino, mediante a criação e instalação dos cursos de Filosofia - Área de Concentração "Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente", "Ciência da Informação" e "Ciências Sociais" e pelo aumento significativo dos grupos de pesquisa constituídos e cadastrados no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Também, ao longo dos últimos dez anos, o panorama da pós-graduação no Brasil passou por um processo de transformação e de expansão. A implementação de novos critérios de avaliação, no último biênio, provocou uma profunda discussão em torno do paradigma adotado que, apesar de considerado inadequado para a área de educação, trouxe à tona uma série de reflexões sobre os diferentes programas, fazendo com que, em decorrência do perfil de excelência adotado para a pós-graduação em educação, a revisão das propostas de cursos e/ou programas, até então adotadas, surja como uma necessidade premente. Inicialmente proposto para funcionar com duas áreas de concentração, o Programa foi autorizado a instalar-se com apenas uma área, estruturada em quatro grandes linhas de pesquisa, ampliadas para seis ao longo de seus dez anos de atividade. As discussões e pesquisas que essas linhas abrigaram a partir de 1988 - ano de instalação do curso - deram-se de maneira regular, intensiva e crescente. Esse crescimento, comprovado pelo número de docentes, de candidatos ao processos seletivos, de dissertações e teses defendidas, atesta a consolidação e disseminação da proposta do curso no cenário da pós-graduação em educação no Brasil.

3. Tendências

A despeito do impacto e contribuições altamente positivos na área, sobretudo no que diz respeito à titulação de docentes para o ensino superior, ao surgimento de Grupos de Pesquisa e outros cursos de Pós-Graduação na UNESP, como referido acima, o Programa vê-se diante da tarefa inadiável de repensar suas atividades.

Tais mudanças não decorrem de falhas da proposta até então em desenvolvimento, antes indicam, conforme expressão da CAPES, "a consolidação da pós-graduação no Brasil e o início de um novo estágio de desenvolvimento... na verdade, é chegado o momento de serem definidas as bases para a promoção de um novo ciclo evolutivo da pós-graduação brasileira... a pós-graduação nacional necessita ter delineado para si um horizonte mais amplo do que aquele que hoje a vem contendo. Suas funções e estrutura precisam ser redefinidas, tendo em vista permitir-lhe ajustar-se, com competência e agilidade compatíveis com o nível de maturidade por ela já conquistado, à rápida evolução da ciência e tecnologia na atualidade e às profundas transformações econômico-sociais da sociedade brasileira".

Nesse contexto e por diferentes motivações, vem sendo discutida no âmbito do Programa uma proposta de reorganização em que se coloca como primeiro objetivo a perspectiva de superar a amplitude/dispersão da área de concentração e/ou linhas de pesquisa existentes, sem cair num especialismo exagerado e fragmentador que possa comprometer as intenções originais do programa, porque estamos convencidos que a necessidade de adequações decorre, sobretudo e principalmente, do novo cenário da educação no Brasil, notadamente da pós-graduação que aqui nos interessa em particular, que aponta para imprescindíveis mudanças na concepção e operacionalização dos programas.

Na discussão dessa adequação, o Programa preocupa-se com a incorporação crítica dos rumos apontados em documento preliminar da PROPP-UNESP que busca definir a política de Pós-Graduação nesta Instituição. Esse documento, produzido por Comissão Especial designada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, em seu preâmbulo, faz, como outros documentos atuais, referências ao processo de redefinição de paradigmas e às céleres mudanças no padrão de produção e divulgação do conhecimento com ampliação das possibilidades de intensificação das comunicações, sobretudo em face das novas tecnologias de comunicação e informação.

Essas condições materiais presentes no cenário da sociedade contemporânea vêm provocando mudanças nas formas de ver, sentir e conceber as instituições, as relações com a Sociedade, exigindo da Universidade em geral e da pós-graduação em particular, capacidade de reflexão profunda e interlocução com novos atores. Tais características traduzem-se em princípios organizativos diversos, entre os quais os de integração, flexibilização e multiplicidade que são eleitos como elementos estruturadores da política de pós-graduação na UNESP.

A integração deverá manifestar-se horizontalmente nas questões curriculares com vistas a possibilitar que cada aluno, de qualquer programa, tenha possibilidade de acesso a quaisquer disciplinas, estágios ou outras atividades.



Programa EDUCAÇÃO / UNESP/MAR (NRD6) - 1998

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Qualquer programa, tenha ou não acesso a quaisquer disciplinas, cursos ou outras atividades.

A integração vertical entre os níveis de formação na pós-graduação, consequência da quebra do paradigma sequencial entre Mestrado e Doutorado Acadêmicos, permite agilizar o fluxo de alunos, com redução do tempo de titulação o que, em termos regimentais e regulamentares é uma questão já contemplada, mas não empregada em termos da prática. Entendemos que a operacionalização de tal possibilidade depende de atualização dos dispositivos regimentais que explicitem as condições de acesso direto ao doutorado, de alunos de mestrado que demonstrem possibilidades de desenvolver uma tese, sem que se comprometa a qualidade de formação do pesquisador, objetivo principal do doutorado acadêmico.

Valorizada pelos órgãos de fomento como um dos indicadores de excelência a ser considerado em novos processos de avaliação, a integração pós-graduação/graduação será ampliada no próximo ano. A contribuição efetiva da pós-graduação com a política de iniciação científica poderá ser viabilizada mediante a colaboração dos pós-graduandos com a iniciação científica dos graduandos.

O intercâmbio e parcerias entre universidades, empresas, outras instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais é igualmente desejável e, dadas as restrições financeiras do momento presente passa a ser uma necessidade. Diga-se de passagem, que este Programa já desenvolve ações concretas de parceria, mediante convênios firmados e/ou em tramitação nos órgãos superiores da Universidade.

Esse conjunto de sinalizações, parte significativa do documento acima referido, são endossadas por este Programa. Todavia, cabe-nos apontar que a concretização desses rumos depende de novas formas de organização, iniciadas pelos ajustes em discussão, mas depende também de condições a serem criadas pelos órgãos superiores da Universidade, em especial com referência a: infra-estrutura de pesquisa; investimentos em material bibliográfico; valorização do pessoal técnico-administrativo e docente, inclusive em termos salariais, e adequações nos dispositivos regulamentadores das atividades da pós-graduação. Assim, pretende-se ao longo de 1999, dar continuidade à adequação do Programa ao novo cenário educacional e à nova configuração da pós-graduação no Brasil, adotando criticamente os princípios e diretrizes gerais da UNESP e das agências de fomento. Adotar criticamente princípios e diretrizes significa colocar tais elementos sob o olhar próprio do Programa e não descuidar da sua realidade concreta.

Até o momento, a proposta em elaboração tem como orientação geral as seguintes diretrizes:

1. manter o caráter de amplitude, que já é tradição do programa, delimitando internamente as áreas de conhecimento e reordenando as linhas de pesquisa e disciplinas existentes;
2. buscar o equilíbrio entre a excessiva generalização e a especialização;
3. enfatizar o compromisso com a formação do pesquisador no Mestrado e Doutorado acadêmicos e com a formação profissional em face das demandas do mercado nas outras modalidades de curso, em especial no Mestrado Profissional;
4. preparar-se para implementação das novas diretrizes para a pós-graduação emanadas dos órgãos superiores da Universidade;
5. adequar-se às recomendações feitas pela comissão de avaliação da CAPES e da reflexão sobre a avaliação feita pelo programa e, finalmente, mas não em último lugar,
6. retomar intenções presentes no momento de criação do curso em relação à instituição de uma segunda área de concentração, que uma vez não constituída, resultou na amplitude de algumas linhas de pesquisa.

Proposta do Programa - Integração com a Graduação (P-PG-07)

Em primeiro lugar, cabe destacar que a integração pós-graduação-graduação faz-se, no âmbito deste programa, de modo natural e rotineiro pela presença simultânea de docentes e discentes nos dois níveis de ensino. Da parte dos docentes, porque é norma na UNESP não efetuar contratações exclusivamente para a pós-graduação, assim todos os integrantes do corpo docente com vínculo empregatício com a Instituição respondem por disciplinas na graduação e alguns orientam estágios supervisionados curriculares. Da parte dos discentes, porque muitos dos docentes da graduação são doutorandos do programa. A integração dá-se também pela presença de graduandos em grupos de pesquisa sob liderança de docentes do programa; pela orientação de alunos de iniciação científica; pela participação de alunos de graduação em alguns projetos de pesquisa e publicações. No ano base de 1998, houve a publicação do livro "Nova LDB: trajetória para a cidadania?", organizado conjuntamente por Lourdes Marcelino Machado, docente do programa e Carmem Sílvia Bissoli da Silva, mestranda. Essa coletânea inclui textos de docentes de outras Instituições e discentes. Houve publicação de artigos de iniciação científica, participação de bolsistas PIBIC, orientados por docentes da Pós-Graduação, em Jornadas de Iniciação Científica promovidas pela UNESP.

Algumas das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em nível de doutorado, deram origem a disciplinas e cursos de extensão. A disciplina "Avaliação Escolar", foi oferecida em caráter optativo aos alunos do curso de Pedagogia, pela doutoranda Hêlia Sônia Raphael, fundamentada em sua pesquisa de doutorado e no Curso de Especialização em Avaliação à Distância, promovido pela Faculdade de Educação da UnB e Cátedra UNESCO de Educação à Distância. O curso de extensão "Tópicos especiais de Administração e Política Educacional" foi ministrado pela doutoranda Maria Sílvia Simões Bueno. A mestranda Carmem Sílvia Bissoli da Silva presidiu a Comissão de Estágios do Curso de Pedagogia aplicando as descobertas oriundas de sua pesquisa na qualidade de Relatora e Parecerista nas adequações curriculares desse curso aos dispositivos da LDB.

Proposta do Programa - Infraestrutura - Laboratórios (P-PG-08)

Laboratório Didático de Informática
Laboratório de Pesquisa Docente
Laboratório de Recursos Audio-Visuais e apoio às atividades acadêmicas - NAC
Laboratório de Aplicação e Desenvolvimento de Multimídia
Laboratório de Preservação de Materiais Especiais
Laboratório de Análise Documentária
Laboratório Técnico Informacional
Laboratório de Fotografia



Programa

EDUCAÇÃO / UNESP/MAR (NRD6) - 1998

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Infraestrutura - Biblioteca (P-PG-09)

O acervo da Biblioteca do Câmpus de Marília, especializada em Ciências Humanas, alcança no ano de 1998 62.110 títulos de livros e cerca de 2000 títulos de periódicos nacionais e internacionais. Com avançado processo de informatização, é possível acessar bibliotecas on-line por intermédio dos Online Publics Catalogs - OPACS. Avaliar coleções, pesquisar em outras instituições e utilizar bancos de dados especializados são alguns dos Serviços Disponíveis por esse meio. Entre os serviços específicos oferecidos pela própria biblioteca destacam-se os seguintes: Serviços de Computação Bibliográfica (acesso a cópias de artigos nacionais e estrangeiros não disponíveis no acervo); SAP - Serviço de Alerta Personalizado (apresentação mensal de todo material publicado na obra Currents Contents aos docentes interessados de acordo com o perfil do pesquisador) e RAP - Recentes Aquisições Periódicas (alerta quinzenal aos docentes sobre as aquisições recentes de periódicos nacionais e estrangeiros). Mediante convênio firmado entre a Unesp e a FFC-REDUC as bases de dados da Rede Latinoamericana de Informação e Documentação em Educação encontram-se à disposição de alunos e professores do Curso. Como contrapartida, a Coordenação do Curso, por intermédio de sua representação no Convênio, alimenta as bases de dados no REDUC, com os RAEs - Resumos Analíticos da área de Educação.

Proposta do Programa - Infraestrutura - Recursos de Informática (P-PG-10)

24 microcomputadores - Biblioteca
 14 microcomputadores - laboratório Didático de Informática
 08 microcomputadores - Laboratório de Pesquisa Docente
 153 microcomputadores - utilização eventual em outras Seções do Campus
 1 note book

Proposta do Programa - Intercâmbios Institucionais (P-PG-11)


Os Colegiados Superiores da Universidade emitiram sua autorização para início, no primeiro semestre de 1999, das atividades decorrentes do convênio especial de cooperação com a Universidade Católica de Goiás, envolvendo docentes de três Instituições (USP/UNESP/UCG), com a finalidade de qualificar 15 (quinze) doutores daquela Instituição. Em contrapartida, os professores José Carlos Libâneo e Iria Brzezinsk, vinculados à UCG, participarão, por tempo determinado, das atividades docentes e de orientação do Programa da UNESP-Marília.

Outra modalidade de intercâmbio, implantada já em 1996, que tem se revelado bastante promissora é o convênio firmado com a Universidade Federal do Maranhão denominado "Projetos Prata da Casa", pelo qual aquela Universidade encaminha à Unesp alunos selecionados de seus cursos de Graduação para a realização do Mestrado com vistas à sua contratação como docentes pela Universidade e a consequente renovação dos quadros docentes da Instituição. O convênio, que se estende a várias outras áreas de conhecimento no conjunto dos Cursos de Pós-Graduação da Unesp, é patrocinado pela CAPES mediante a destinação de uma cota especial de bolsas aos alunos beneficiários.

Igualmente está em execução, o convênio especial firmado com o CEFET de Pato Branco, visando a extensão das atividades do Programa, em nível de Mestrado, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET - Unidade de Pato Branco, com a finalidade de titular no prazo de 30 meses, 19 (dezenove) Mestres entre os membros do corpo docente daquela Instituição.

No âmbito dos intercâmbios internacionais, está em tramitação um convênio de cooperação técnico-científica com a Universidade do Minho - Braga/PL, visando a participação de discentes do programa em disciplinas oferecidas naquela Universidade.

ANEXO B - Convênio de colaboração acadêmica científica e cultural celebrados entre a Universidade Federal do Maranhão e a Associação Prata da Casa (APC)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966

REGISTRADO
DO CNIPROPG/UFMA

EN	03	009	047	/	2000
----	----	-----	-----	---	------

CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO ACADÊMICA, CIENTÍFICA E CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E A ASSOCIAÇÃO PRATA DA CASA.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, Instituição de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, fundação de direito público, criada no fulcro da Lei nº 5.152/65, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 06.279.103/0001-19, com sede na praça Gonçalves Dias nº 351, São Luís-MA, doravante denominada **UFMA**, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Prof. Doutor OTHON DE CARVALHO BASTOS, CPF nº 001.877.123-87, RG nº 47.184/SSP-MA e a **ASSOCIAÇÃO PRATA DA CASA**, instituição de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CPNJ sob o nº 03.030.446/0001-57, com sede na sala 31 - CEB VELHO, no Campus Universitário do Bacanga, Av. dos Portugueses s/n, São Luís-MA, doravante denominada **APC**, neste ato representada por sua Presidente, a Senhora Professora NERINE LOBÃO COELHO, CPF nº 207.090.563-20, RG nº 92066198-0/SSP-MA,

- **CONSIDERANDO** que as duas Instituições partilham interesses e objetivos comuns nos campos acadêmico e cultural, que a segunda se originou da primeira e existe para lhe otimizar as possibilidades de expressão;
- **CONSIDERANDO** que as Universidades, pela sua própria essência, finalidade e objetivos, devem entender as intenções globalizantes do mercado e estabelecer canais de comunicação que facilitem e permitam o intercâmbio do conhecimento científico e cultural, e que, por causa da estrutura que as compõem, tem dificuldade e urgência em estabelecer parcerias para efetivar sua produção e agilizar meios e benefícios à comunidade regional e local;
- **CONSIDERANDO** que se trata de Instituições com personalidade jurídica própria, o que lhes permite celebrar Convênios dessa natureza para um melhor cumprimento dos fins a que se propõem;

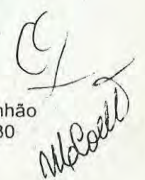
RESOLVEM, de com acordo, celebrar o presente Convênio de Colaboração Acadêmica, Científica e Cultural, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 - O presente Convênio tem por objeto a parceria da **APC** com a **UFMA** para prestação de serviços de ordem pedagógica e científica em que ambas as Instituições tenham interesse manifesto.

2.2 - Para a consecução do objeto pactuado, as convenientes acordam em desenvolver programas de intercâmbio científico e cultural que compreendam as suas naturezas estatutárias, tais como:

a) projetos de investigação conjunta;



Av. dos Portugueses, s/nº - Campus Universitário do Bacanga - São Luís - Maranhão
 CEP: 65 080-040 - Fone (Geral Campus) (098) 217 8000 - Fax: (098) 217 8030

a caminho da excelência

- b) programas para execução de estudos de pós-graduação ou de pesquisa;
- c) intercâmbio de professores, pesquisadores, bolsistas e alunos, aos moldes do Estatuto da UFMA, em seu Artigo 61, no que diz respeito a serviços especiais de magistério;
- d) intercâmbio de informações relativas à organização, estrutura e funcionamento de cada uma das Instituições, bem como dos seus programas anuais;
- e) promoção de cursos, seminários, simpósios, etc., em que participem professores das duas Instituições, complementando-se mutuamente, visando ao cumprimento da qualidade de ensino e ao rigor de titulação e certificação prescritas em lei federal e norma estatutária da UFMA;
- f) intercâmbio de material bibliográfico, editorial, etc., bem como da sua adequada difusão através dos canais que tenham sido estabelecidos;
- g) desenvolvimento de outras atividades não mencionadas nos pontos anteriores, mas que apresentem um manifesto interesse comum.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Para a execução de qualquer projeto ou atividade vinculada ao objeto pactuado, deverá ser apresentado pela **APC** o correspondente Plano de Trabalho, o qual, após aprovado por ambos os partícipes, será formalizado por meio de Termo Aditivo que fará parte integrante do presente Convênio, observadas, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto 93.872/86 e suas alterações, bem como da IN 01/97-STN e demais normas legais aplicáveis à matéria.

2.2 - Do Plano de Trabalho constará:

- a) a identificação do objeto específico;
- b) as metas a serem atingidas;
- c) as etapas ou fases de execução;
- d) o plano de aplicação dos recursos;
- e) o cronograma de desembolso;
- f) a previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão provável das etapas ou fases programadas.

2.3 - Os partícipes designarão um representante de cada uma das instituições signatárias, os quais serão os elementos de ligação entre os componentes das duas estruturas institucionais.

2.4 - Os partícipes deverão elaborar Programas Regulares de Efetivação das Ações Acadêmica, Científica e Cultural, sempre que necessário, visando:

- a) coordenar as atividades projetadas à comunidade, aos professores, pesquisadores, bolsistas e alunos, respeitando-se a legislação acadêmica das diferentes unidades da UFMA;
- b) avaliar as atividades desenvolvidas e as que se encontrarem em desenvolvimento;
- c) preparar Termos Aditivos decorrentes da execução do presente Convênio;
- d) exercer todas as outras funções que resultem do conteúdo deste documento.

Maciel

[Assinatura]

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

3.1 - Os Termos Aditivos firmados para viabilizar a execução do presente Convênio, entrarão em vigor a partir da data acordada por ambas as instituições, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas e condições, vedada a alteração do objeto e das metas.

3.2 - Os Termos Aditivos serão partes integrantes do presente Convênio e juntos constituirão os documentos de cunho jurídico que determinarão o escopo das atividades a serem desenvolvidas, prazos, equipes de trabalho e obrigações de cada partícipe.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

O financiamento das atividades a serem desenvolvidas com base no presente Convênio dependerá basicamente dos meios de auto-suficiência gerados pela **APC**, que se responsabilizará pela contabilidade, custos, otimização e implemetação própria dos recursos, devendo cumprir o determinado pela Portaria GR nº 048/99, ou outra que venha substituí-la, feitas as seguintes ressalvas:

- a) a **APC** se obriga ao pagamento do percentual de 10% da receita, conforme item 3 da referida portaria, depositando os valores devidos em conta da **UFMA**, ao final das atividades, com a adequada prestação de contas;
- b) a viabilidade econômica e encargos sociais serão de responsabilidade da **APC**, ficando a **UFMA** isenta dessas obrigações;
- c) a viabilidade pedagógica das atividades programadas será compatibilizada pelos órgãos aos quais essas atividades se relacionam, bem como aos colegiados que lhes digam respeito, considerando-se os prazos que eles determinem e a legislação diretamente ligada;
- d) a **APC** se desobriga da utilização de materiais e serviços da **UFMA**;
- e) a **APC** se responsabilizará pelo pagamento de serviços externos e do pessoal técnico, administrativo e docente convidado a executar atividades.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Os direitos de autoria ou propriedade intelectual resultantes de atividades comuns, serão resguardados por ambos os partícipes que assumirão contratos específicos para a publicação respectiva, salvaguardados os direitos individuais e institucionais que correspondam.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

Toda divulgação, produção ou publicação que se façam de atividades do Convênio deverão incluir, de forma expressa, referência à unidade responsável da **UFMA** ou da **APC**, utilizando seus logotipos ou distintivos, mencionando explicitamente, com igual destaque, a natureza e proveniência da cooperação recebida.

Maciel

CL

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante novo instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido por acordo entre os partícipes, por decurso de prazo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, pela superveniência de norma legal que o torne impraticável ou por motivo de relevante interesse público. Poderá também ser denunciado, a qualquer tempo e por qualquer um dos partícipes, mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta dias), desde que não haja prejuízo para os envolvidos e/ou para as atividades em andamento.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

O foro competente para resolver eventuais questões decorrentes da execução do presente Convênio, que não possam ser solucionadas administrativamente, é o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Luís-MA, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem os partícipes de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, assinam o presente Convênio, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

São Luís, 31 de 7 de 2000.

[Assinatura]
 OTTON DE CARVALHO BASTOS
 Reitor da UFMA

[Assinatura]
 NERINE LOBÃO COELHO
 Presidente da APC

TESTEMUNHAS:

[Assinatura]
 CPF: 012524613-72

[Assinatura]
 CPF: 054 650.443 -49

CARTÓRIO CELSO COUTINHO

2.º Ofício de Notas
 São Luís - Maranhão - Brasil
 Reconheço como verdadeiras as assinaturas de
[Assinatura]
 Em test. 2 da verdade.
 São Luís (MA) 06/08 de 2000

Maria das Graças Ribeiro de Alencar
 Escrevente Jureamentada
 CPF: 126.868.593-34

Protocolo nº
 TABELA DO 1º O
 Tabelião
 Dr. Tito Américo Souza Soares
 Escrevente
 Cláudia Tito Soares
 São Luís, 156-A
 MA - Brasil

[Assinatura]
 São Luís (MA), 06, VIII, 2000
 Em test. 2 da verdade.
 Cláudia Tito Soares
 Escrevente

ANEXO C - Outro convênio assinado entre a Universidade Federal do Maranhão e a Associação Prata da Casa

Convênio
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

REGISTRADO
DO INIPROPGUEMA

26/05/2011

CONVENIO DE COLABORAÇÃO ACADÊMICA CIENTÍFICA E CULTURAL que entre si celebram a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA** e a **ASSOCIAÇÃO PRATA DA CASA**.

Por este instrumento a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**, Instituição de Ensino Superior, criada pela Lei nº 5.152, de 21/10/66, CNPJ nº 06.279.103/0001-19, com sede nesta Capital, na Praça Gonçalves Dias, nº 351, Centro, São Luís - MA, representada neste ato por seu Reitor, Professor Doutor **FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES RAMOS**, brasileiro, solteiro, CPF nº 362.695.907-44, RG nº 152419420001 - SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Mauro Lima, nº 121, apt. 202, Ed. Ponta D'areia, São Francisco, doravante denominada simplesmente UFMA, e a **ASSOCIAÇÃO PRATA DA CASA**, instituição qualificada como (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) nos termos da Lei nº 9.790, de 23/3/1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.030.446/0001-57, com sede na sala 31 - CEB VELHO, no Campus Universitário do Bacanga, Av. dos Portugueses s/n, São Luís-MA, doravante denominada APC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor Professor **JOAQUIM DE OLIVEIRA GOMES**, brasileiro, solteiro, residente na Rua 48, quadra 31, casa 10 - Conjunto Vinhais, CPF nº 224.492.213-87, RG nº 5803793-4/SSP-MA,

CONSIDERANDO que as duas instituições partilham interesses e objetivos comuns nos campos acadêmico e cultural, que a segunda se originou da primeira e existe para lhe otimizar as possibilidades de expressão;

CONSIDERANDO que as Universidades, pela sua própria essência, finalidade e objetivos, devem entender as intenções globalizantes do mercado e estabelecer canais de comunicação que facilitem o intercâmbio do conhecimento científico e cultural, e que, por causa da estrutura que as compõem, tem dificuldade e urgência em estabelecer parcerias para efetivar sua produção e agilizar meios e benefícios à comunidade regional e local;

CONSIDERANDO que se trata de instituições com personalidade jurídica própria, o que lhes permite celebrar Convênios dessa natureza para um melhor cumprimento dos fins a que se propõem;

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente Convênio de Colaboração Acadêmica, Científica e Cultural, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a parceria da APC com a UFMA para prestação de serviços de ordem pedagógica e científica em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Para a consecução do objeto pactuado, as convenientes acordam em desenvolver programas de intercâmbio científico e cultural que compreendam as suas naturezas estatutárias, tais como:

Av. dos Portugueses, S/N - Campus do Bacanga - São Luís - Maranhão - CEP 65094-000
Fone (Geral Campus): (08*98) 217 8000 - Fax (08*98) 217 8000

[Assinatura]



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

1. projetos de investigação conjunta;
2. programas para execução de estudos de pós-graduação ou de pesquisa;
3. intercâmbio de professores, pesquisadores, bolsistas e alunos, aos moldes do estatuto da UFMA, em seu Artigo 61, no que diz respeito a serviços especiais de magistério;
4. intercâmbio de informações relativas à organização, estrutura e funcionamento de cada uma das instituições, bem como dos seus programas anuais;
5. promoção de cursos, seminários, simpósios, etc., em que participem professores das duas instituições, complementando-se mutuamente, visando ao cumprimento da qualidade de ensino e ao rigor de titulação e certificação prescritas em lei federal e norma estatutária da UFMA;
6. intercâmbio de material bibliográfico, editorial, etc., bem como da sua adequada difusão através dos canais que tenham sido estabelecidos;
7. desenvolvimento de outras atividades não mencionadas nos pontos anteriores, mas que apresentem um manifesto interesse comum.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

Para a execução de qualquer projeto ou atividade vinculada ao objeto pactuado, deverá ser apresentado pela APC o correspondente Plano de Trabalho, o qual, após aprovado por ambos os partícipes, será formalizado por meio de Termo Aditivo que fará parte integrante do presente Convênio, observadas, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto 93.872/86 e suas alterações, bem como da IN 01/97-STN e demais normas legais aplicáveis à matéria.

DO PLANO DE TRABALHO CONSTARÁ:

1. a identificação do objeto específico;
2. as metas a serem atingidas;
3. as etapas ou fases de execução;
4. o plano de aplicação dos recursos;
5. o cronograma de desembolso;
6. a previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão provável das etapas ou fases programadas.

Os partícipes designarão um representante de cada uma das instituições signatárias, os quais serão os elementos de ligação entre os componentes das duas estruturas institucionais.

Os partícipes deverão elaborar Programas Regulares de Efetivação das Ações Acadêmicas, Científicas e Cultural, sempre que necessário, visando:

Av. dos Portugueses, S/N - Campus do Bacanga - São Luís - Maranhão - 65 080-040
Fonc (Geral Campus): (0**98) 217 8000. Fax: (0**98) 217 8030



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

CLÁUSULA QUARTA - DA FONTE DE RECURSOS

1 - A UFMA se compromete, por meio de recursos orçamentários próprios e de fontes de financiamentos das agências de fomento, a arcar com os recursos necessários à execução das atividades previamente acordadas no Projeto Prata da Casa.

2 - As despesas não acordadas, previamente, com o Projeto Prata da Casa correrão por conta de cada Universidade, de acordo com a disponibilidade orçamentária de cada partícipe.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

Para a execução deste Convênio haverá uma coordenação operacional a qual será integrada por um representante da UFRGS e um representante da UFMA, ficando designados, pela UFMA, o Prof **José Erasmo Campelo**, e, pela UFRGS, a Profa. **Valquíria Linck Bassani**.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer dos participantes, com antecedência de um semestre letivo, mediante comunicação expressa do partícipe interessado.

Parágrafo Único - Em caso de rescisão do presente Convênio, as atividades em andamento não serão prejudicadas, devendo ser concluídas mediante acordos específicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DAS MODIFICAÇÕES

O presente Convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado e/ou alterado, mediante lavratura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente instrumento será providenciada pela UFMA, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias a partir daquela data, conforme estabelece o Art. 61 da Lei 8666/93.



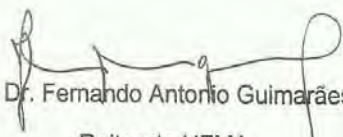
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão


CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal para dirimir quaisquer questões que resultam deste Convênio com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

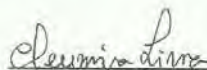
E, por estarem de acordo, assinam o presente Convênio em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo.

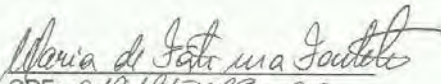
São Luis, 13/8/2007


 Professor Dr. Fernando Antonio Guimarães Ramos
 Reitor da UFMA


 Professor Dr. José Carlos Ferraz Hennemann
 Reitor da UFRGS

Testemunhas:


 CPF: 154.473.642-91


 CPF: 018185493-00





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1 - Compete à **UFMA**, por intermédio do Projeto "Prata da Casa" da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, além da responsabilidade pela Coordenação Operacional do Projeto, obrigar-se a:

- -realizar a pré-seleção dos candidatos dentre recém-graduados e professores da UFMA nas áreas determinadas no presente Convênio;
- -encaminhar aos Cursos de Pós-Graduação da UFRGS, durante 4 (quatro) anos consecutivos, os candidatos a mestrado e doutorado pré-selecionados, conforme o número de vagas previamente acordado com a Coordenação do Cursos.
- -compatibilizar os prazos do calendário acadêmico dos Cursos de Pós-Graduação da UFRGS e demais providências para o necessário planejamento e execução das atividades a serem desenvolvidas.
- -colocar a infra-estrutura da UFMA à disposição de professores, pesquisadores, técnicos e alunos da UFRGS, envolvidos no Projeto.

2 - Compete à **UFRGS**, por intermédio da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação envolvidos, além da responsabilidade pela coordenação acadêmica do Projeto. Além disso, os Cursos de Pós-Graduação da UFRGS, obrigam-se a:

- - informar, anualmente, à Coordenação Operacional da UFMA, a disponibilidade de vaga, o período de inscrição e a forma do processo de seleção.
- - Colocar a infra-estrutura do Curso de Pós-Graduação (biblioteca, secretaria, laboratório, informática, sala de estudos, etc.) à disposição dos candidatos aceitos como alunos de pós-graduação e dos professores envolvidos no Projeto.
- - Agendar com professores e alunos da UFRGS atividades de intercâmbio de interesse do Projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DETERMINAÇÕES

Fica estabelecido no presente Convênio que:

1 - Os candidatos da UFMA, aceitos como alunos de pós-graduação, estarão sujeitos aos direitos e deveres previstos no Regimento do Curso de Pós-Graduação e demais normas estatutárias e regimentais da UFRGS.

2- Os alunos que cumprirem com todos os requisitos regimentais do Curso de Pós-Graduação da UFRGS receberão o diploma correspondente.

ANEXO D - Termo de Re-Ratificação ao Convênio n. 003.001/2006, visando a correção de endereço



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão



TERMO de Re-Ratificação ao Convênio nº 003.001.001/2006 celebrado entre a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA** e a **Associação Prata da Casa**, visando correção de endereço.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, Instituição de Ensino Superior, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.279.103/0001-19, com sede na Praça Gonçalves Dias, nº 351, Centro, São Luís-MA, doravante denominada UFMA, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Doutor **FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES RAMOS**, brasileiro, solteiro, CPF nº 362.695.907-44, RG nº 15241420001-SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Colares Moreira, nº 48 Edifício Leblon, apto 206, Renascença I e a Associação Prata da Casa, doravante denominada APC, instituição Fundacional de Direito Privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº 03030.046/001-57, sediada na Rua Jaime Tavares, 1958, loja 205, Távola Shopping, Areinha, nesta cidade, representada neste ato pelo seu presidente, o Senhor Joaquim de Oliveira Gomes, brasileiro, solteiro, residente na Rua 48, Quadra 31, casa 10 - Conjunto Vinhais, CPF nº 224.492.213-87, RG nº 5803793-4 - SSP/MA, resolvem celebrar o Presente Termo Re-Ratificação, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e da Lei nº 8.958/94, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Re-Ratificação tem por objeto a retificação do endereço da Associação Prata da Casa, no Convênio Original nº 003.001.001/2006, para Rua Jaime Tavares, 1958, loja 205, Távola Shopping, Areinha,

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio Original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Re-ratificação entra em vigor na data da sua assinatura, na forma da legislação vigente e sua duração será coincidente com a do Convênio Original.




UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

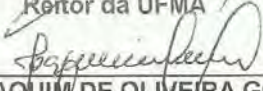
CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Re-Ratificação fica condicionada à publicação no Diário Oficial da União até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 17 da IN/STN nº 01, de 15/01/97.

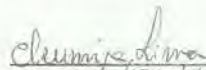
E, por estarem assim, firmam as partes o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que também o subscrevem para que produza os seus efeitos legais.

São Luís, 27 de julho de 2007.


 Profº Dr. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES RAMOS
 Reitor da UFMA


 Prof. JOAQUIM DE OLIVEIRA GOMES
 Presidente DA APC


Testemunhas:


 CPF: 154.453.642-91

CPF: _____

ANEXO E - Convênio visando a implementação do Projeto Prata da Casa entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Maranhão

Convênios



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

REGISTRADO				
ASCONV / ASPLAN / UFMA				
CV	003	0/6	052	/ 07

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PRATA DA CASA (Proc. nº 853/2007-20).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, autarquia pública federal, inscrita no CGC/MF sob o nº 06.279.103/0001-19, com sede à Praça Gonçalves Dias, 351, em São Luiz, MA, doravante denominada UFMA, neste ato representada pelo Reitor, Professor Doutor **Fernando Antonio Guimarães Ramos**, portador da Carteira de Identidade nº 152419420001 - SSP/MA e do CPF nº. 362.695.907-44, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**, autarquia pública federal, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.969.856/0001-98, com sede à Av. Paulo Gama, 110, em Porto Alegre, RS, doravante denominada **UFRGS**, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Doutor **José Carlos Ferraz Hennemann**, portador da Carteira de Identidade nº 900550876-8 SSP/RS e do CPF/MF nº 013.925.570-20, firmam o presente Convênio mediante as cláusulas e as condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de intercâmbio didático-científico, bem como a implementação do Projeto denominado "Prata da Casa" da UFMA, cujos objetivos são:

- - capacitação acadêmica do corpo docente, através de parceria com outras Universidade do País;
- - melhoria do ensino superior;
- - incremento e qualificação da pesquisa no que tange à relevância científica e social;
- - melhoria das condições de infra-estrutura e de administração para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino universitário;

PARÁGRAFO ÚNICO

A continuidade da implementação do Projeto "Prata da Casa" da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação será, a partir do ano de 2007, nas áreas de História, Artes, Letras, Direito e Música, podendo ser ampliado por meio de Termo Aditivo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

1. coordenar as atividades projetadas à comunidade, aos professores, pesquisadores, bolsistas e alunos, respeitando-se a legislação acadêmica das diferentes unidades da UFMA;
2. avaliar as atividades desenvolvidas e as se encontrarem em desenvolvimento;
3. preparar Termos Aditivos decorrentes da execução do presente Convênio;
4. exercer toda as outras funções que resultem do conteúdo deste documento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

Os Termos Aditivos firmados para viabilizar a execução do presente Convênio, entrarão em vigor a partir da data acordada por ambas as instituições, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas e condições, vedada a alteração do objeto das metas.

Os Termos Aditivos serão partes integrantes do presente Convênio e juntos constituirão os documentos de cunho jurídico que determinarão o escopo das atividades a serem desenvolvidas, prazos, equipes de trabalho e obrigações de cada partícipe.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

O financiamento das atividades a serem desenvolvidas com base no presente Convênio dependerá basicamente dos meios de auto-suficiência gerados pela APC, que se responsabilizará pela contabilidade, custos, otimização e implementação própria dos recursos, devendo cumprir o determinado pela Portaria GR nº 048/99, ou outra que venha substituí-la, feitas as seguintes ressalvas:

1. a APC se obriga ao pagamento do percentual de 10% da receita, conforme item 3 da referida portaria, depositando os valores devidos em conta da UFMA, ao final das atividades, com a adequada prestação de contas;
2. a viabilidade econômica e encargos sociais serão de responsabilidade da APC, ficando a UFMA isenta dessas obrigações;
3. a viabilidade pedagógica das atividades programadas será compatibilizada pelos órgãos aos quais essas atividades se relacionam, bem como aos colegiados que lhes digam respeito, considerando-se os prazos que eles determinem e a legislação diretamente ligada;

a caminho da excelência

Av. dos Portugueses, S/N - Campus do Bacanga - São Luís - Maranhão - 65 080-040
Fone (Geral Campus): (0**98) 217 8000 Fax: (0**98) 217 8030



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

4. a APC se responsabilizará pelo pagamento de serviços externos e do pessoal técnico, administrativo e docente convidado a executar atividades.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Os direitos de autoria ou propriedade intelectual resultantes de atividades comuns, serão resguardados por ambos os partícipes que assumirão contratos específicos para a publicação respectiva, salvaguardados os direitos individuais e institucionais que correspondam.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

Toda divulgação, produção ou publicação que se façam de atividades do Convênio deverão incluir, de forma expressa, referência à unidade responsável da UFMA ou da APC, utilizando seus logotipos ou distintivos, mencionando explicitamente, com igual destaque, a natureza e proveniência da cooperação recebida.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante novo instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido por acordo entre os partícipes, por decursos de prazo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, pela superveniência de norma legal que o torne impraticável ou por motivo de relevante interesse público. Poderá também ser denunciado, a qualquer tempo e por qualquer um dos partícipes, mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não haja prejuízo para os envolvidos e/ou para as atividades em andamento.

o caminho da excelência

Av. dos Portugueses, S/N - Campus do Bacanga - São Luís - Maranhão - 65.080-040
Fonc (Geral Campus): (0**98) 217 8000 , Fax: (01**98) 217 8030



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luis - Maranhão

CLÁUSULA NONA – DO FORO

O foro competente para resolver eventuais questões decorrentes da execução do presente Convênio, que não possam ser solucionadas administrativamente, é o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Luís-MA, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

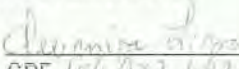
E, por estarem os partícipes de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, assinam o presente Convênio, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

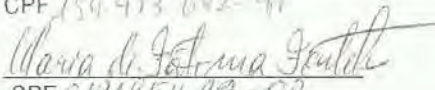
São Luís, 10 de janeiro de 2006


 Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES RAMOS
 Reitor da UFMA


 Prof. JOAQUIM DE OLIVEIRA GOMES
 Presidente da APC

TESTEMUNHAS:


 CPF 154.473.642-91


 CPF 0121854 43-00

ANEXO F - Certificação da Associação Prata da Casa, em 23 de março de 1999



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Certificamos

que a ASSOCIAÇÃO PRATA DA CASA - APC, CGC/CNPJ nº 03.030.446/0001-57, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ nº 08071.002085/2005-51, conforme Despacho da Secretária Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2005, publicado no Diário Oficial de 09 de dezembro de 2005.

Brasília, 13 de dezembro de 2005


CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA

ANEXO G – I Semana de Cursos de Extensão realizada de 05 a 10 de janeiro de 1998

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNESP UFRJ UFSM UNICAMP**

**I Semana de Cursos de Extensão
Projeto Prata da Casa
05 a 10 de Janeiro de 1998**

CURSO	PROFESSOR	CLIENTELA ALVO
Geografia e Meio Ambiente	Ronaldo R. Araújo	Geógrafos, estudantes e professores
Linguística Aplicada à Literatura de Humor	Rozália dos Santos	Comunicadores e Professores de 1º, 2º e 3º graus
Desenvolvimento Humano	Nilson S. Paiva	Ed. Física e estudantes de Saúde e profissionais liberais
A Encenação e a Cenografia Expressionista	Mª José L. Silva	Atores, estudantes e profissionais das artes
O Discurso Gráfico nos Jornais	Patrícia Azambuja	Profissionais liberais de Comunicação, Artes visuais
Alitude Física e Terceira Idade	José Alípio Assis Fo	Terapeutas, recreacionistas, estudantes de Ed. Física, Medicina
Perspectiva da Avaliação Educacional	Ana Célia Arouche	Professores de 1º, 2º e 3º graus
Princípios de Citogenética Humana	Mª Raimunda Garcia	Profissionais de saúde, estudantes, técnicos e professores
Trabalhando Textos Literários Infantis na Escola	Almerinda Gomes	Estudantes e Professores de 1º, 2º e 3º graus
Patrimônio Cultural: Questões Limites e Perspectivas da Cultura Local	Linda Mª Rodrigues	Profissionais de Turismo, Guias, Relações Públicas e estudantes
Estudos da Imagem Contemporânea	Francisco F. Filho	Estudantes e profissionais de comunicação, de Artes e arquitetura
Metabolismo de Lagos Costeiras	Carlos B. P. Alves	Estudantes e profissionais de ecologia, biologia e geografia
Educação Física Adaptada à Terceira Idade	Alex Bezerra Alves	Profissionais liberais, Ed. Especial, Ed. Física e Estudantes
Repensando a Prática: Projeto de Pesquisa	Mª José Albuquerque	Estudantes e Profissionais de Educação
Análise Literária em verso	Karina A. M. Sousa	Estudantes, professores e Profissionais
Movimentos Sociais no Império Brasileiro	Carlos Ximenes	Estudantes e Profissionais de História
Clareamento Dental (*)	Silvia Lustosa Castro	Profissionais e estudantes de Odontologia
Evolução e Estágio Atual dos Sistemas Adesivos Dentários (*)	Silvia Lustosa Castro	Profissionais e estudantes de Odontologia
Tendências de instrumentação de Canais Radiculares e Materiais na Endodontia (*)	Elerakio M. M. Fo	Profissionais e estudantes de Odontologia
Promoção da Saúde na Odontologia (*)	Adriana - Ezevaldo - Silvia	Profissionais e estudantes de Odontologia
Técnicas de Restaurações com Cimento de Jantômero de Vidro (*)	Adriana M. A. Leal	Profissionais e estudantes de Odontologia
Restauração Preventiva: abordagem conservada da superfície oclusal e proximal (*)	Adriana M. A. Leal	Profissionais e estudantes de Odontologia
Fundamentos de Próteses Buzo-maxilo-facial (*)	Nuno Philipe	Profissionais e estudantes de Odontologia
Estudo da Eficácia das Soluções Irigidas no Canal Radicular (*)	Cláudio T. Carvalho	Profissionais e estudantes de Odontologia
A Utilização da Radiologia nas Especialidades Odontológicas (*)	Mary Márcia Almeida	Profissionais e estudantes de Odontologia
Análise Documentária de Imagem: a fotografia e seus textos digitais	Valdirene Pereira	Profissionais liberais de comunicação, biblioteconomia e estudantes
Desenvolvimento Motor	Juciléia N. Ferreira	Ed. Física, estudantes de Medicina e profissionais liberais
Métodos de Purificação e Crescimento de Cristais para Sistema Sensores de IN	Patrício M. Araújo	Estudantes e Professores de Ciências
Arte na Cultura de Consumo	Luisa M. O. Fonseca	Estudantes de Ed. Artística e Professores de 1º e 2º graus
Discutindo as concepções interacionistas de Alfabetização	Varjia M. Coutinho	Professores e estudantes de Letras e Comunicação
Obesidade e Controle de Peso	Márcio P. Silva	Profissionais da área de saúde e Ed. Física
Usos sociais do corpo: Trajetória de pesquisa	Antonio Gonçalves	Professores e Estudantes de diferentes áreas do conhecimento
Treinamento de Força para Esportes	Leonardo S. Neto	Técnicos, Profissionais de Ed. Física e estudantes
Sistema de Informação Geográfica - SIG	Juarez M. Pinheiro	Geógrafos, estudantes e professores
O Texto na Sala de Aula	José D. Cavalcante	Professores de 1º, 2º e 3º graus e estudantes
A Metalinguagem Historiográfica: uma nova perspectiva na literatura contemporânea	Tânia L. Santos	Profissionais de Letras e comunicação
A Transição da República Velha para a República Nova	Dulcinéia Carmo	Estudantes e professores de História, Política, Direito, Sociologia
A Produção Literária Brasileira e seus Fundamentos Críticos - Século XIX	Josenilma Dantas	Profissionais, estudantes e professores
Introdução às Propriedades Mecânicas dos Materiais	Renato C. Sousa	Estudantes e Professores
As Diversas Fases do Discurso	Raquel Pires Brito	Estudantes, professores de Letras, História e Comunicação

(*) Estes cursos serão organizados em 2 blocos: um pela manhã e outro à tarde

Informações

PREXAE/UFMA
CEB Velho, Área de Convivência
Salas 6, 8 e 31
Fone: (098) 217 8610, 217 8606
Fax: (098) 217 8602
<Inscrições antecipadas>

Realização

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos
Estudantis
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação
Apoio
Gráfica Universidade

I Semana de Cursos de Extensão
Projeto Prata da Casa

CURSO: Perspectiva da Avaliação educacional



CURSO: O Texto na sala de aula



ANEXO H – II Semana de Cursos de Extensão, realizada de 13 a 18 de julho de 1998

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNESP UFRJ UFSM**

**II Semana de Extensão do
Projeto Prata da Casa**

**A CONSTRUÇÃO DO REAL NA CRIANÇA –
DE PIAGET A EMÍLIA FERREIRO**

Professor: Vanja Maria D. Coutinho
Público: Estudantes e profissionais de Pedagogia e áreas afins
Objetivo: Analisar a psicogênese da linguagem escrita através de um contato mais próximo com os experimentos de Jean Piaget no que diz respeito à evolução das explicações causais na criança.

A ESTÉTICA DE GLAUBER ROCHA NO CINEMA NACIONAL

Professor: Marcos Fábio Belo Matos
Público: Estudantes e profissionais de Comunicação e áreas afins
Objetivo: Analisar os principais aspectos da obra cinematográfica de Glauber Rocha e sua contribuição para o Cinema Nacional

**A FORMAÇÃO DE ESQUEMAS E A CONSTRUÇÃO DE
INTELIGÊNCIA EM INDIVÍDUOS COM PARALISIA CEREBRAL:
UMA ANÁLISE DOS FATORES DO DESENVOLVIMENTO
PSICOSSOCIAL DO PORTADOR DE PARALISIA CEREBRAL (PCC)**

Professor: Adriana Moraes Zini
Público: Estudantes e profissionais de Educação, Pedagogia e áreas afins
Objetivo: analisar os fatores que possam interferir na construção cognitiva individual do PPC

ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

Professor: José Dino Costa Cavalcanti
Público: Professores de Literatura do 2º Grau e Estudantes de Letras
Objetivo: Relacionar a Obra de Machado de Assis com outros autores do Brasil e do Mundo

ANÁLISE DE DISCURSO E INTERDISCIPLINARIDADE

Professora: Tânia Lima dos Santos e Mônica Cruz
Público: Professores de Língua Portuguesa e estudantes de Letras
Objetivo: Analisar o uso da Análise de Discurso como metodologia de investigação e de ensino

**APLICAÇÃO DA SEMIÓTICA GREIMASSIANA NA LEITURA DE
TEXTOS VERBAL E NÃO-VERBAL**

Professora: Rozula Lima dos Santos
Público: Profissionais e Estudantes de Letras, Educação e áreas afins
Objetivo: Dar condições aos alunos, mediante a teoria semiótica greimassiana, conhecimentos e técnicas de reconstrução do sentido

**A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DE PESSOAS
PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Professor: Anderson Fernandes Gonçalves
Público: Estudantes e profissionais de Educação, e outras áreas
Objetivo: Elaborar propostas de preparação para o trabalho para a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (PPNE), compatíveis com a realidade educacional de cada participante.

ARTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Professora: Aldemira Fábria F. Sousa
Público: Estudantes e profissionais de Artes e áreas afins
Objetivo: Estimular professores de arte e profissionais liberais ligados a área para trabalharem na sala de aula, as expressões artísticas vinculadas ao cotidiano de cada aluno

ATENDIMENTO AO CLIENTE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Professora: Lourineide Nunes de Jesus
Público: Estudantes e profissionais de Comunicação, Administração e áreas afins
Objetivo: Repensar a postura do profissional de Relações Públicas frente a modernidade e globalização

**COTIDIANO MARANHENSE RETRATADO PELOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO**

Professor: Antônio Giovanni Boaes Gonçalves
Público: Estudantes e profissionais das Ciências Sociais
Objetivo: Refletir sobre a teoria do cotidiano. Compreender as articulações entre o real e o virtual nos meios de comunicação e analisar a dicotomia social presente nas notícias, manchetes e propagandas dos MCM

INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA

Professor: Maria José Albuquerque Santos
Público: Estudantes e profissionais de Pedagogia, Educação, Metodologia e áreas afins
Objetivo: Ampliar o estudo sobre interdisciplinaridade, discutindo e estimulando a prática na pesquisa e no processo didático pedagógico

O LEITOR, O TEXTO E A ESCOLA

Professor: José Dino Costa Cavalcanti
Público: Professores de Língua Portuguesa e Estudantes de Letras
Objetivo: Discutir o papel do ensino da Língua Portuguesa e relacionar texto/leitor visando a formação crítica do aluno

**O OLHAR DO TURISMO E DA CULTURA NA ARTICULAÇÃO
COM A CIDADE**

Professora: Linda Maria Rodrigues
Público: Estudantes e profissionais de Turismo, Comunicação e áreas afins
Objetivo: Discutir a globalização nos contextos que envolvem turismo, cultura e cidade

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO DO PROFESSOR
ALFABETIZADOR NUMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA**

Professora: Joelma Reis Correia
Público: Estudantes e profissionais de Pedagogia e áreas afins
Objetivo: Refletir sobre o processo de mudança de uma prática alfabetizadora tradicional para uma prática construtivista, almejando uma possível mudança na sua prática pedagógica

O PROFESSOR E A ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS

Professor: Francisco Alberto Lemos dos Santos
Estudantes e Profissionais de Educação, Pedagogia e outras
Objetivo: Perceber o papel dos sujeitos que atuam na escola e os segmentos da sociedade na origem e desenvolvimento das disciplinas escolares

RECREAÇÃO E LAZER

Professor: Nilson Santos Pava
Público: Estudantes e profissionais de Educação Física, Educação, Artes, Turismo e áreas afins
Objetivo: Identificar as fases do desenvolvimento motor da criança favorecendo a prática da recreação escolar na dinâmica da vida

REPENSANDO O USO DO LIVRO DIDÁTICO

Professora: Mariléia dos Santos Cruz
Público: Estudantes e profissionais de Educação, Pedagogia e áreas afins
Objetivo: Discutir critérios para adoção de livros didáticos que favoreçam a diversidade cultural brasileira, mais especificamente da realidade maranhense

**UMA NOVA PERSPECTIVA NA PESQUISA CONSTRUTIVISTA NA
ESCOLA DO 1º CICLO**

Professora: Januária Silva Aires
Público: Estudantes e Profissionais da Educação e áreas afins
Objetivo: Apresentar estudos teóricos e práticos a respeito de uma nova perspectiva em pesquisa construtivista na escola do 1º ciclo

Período
13 a 18 de Julho de 1998

Informações
PREXAE/UFMA
CEB Velho, Área de Convivência
Salas 6, 8 e 31
Fone: (098) 217 8173, 8606, 8610
Fax: (098) 217 8602
<Inscrições antecipadas>

Realização
**Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos
Estudantis**
Projeto Prata da Casa
Apoio
Gráfica Universidade

ANEXO I – III Semana de Cursos de Extensão, realizada de 11 a 16 de janeiro de
1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNESP UFRJ UFSM

**III Semana de Extensão do
Projeto Prata da Casa**

- A CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA E A ANÁLISE AMBIENTAL**
Professor: Ronaldo R. Araújo
Objetivo: Definir, constituir e discutir o papel do clima nas atividades humanas, econômicas e ambientais
- A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**
Professor: Anderson Luis Fernandes Gonçalves
Objetivo: Oportunizar a Profissionais de Educação Especial atualização da sua prática pedagógica
- A IMAGINÁRIA BARROCA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR**
Professora: Aldenira Fábria de Souza
Objetivo: Oferecer condições de leitura da imaginária barroca de forma pedagógica.
- A LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX**
Professor: José Dino Cavalcanti
Objetivo: Analisar a literatura no século XIX
- ASPECTOS FISIOLÓGICOS DA ATIVIDADE FÍSICA E RENDIMENTO ESPORTIVO**
Professor: Alexandre Gomes de Almeida
Objetivo: Explicar as respostas fisiológicas ao exercício físico e aplicá-las na otimização do desempenho nos esportes competitivos
- BRINQUEDOTECA: ASPECTOS TEÓRICOS E TÉCNICAS**
Professora: Christianne Rose de S. Oliveira
Objetivo: Discutir sobre a necessidade do brincar na infância e a importância da brinquedoteca no contexto.
- ECOTURISMO: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
Professoras: Roziluz Lima dos Santos e Luciana de Jesus Rebelo Silva
Objetivo: Refletir sobre a ética do profissional do Turismo e sua relação com o meio ambiente
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL**
Professor: Luiz Carlos Araújo dos Santos
Objetivo: Estimular professores e alunos a explorar de forma eficaz, o meio ambiente do ponto de vista didático-pedagógico
- FILOSOFIA BILÍNGUE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS**
Professora: Ana Claudia Ramos Cardoso
Objetivo: Situar a Educação de Surdos ao longo da História; abordagem clínico-terapêutica e sócio-cultural
- FUNDAMENTOS DA APRENDIZAGEM MOTORA**
Professor: Cláudio de Tarso Jesus S. Nascimento
Objetivo: Analisar e identificar os mecanismos e fatores determinantes da aprendizagem de habilidades motoras
- INICIAÇÃO AO ATLETISMO**
Professor: Ivon Chagas Rocha Júnior
Objetivo: Apresentar as modernas concepções de iniciação ao atletismo.
- INTRODUÇÃO À ANÁLISE ESTRUTURAL DE NARRATIVAS: O MÉTODO DE PROPP**
Professora: Tânia Lima dos Santos
Objetivo: Apresentar o princípio da análise estrutural de narrativas tomando por base o método de Propp para análise de contos de magia
- O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS SÉRIES INICIAIS: BUSCANDO CAMINHOS**
Professora: Vanja Maria Dominicos Coutinho
Objetivo: Aprofundar conhecimentos teórico-metodológicos sobre o ensino da Língua Portuguesa
- PROPOSTA PEDAGÓGICA SEM COMPLICAÇÃO**
Professora: Mariléia dos Santos Cruz
Objetivos: Discutir o processo de elaboração e implementação de proposta curricular pedagógica; elaborar pré-projeto visando à elaboração de proposta curricular
- ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO: INTERFERÊNCIAS DA FALA EM TEXTOS ESCRITOS**
Professoras: Ilza do Socorro G. Cutrim e Mônica da Silva Cruz
Objetivo: Discutir e verificar a interferência dos procedimentos de construção do texto falado no texto escrito
- A PRODUÇÃO DE TEXTOS NAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU**
Professora: Joelma Reis Correia
Objetivo: Refletir sobre a necessidade da produção de textos nas séries iniciais do 1º grau, como forma de desenvolvimento da palavra.
- DO DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICO DO ALUNO**
Professor: Adriano Moraes Zini
Objetivo: Discutir com Profissionais da Educação Especial a Importância do Diagnóstico e a forma consequente de atuação
- GEOGRAFIA DO TURISMO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**
Professora: Conceição de Maria Teixeira Gomes
Objetivo: Compreender através do enfoque geográfico, o fenômeno turístico como importante fenômeno social do mundo contemporâneo e o seu papel na organização do espaço e concomitantemente avaliar os impactos ambientais por ele produzidos.
- HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES**
Professor: Francisco Alberto Lemos
Objetivo: Subsidiar a transposição didática
- LAZER E RECREAÇÃO**
Professora: Linda Maria Rodrigues
Objetivo: Incrementar a teoria e a prática do lazer e recreação para os profissionais da área
- NATAÇÃO: INICIAÇÃO AO TREINAMENTO E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**
Professor: Flávio Augusto Pinto Cunha
Objetivo: Desenvolver trabalho de Treinamento em natação, visando a melhora do rendimento
- NOVAS TECNOLOGIAS AUDIO-VISUAIS APLICADAS AO ENSINO**
Professor: Francisco das Chagas Frazão Costa Filho
Objetivo: Refletir sobre a incorporação das novas tecnologias utilizadas no ensino
- O ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DA CRISE DO PARADIGMA: HISTÓRIA OU APENAS UMA NARRATIVA VERÍDICA?**
Professor: José Henrique de Paula Borralho
Objetivo: Analisar a relevância do ensino da história face a novos paradigmas de conhecimento
- O TEXTO NARRATIVO EM SALA DE AULA**
Professor: Joaquim de Oliveira Gomes
Objetivo: Apresentar o modelo ideal e romântico e discutir sobre os elementos básicos da estrutura narrativa.
- O TRABALHO COM A LITERATURA NA ESCOLA**
Professora: Almerinda Cordero Gomes
Objetivo: Apresentar alternativas criativas para a operacionalização de conceitos sobre a literatura através de atividades práticas
- OFICINA DE JOGOS DE QUADRA**
Professor: José Cícero de Moraes
Objetivo: Demonstrar técnicas iniciais e fundamentos de jogos de quadra
- OFICINAS PEDAGÓGICAS E A PRÁTICA DA GEOGRAFIA**
Professor: Juarez Mota Pinheiro
Objetivo: Capacitar profissionais de ensino a desenvolver práticas de laboratório no ensino de geografia

Informações
CEB Velho, Área de Convivência
PREXAE E PROJETO PRATA DA CASA
Salas 8 e 31
Fone: (098) 217 8606, 8173,8610
Fax: (098) 217 8602
<Inscrições ABERTAS>

De 11 a 16
Período Janeiro
1999

Realização
Pró-Reitoria de Extensão
e Assuntos Estudantis
Projeto Prata da Casa
Apoio
Gráfica Universidade

ANEXO J – IV Semana de Cursos de Extensão, realizada de 12 a 17 de julho de 1999

<p>PROJETO PRATA DA CASA</p> <p>Apoiado em investigação de currículo sobre alguns cursos da UFMA, pretende conseguir espaços de capacitação ao nível de mestrado para egressos com desempenho acadêmico excelente, em Instituições de Ensino Superior que mais se adequem à carente formação detectada nesses cursos.</p> <p>É uma das formas da UFMA oferecer aos egressos continuidade de estudos.</p> <p>Continua a dar suporte aos trabalhos de extensão realizando no período de 12 a 17 de julho de 1999 a IV semana de Cursos de Extensão destinados a interagir com a comunidade conhecimentos adquiridos pelos seus mestrandos.</p> <p>Maiores informações sobre o Projeto Prata da Casa procure a sala 31 no CEB Velho ou ligue (098) 217.8173.</p> <p>A época de inscrição do Projeto é normalmente entre julho e setembro de cada ano.</p>	 <p>INSCRIÇÕES ABERTAS</p> <p>Até 02/07</p> <p>Profissionais e Estudantes: R\$ 30,00 A partir de 05/07</p> <p>Profissionais e Estudantes: R\$ 40,00</p> <p>OBS: A taxa do curso Direito Privado no Brasil na Pós Modernidade é de R\$ 80,00. A taxa do curso Oficina de Transdisciplinaridade é de R\$ 50,00</p> <p>Local PREXAE, Sala 8 (CEB Velho)</p> <p>Horário 8 às 12:00h e 14 às 18:00h</p> <p>* As inscrições podem ser feitas até o dia 09/07/99.</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO</p>  <p>IV SEMANA DE CURSOS DE EXTENSÃO</p>	<p>PROJETO PRATA DA CASA</p>	<p>REALIZAÇÃO</p> <p>Local CEB Velho, CEB Novo e CCSO</p> <p>Duração 30 horas</p> <p>Período 12 a 17 de julho de 1999</p> <p>Os cursos funcionarão das 8h às 12h Maiores informações no local da inscrição ou pelos telefones (098) 217 8606, 8607, 8173</p> <p>Período 12 a 17 de julho de 1999</p>
---	---	--	---	---

PROGRAMAÇÃO

1. **PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**
 Professora: Ana Célia Arouche – UNESP
 Objetivo: Situar os problemas, desafios e tendências teórico-práticas que se colocam à avaliação educacional; identificar o papel e as funções historicamente assumidos; refletir sobre os conceitos, princípios, elementos, fatores e condições necessários à construção de uma proposta de avaliação
 Local: Sala 10 – UNITI – CEB Velho
 Período: Manhã
2. **DIREITO PRIVADO NO BRASIL NA PÓS MODERNIDADE**
 Professora: Vera de Fraciera – UFRGS
 Objetivo: Atualizar profissionais e alunos de graduação na área do Direito Privado.
 Local: Auditório do CEB Velho
 Período: Manhã
3. **O OLHAR DO TURISMO E DA CULTURA NA ARTICULAÇÃO COM A CIDADE**
 Professora: Luisa Maria P. O. da Fonseca – UFRJ
 Objetivo: Discutir a Globalização nos contextos que envolvem turismo, cultura e cidade.
 Local: Bloco 2 – Sub piso – Sala 4 – CEB Novo
 Período: Manhã
4. **ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**
 Professora: Thalís Brandão Vaz dos Santos
 Objetivo: Informar os caminhos atualizados da Educação Especial, diferenciar suas formas e investigar seus problemas no Brasil.
 Local: Sala 11 – UNITI – CEB Velho
 Período: Manhã
5. **LITERATURA MARANHENSE E SEU USO EM SALA DE AULA**
 Professor: José Dino Cavalcanti – UNESP
 Objetivo: Indicar meios e textos para uso em sala de aula; investigar aspectos de Literatura Maranhense.
 Local: Bloco 2 – 1º andar – Sala 2 CEB Novo
 Período: Manhã
6. **NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO**
 Professora: Maria José Albuquerque – UNESP
 Objetivo: Atualizar profissionais no uso de novas tecnologias do ensino e reutilização de técnicas antigas.
 Local: TC 2000 – CEB Velho
 Período: Manhã
7. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs**
 Professora: Patrícia Torres e outros – UFMA
 Objetivo: Analisar os PCNs à luz da realidade maranhense; sugerir técnicas e meios de concretização dos PCNs.
 Local: D 204 – CCSO
 Período: Manhã
8. **ARTE EDUCAÇÃO**
 Professora: Alceniça Fábá de Souza – UNESP
 Objetivo: Estimular professores de arte e profissionais liberais ligados à área para trabalharem na sala de aula, as expressões artísticas vinculadas ao cotidiano de cada aluno.
 Local: Bloco 2 – Sub piso – Sala 5 – CEB Novo
 Período: Manhã
9. **OFICINA DE CIÊNCIAS NA ESCOLA**
 Professora: Heloisa José Coelho Machado – UNICAMP
 Objetivo: Atualizar profissionais no uso de técnicas, materiais e equipamentos no Ensino de Ciências.
 Local: Sala 9 UNITI – CEB Velho
 Período: Manhã
10. **REPENSANDO A PRÁTICA: O PROJETO DE PESQUISA**
 Professora: Kátia Núbia Ferreira Corrêa
 Objetivo: Repensar a prática de elaboração de um projeto de pesquisa; discutir e apresentar os instrumentos metodológicos para construção de um projeto de pesquisa.
 Local: Bloco 2 – 1º andar – Sala 3 – CEB Novo
 Período: Manhã
11. **MOTIVAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA**
 Professor: Wellington Roberto Gomes de Carvalho – UFMA
 Objetivo: Caracterizar os diferentes tipos de profissionais e espaços de atividade física; organizar agenda de meio ambiente; investigar causas de motivação negativa.
 Local: Bloco 2 – Sub piso – Sala 6 – CEB Novo
 Período: Manhã
12. **EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU**
 Professor: Alex Fabiano Santos Bezerra – UFSM
 Objetivo: Estudar os aspectos desenvolvimentistas que envolvem as práticas motoras nas séries iniciais.
 Local: D 102 – CCSO
 Período: Manhã
13. **ANÁLISE ESTRUTURAL DE NARRATIVAS**
 Professora: Tânia Lima dos Santos – UNESP
 Objetivo: Iniciar profissionais e alunos na estruturação de narrativa
 Local: D 103 – CCSO
 Período: Manhã
14. **A CRÔNICA COMO ATIVIDADE DE SALA DE AULA**
 Professor: Joaquim Oliveira Gomes – UNESP
 Objetivo: Inserir na sala de aula a Crônica, como um instrumento em potencial, capaz de promover a descoberta do prazer de leitura como fonte inesgotável de experiências humanas.
 Local: D 104 – CCSO
 Período: Manhã
15. **O ENSINO DA GEOGRAFIA ATRAVÉS DE OFICINAS PEDAGÓGICAS**
 Professores: Juares Motta Pinheiro e Conceição M. Teixeira Gomes – UNESP
 Objetivo: Viabilizar técnicas e materiais de ensino específico.
 Local: D 105 – CCSO
 Período: Manhã
16. **JOGOS DRAMÁTICOS NA ESCOLA**
 Professora: Maria José Lisboa – UNESP
 Objetivo: Desenvolver a consciência crítica do educando em torno da realidade que o cerca, através da prática e teorização dos jogos dramáticos.
 Local: D 106 – CCSO
 Período: Manhã
17. **OFICINA DE TRANSDISCIPLINARIDADE**
 Professor: José Erasmo Campello – UFMA
 Objetivo: Capacitar profissionais do magistério na elaboração de propostas transdisciplinares; organizar e atualizar conhecimentos teóricos na área.
 Local: Sala do DRH – CEB Velho
 Período: Manhã
18. **ATUALIZAÇÃO EM DENTÍSTICA RESTAURADORA**
 Professora: Sílvia Lústosa de Castro e outros – UNESP
 Objetivo: Atualizar aspectos da dentística restauradora
 Local: D 107 – CCSO
 Período: Manhã
19. **ASPECTOS FISIOLÓGICOS DO TREINAMENTO E RENDIMENTO ESPORTIVO**
 Professor: Flavius Augusto Pinto Cunha – UNESP
 Objetivo: Fornecer fundamentação teórico-prática para compreensão das respostas fisiológicas ao exercício físico e sua aplicação para otimização do desempenho nos esportes competitivos.
 Local: D 202 – CCSO
 Período: Manhã
20. **AS DIVERSAS FASES DO DISCURSO**
 Professora: Iza Galvão Cutrim – UNESP
 Objetivo: Discutir aspectos estruturais de Linguística Aplicada.
 Local: D 203 – CCSO
 Período: Manhã

ANEXO K – V Semana de Cursos de Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNESP / APC

V Semana de
Extensão

MANHÃ

**Análise do discurso:
heterogeneidade no ensino de
Língua Portuguesa**

Monica Cruz e Ilsa Cutrim

Trabalhar os diferentes textos e apresentar propostas de um ensino interdisciplinar de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª série no ensino fundamental: proposta de interdisciplinaridade

Jogo na educação

Gilvan Soares

Discutir, apresentar e realizar atividades lúdicas voltadas a educação motora

Jogos dramáticos na escola

Maria José Lisboa Soares

Desenvolver a consciência crítica do educando em torno da realidade que o cerca, através da prática e teorização de jogos dramáticos

**Recursos e técnicas áudio-
visuais no ensino**

Francisco Frasso Filho

Estudar os aspectos técnicos e pedagógicos dos meios áudio-visuais aplicado ao ensino

**Trabalhando a linguagem
escrita no período da
alfabetização**

Joelma Reis Correia

Trabalhar a linguagem escrita no período da alfabetização dando relevância a cultura de origem e a experiência de vida dos alunos

TARDE

**A crônica literária como
instrumento da sala de aula**

Joaquim de Oliveira Gomes

Propor a utilização da crônica como um instrumento de ensino na literatura

**Educação Especial no
Maranhão: panorama geral**

Ana Célia Arouche

Abordar as deficiências mais comuns, discutindo a sua problemática a nível da realidade maranhense

**O lúdico, terceira idade e a
atividade física**

José Alípio Assis dos Santos Filho

Entender a vivência lúdica na melhoria da qualidade de vida da pessoa de terceira idade

**Parâmetros curriculares
Nacionais**

Patrícia Torres de Barros

Naiacy de Souza Lima

Proporcionar um maior conhecimento acerca dos PCN's adaptando suas propostas a realidade da sala de aula



Universidade
Federal do Maranhão



Associação
Prata da Casa

INFORMAÇÕES

PREXAE e APC (CEB Velho),
Salas: 8 e 31
Fone: (098) 217 8173, 217
8604, 217 8605 e 217 8607
Fax: (098) 217 8602

apoio:
Gráfica Universitária

Fevereiro/2000

Pág. 8

Revista da UFSJ

V. Semana de Extensão

9 cursos movimentam graduandos, mestres e doutores



ANEXO L – VI Semana de Cursos de Extensão realizada de 17 a 21 de julho de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO / UNESP / APC

VI SEMANA DE CURSOS DE EXTENSÃO

PROJETO

período da manhã

1. A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
 Prof. Ms José Alípio Assis dos Santos
 Objetivo: Analisar e operacionalizar conteúdos de educação física direcionados à educação básica

2. A PRODUÇÃO DE TEXTOS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
 Prof. Joaquim de Oliveira Gomes
 Objetivo: Instrumentar profissionais das séries iniciais no uso de textos na sala de aula

3. O FUTSAL NA ESCOLA BÁSICA
 Prof. Iran Cabral
 Objetivo: Desenvolver técnicas de futsal adequadas a diferentes níveis de escolaridade no ensino fundamental

período da tarde

1. RECURSOS E TÉCNICAS AUDIOVISUAIS NO ENSINO
 Prof. Ms Francisco das Chagas Frazão Costa Filho
 Prof. Ms Maria José Albuquerque Santos
 Objetivo: Estudar os aspectos técnicos e pedagógicos dos meios audiovisuais.

2. A BRINQUEDOTECA E A NECESSIDADE DE BRINCAR NA INFÂNCIA.
 Profa. Christiane Rose de S. Oliveira
 Objetivo: Estabelecer relação interdisciplinar entre brinquedo, jogo, leitura e relações infantis

3. TRABALHANDO COM O JORNAL NA SALA DE AULA
 Profa. Ms Rozuila Lima dos Santos
 Prof. Marcos Fábio Belo Matos
 Objetivo: Instrumentalizar a leitura e a produção textual em sala de aula através do jornal

4. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA HIDROGINÁSTICA
 Prof. Ms Alex Fabiano Santos Bezerra
 Profa. Marta Aurélio Campos Silveira
 Objetivo: refletir sobre a metodologia aplicada nas aulas de hidroginástica em São Luís.

LOCAL
 NCL – Núcleo de Cultura Linguística/UFMA
 Praça Gonçalves Dias- Centro

NÚCLEO DE ESPORTES da UFMA
 Campus do Bacanga

PERÍODO 17 A 21/ 07/ 2000
 8 às 12 h e das 14 às 18 h

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÃO:
 Departamento de Extensão da PREXAE - Sala 08
 217 8605 / 8607
 das 08:00 às 18:00 h

APOIO:
 NCL / PREXAE / Gráfica Universitária

ANEXO M – VII Semana de Cursos de Extensão realizada de 29 de janeiro a 03 de fevereiro de 2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNESP UFRJ UFSM UFRGS UTL**

**VII Semana de Cursos de Extensão
Projeto Prata da Casa**

29/01 a 03/02 de 2001

CURSO - Manhã	PROFESSOR	CLIENTELA ALVO
O Texto Narrativo em Sala de Aula	Joaquim Gomes	Comunicadores e Professores de 1º, 2º e 3º graus
A Importância do Brincar na Educação	Christiane R. S. Oliveira Januária Silva Aires	Professores e Estudantes
Oficina de Tecnologias de Ensino	Francisco Frazão Filho	Professores, Especialistas e Estudantes
Vivências Aquáticas para a Terceira Idade	Marta Aurélia C. Silveira	Terapêutas, Recreacionistas, Estudantes de Ed. Física, Medicina
O Jornal na Sala de Aula	Rozúila L. dos Santos Marcos Fábio B. Matos	Professores de 1º, 2º e 3º graus e Estudantes
Oficina de Interdisciplinaridade	José Erasmo Campello	Professores de 1º, 2º e 3º graus, Especialistas
CURSO - Tarde		
Os PCNs e as Novas Orientações para o Ensino da Língua Portuguesa	Almerinda C. Gomes	Estudantes e Professores
Tempos Modernos: por uma compreensão criativa do lazer e turismo	Linda Maria Rodrigues Terezinha Campos	Profissionais de Turismo e Educação Física, Guias, e Estudantes
Aulas Práticas para a Terceira Idade	José Alípio A. S. Filho	Estudantes e Profissionais de Ed. Física e Terapêutas
Trabalhando a Linguagem Escrita no Período da Alfabetização	Joelma Reis Corrêa	Estudantes e Profissionais de Educação
Oficina de Artes Plásticas	Maria José Lisboa	Estudantes e Profissionais de Educação
Arte e Educação Especial	Josefa Lídia C. Pereira	Estudantes e Professores
O Ensino do Futsal	Iram Cabral Lisboa	Estudantes, Professores e Profissionais de Ed. Física e Desporto

Informações

PREXAE/UFMA
CEB Velho, Área de Convivência
Salas 8 e 31

Fone: (098) 217 8601, 217 8606

Fax: (098) 217 8602

<Inscrições Abertas>

Realização

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos
Estudantis

Pró-Reitoria de Ensino

APC - Associação Prata da Casa

Apoio

Gráfica Universitária

ANEXO N – VIII Semana de Cursos de Extensão estendeu-se de 23 a 28 de julho de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNESP UFRJ UFSM UFRGS UTL
VIII Semana de Cursos de Extensão
Projeto Prata da Casa

23 a 28/07/2001

MANHÃ

01. Oficina de Turismo e Meio Ambiente
 Prof^a Ms. Rozuila Lima dos Santos
 Público-alvo: Estudantes de Turismo
02. Trabalhando com Textos na Alfabetização: leitura e produção
 Prof^a Ms. Joelma Reis
 Público-alvo: Professores alfabetizadores, alunos de Magistério e Pedagogia
03. Oficina de Matemática de 1^a a 4^a Série
 Prof.^a Naiacy de Sousa Lima
 Público-alvo: Professores de 1^a a 4^a séries, estudantes de Pedagogia e Licenciatura em Letras
04. Os Multimeios na Sala de Aula
 Prof^a Ms. Valdirene Pereira de Conceição
 Público-alvo: Profissionais do Ensino em geral
05. "Romance Tradição oral"
 Prof^a Ms. Tânia Lima dos Santos
 Público-alvo: Professores de Literatura, estudantes de Letras

TARDE

01. Para entender Narrativas (fílmica, quadrinhos, publicitária e reportagem)
 Prof^a Ms. Josenilma Aranha Dantas
 Público-alvo: Professores de língua e literatura do ensino fundamental e médio
02. Transportes: uma abordagem turística
 Prof^a Conceição Belfort
 Público-alvo: Estudantes de Turismo
03. Oficina de Tecnologia do Ensino
 Prof. Ms. Francisco Frazão Filho
 Público-alvo: Profissionais do Ensino em geral
04. Leitura e Escrita: interação e produção na Sala de Aula
 Prof^a Ms. Mônica Cruz
 Prof^a Ms. Iza Cutrim
 Público-alvo: Professores de Língua e Literatura do ensino fundamental/médio
05. Atividade Física nas Séries Iniciais
 Prof. Ms. Alex Fabiano Santos
 Público-alvo: Professores das séries iniciais do ensino fundamental
06. Teatro na Sala de Aula
 Prof^a Ms. Maria José Lisboa Silva
 Público-alvo: Professores do ensino fundamental e estudantes de Artes

Informações

PREXAE/UFMA - CEB Velho,
 Área de Convivência, Salas 8 e 31
 Fone: (098) 217 8606, 8607
 Fax: (098) 217 8602
 E-mail: prexae@ufma.br

<Inscrições Abertas>

Realização

Pró-Reitoria de Extensão e
 Assuntos Estudantis
 Pró-Reitoria de Ensino
 APC - Associação Prata da Casa

Apoio

Gráfica Universitária

ANEXO O – IX Semana de Cursos de Extensão realizada em duas etapas de 05 a 10 e de 12 a 17 janeiro de 2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 SESU - PROEXT - PREXAE
 UNESP - UFSM - UFRJ - UFRGS - UTL - UA

IX Semana de Cursos de Extensão

Projeto Prata da Casa

05 a 10/JAN/2004 - SÃO LUÍS - COLUN - Manhã

Alfabetização de Jovens e Adultos
 Brinquedoteca
 Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense
 Recreação na Escola
 Técnicas de Ensino

05 a 10/JAN/2004 - CODÓ

Alfabetização de Jovens e Adultos
 Recreação na Escola (manhã)
 Recreação na Escola (tarde)
 Técnicas de Ensino

05 a 10 /JAN / 2004 - BACABAL

Recreação na Escola (manhã)
 Recreação na Escola (tarde)
 Técnicas de Ensino (manhã)
 Técnicas de Ensino (tarde)
 Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense

05 a 10/JAN/2004 - S. JOSÉ DO RIBAMAR - Manhã

Alfabetização de Jovens e Adultos
 Sexualidade na Escola
 Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense

12 a 17 / JAN / 2004 - SÃO LUÍS - Casa do Professor

Lesados Cerebrais e a Educação Especial* - Manhã
 Educação Inclusiva no Ensino Regular* - Manhã
 (* Valor da inscrição dos cursos acima: R\$ 30,00)

12 a 17 / JANEIRO / 2004 - SÃO LUÍS - Casa do Professor

Alfabetização de Jovens e Adultos - Tarde
 Recreação na Escola - Tarde
 Técnicas de Ensino - Tarde
 Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense - Manhã

12 a 17 / JAN / 2004 - CHAPADINHA - Manhã

Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense
 Alfabetização de Jovens e Adultos
 Sexualidade na Escola

12 a 17 / JAN / 2004 - PINHEIRO - Manhã

Alfabetização de Jovens e Adultos
 Recreação na Escola
 Técnicas de Ensino

12 a 17 / JAN / 2004 - PAÇO DO LUMIAR - Manhã

Alfabetização de Jovens e Adultos
 Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense
 19 a 24 / JAN / 2004 - IMPERATRIZ - Manhã

Alfabetização de Jovens e Adultos

Recreação na Escola

Técnicas de Ensino

Brinquedoteca

Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense

19 a 24/ JAN / 2004 - SÃO LUÍS - COLUN - Tarde

Alfabetização de Jovens e Adultos (2 TURMAS)

Brinquedoteca

Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense

19 a 24 / JAN / 2004 - SÃO LUÍS - UFMA

Recreação na Escola - Tarde

Técnicas de Ensino - Manhã

Sexualidade na Escola - Tarde

Alfabetização de Jovens e Adultos - Manhã

Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense - Manhã

CURSOS

Alfabetização de Jovens e Adultos

Técnicas de Ensino

Recreação na Escola

Interdisciplinaridade e Cultura Maranhense

Sexualidade na Escola

Brinquedoteca

Lesados Cerebrais e a Educação Especial*

Educação Inclusiva no Ensino Regular*

Carga Horária:

30 horas

Taxa de inscrição:

2 quilos de alimento

não perecível

Clientela alvo:

– Professores e Técnicos de Ensino

em exercício (Vagas Prioritárias)

Estudantes (vagas excedentes)

40 Vagas por Curso

INSCRIÇÃO E INFORMAÇÕES:

- NOS CAMPI do INTERIOR

- PREXAE/CEB Velho - S/8

Tel: 217 8607, 217-8606 e 217-8054

**-NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
 SÃO JOSÉ DE RIBAMAR E PAÇO DO LUMIAR**

ANEXO P – X Semana de Cursos de Extensão realizada entre os dias 5 e 10 de janeiro de 2005



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

SESU/PROEXT - PROEX - ASSEI

**Departamento de Educação I - Projeto Prata da Casa
UFRGS - UFSM - UNESP - UFRJ - UP - UA - UTL**

X SEMANA DE CURSOS DE EXTENSÃO

Bacabal

Alfabetização, Recreação, Dança, Prod. Textual, Interdisciplinaridade, Ecologia.

Chapadinha

Alfabetização, Téc. Ensino, Interdisciplinaridade, Prod. Textual, Recreação, Ecologia.

Codó

Sexualidade, Alfabetização, Interdisciplinaridade, Téc. Ensino, Ecologia, Educação Especial.

Imperatriz

Ed. Especial, Sexualidade, Interdisciplinaridade, Ecologia, Brinquedoteca, Prod. Textual.

Paço do Lumiar

Ed. Especial, Recreação, Interdisciplinaridade, Alfabetização, Téc. Ensino

Pau-Deitado

Alfabetização, Recreação, Téc. Ensino, Dança, Prod. Textual

Pinheiro

Prod. Textual, Sexualidade, Dança, Téc. Ensino, Alfabetização

Raposa

Sexualidade, Interdisciplinaridade, Dança, Brinquedoteca, Alfabetização, Prod. Textual

São José de Ribama

Ed. Especial, Sexualidade, Prod. Textual, Brinquedoteca, Recreação, Téc. Ensino

Carga horária

30 horas

Taxa de inscrição

2 quilos de alimento
não perecível

Clientela Alvo

- Professores e
Técnicos de Ensino

em exercício

(vagas prioritárias)

- Estudantes

(vagas excedentes)

40 vagas por curso

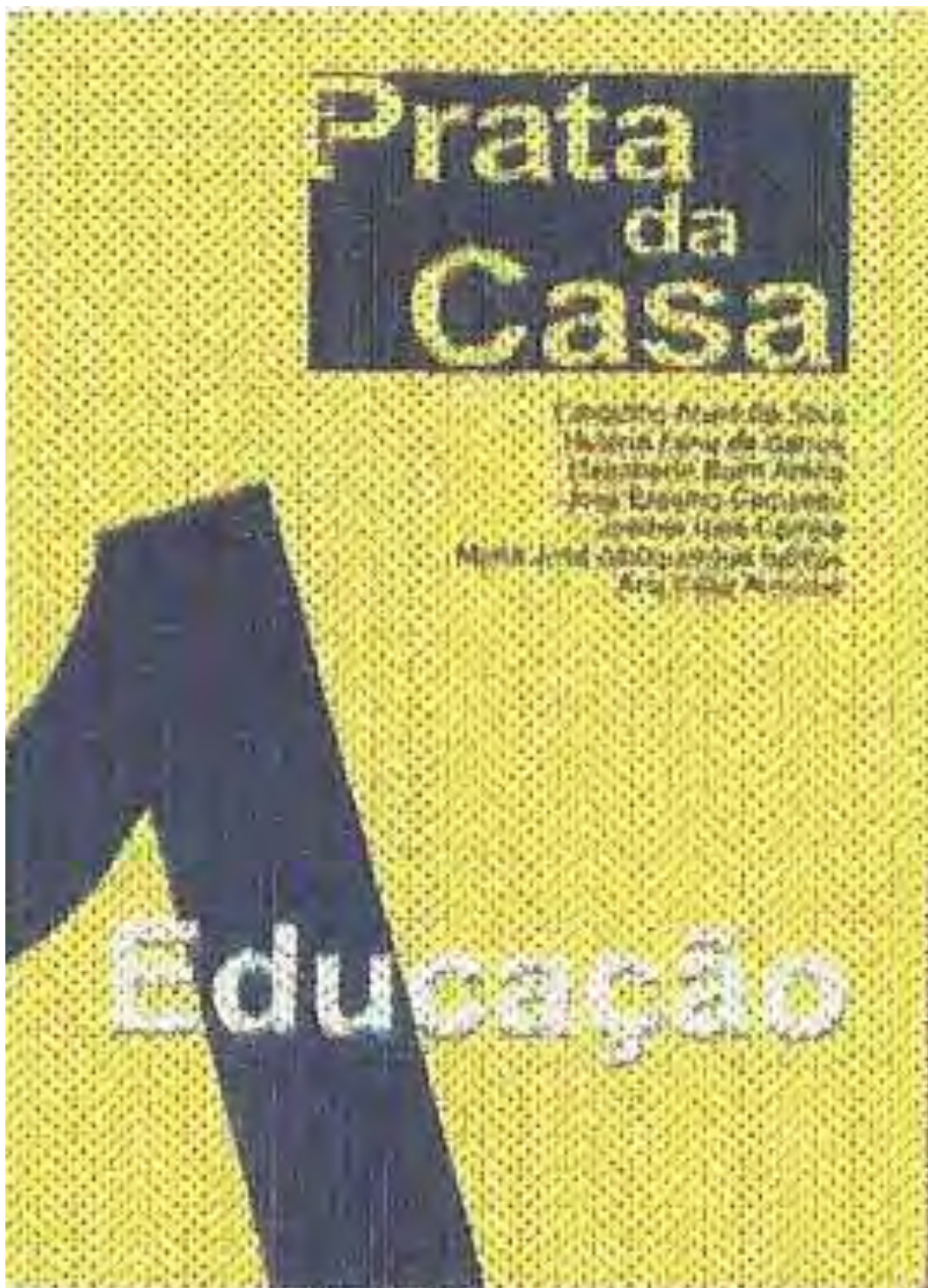
Inscrições e informações:

- Nos Campi do interior
- Proex/Ceb Velho - Sala 8
Tel: 2109-8607/8606/8054
- Nas Secretarias Municipais de Educação - São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa; Pau-Deitado (CEM Pires Collins)

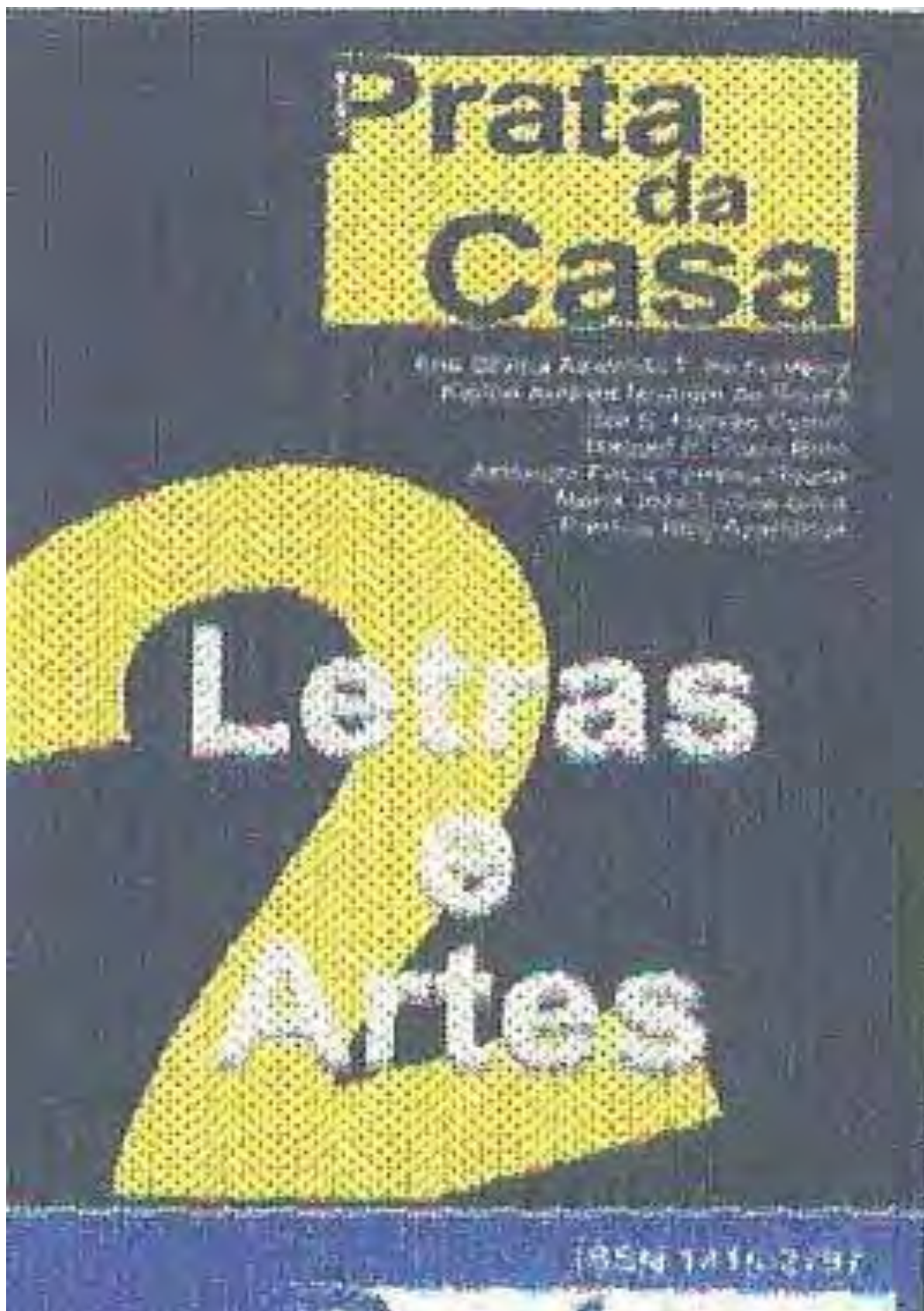
APOIO:

Associação Prata da Casa - APC
Prefeituras Municipais

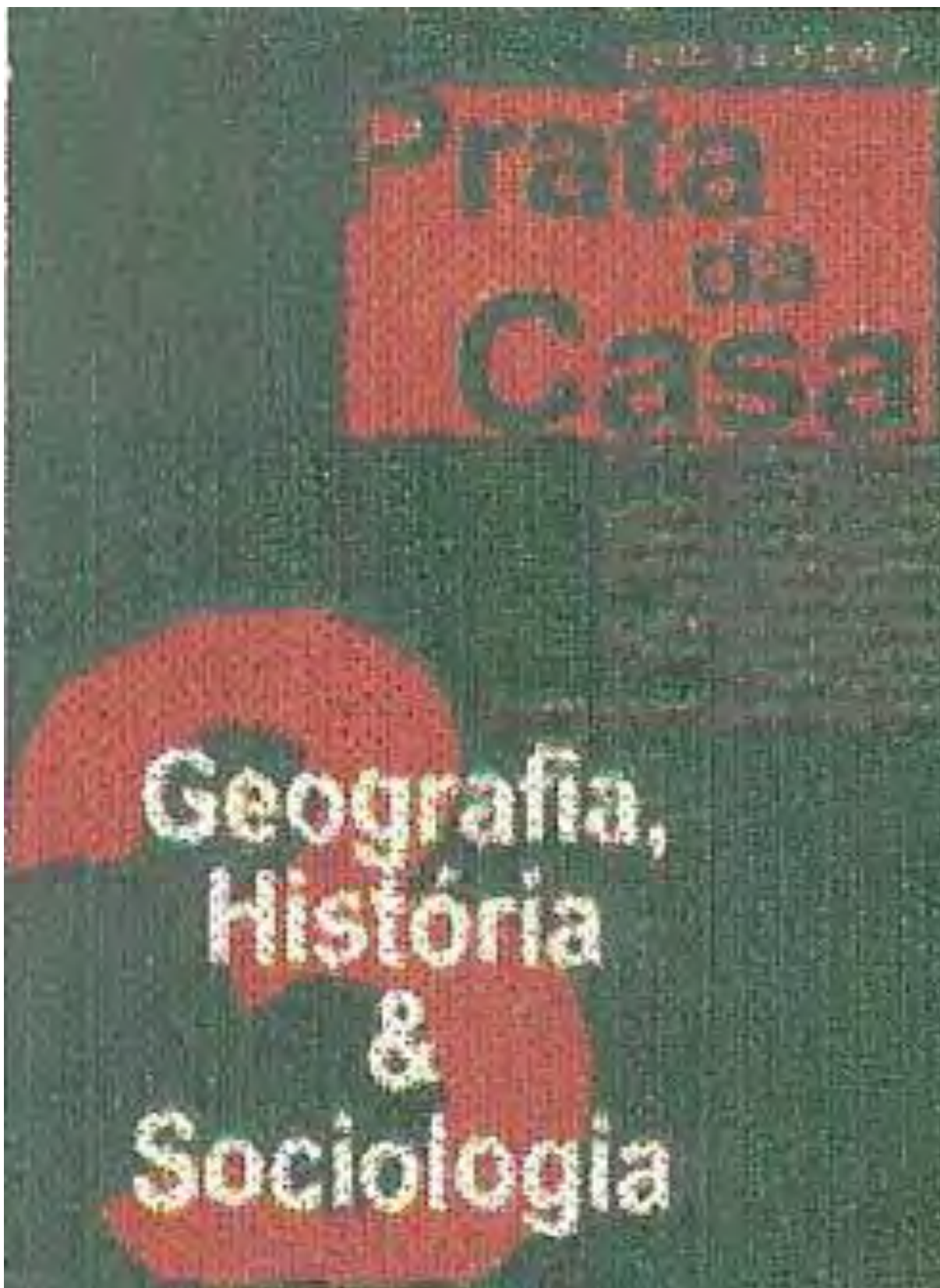
ANEXO Q – Publicação de n. 1 da Coleção Prata da Casa inserindo os mestrandos da área de Educação



ANEXO R – Publicação de n. 2 da Coleção Prata da Casa envolvendo as áreas de Letras e Artes



ANEXO S – Publicação de n. 3 da Coleção Prata da Casa envolvendo a área de História, Geografia e Sociologia



ANEXO T – Publicação de n. 4 da Coleção Prata da Casa, preparada nos moldes de uma cartilha, dirigida aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, da rede estadual e municipal do Maranhão



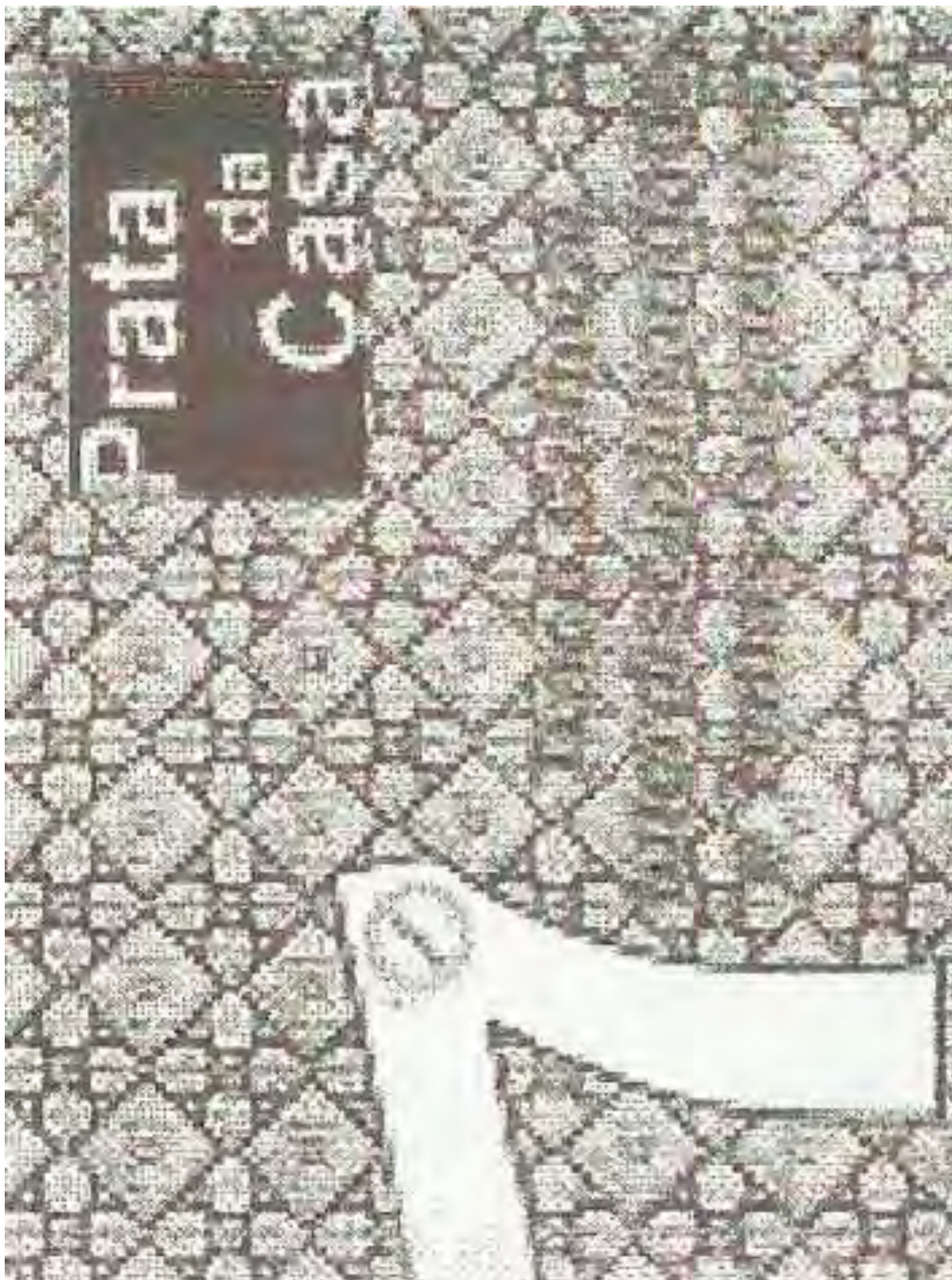
ANEXO U – Publicação de n. 5 da Coleção Prata da Casa, elaborada com artigos da área de Comunicação Social



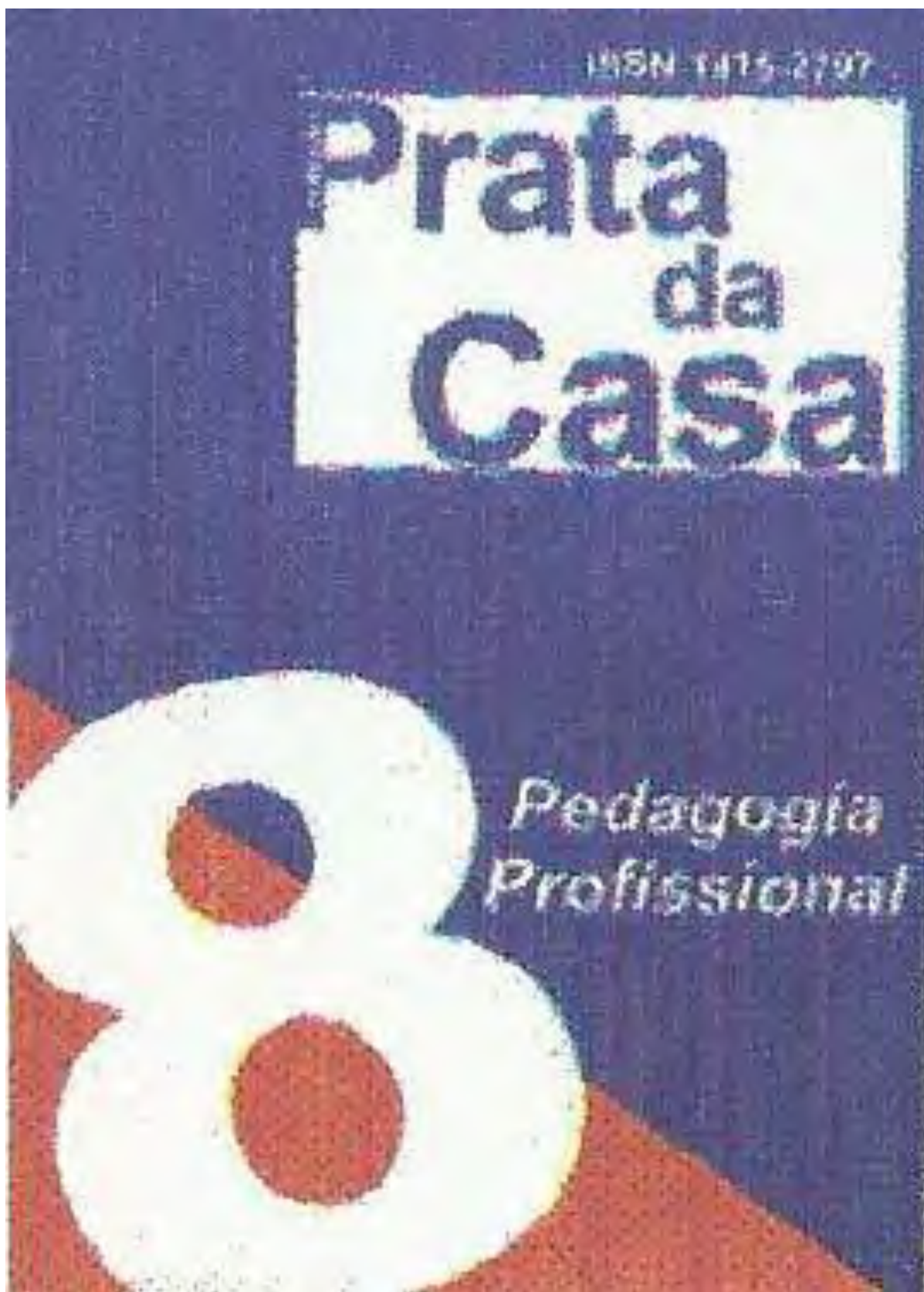
ANEXO V – Publicação de n. 6 da Coleção Prata da Casa versando sobre a Educação Especial



ANEXO X – Publicação de n. 7 da Coleção Prata da Casa, trazendo contribuições da cultura popular maranhense sob o tema de Traço Cultural, Interdisciplinaridade e Temas Geradores



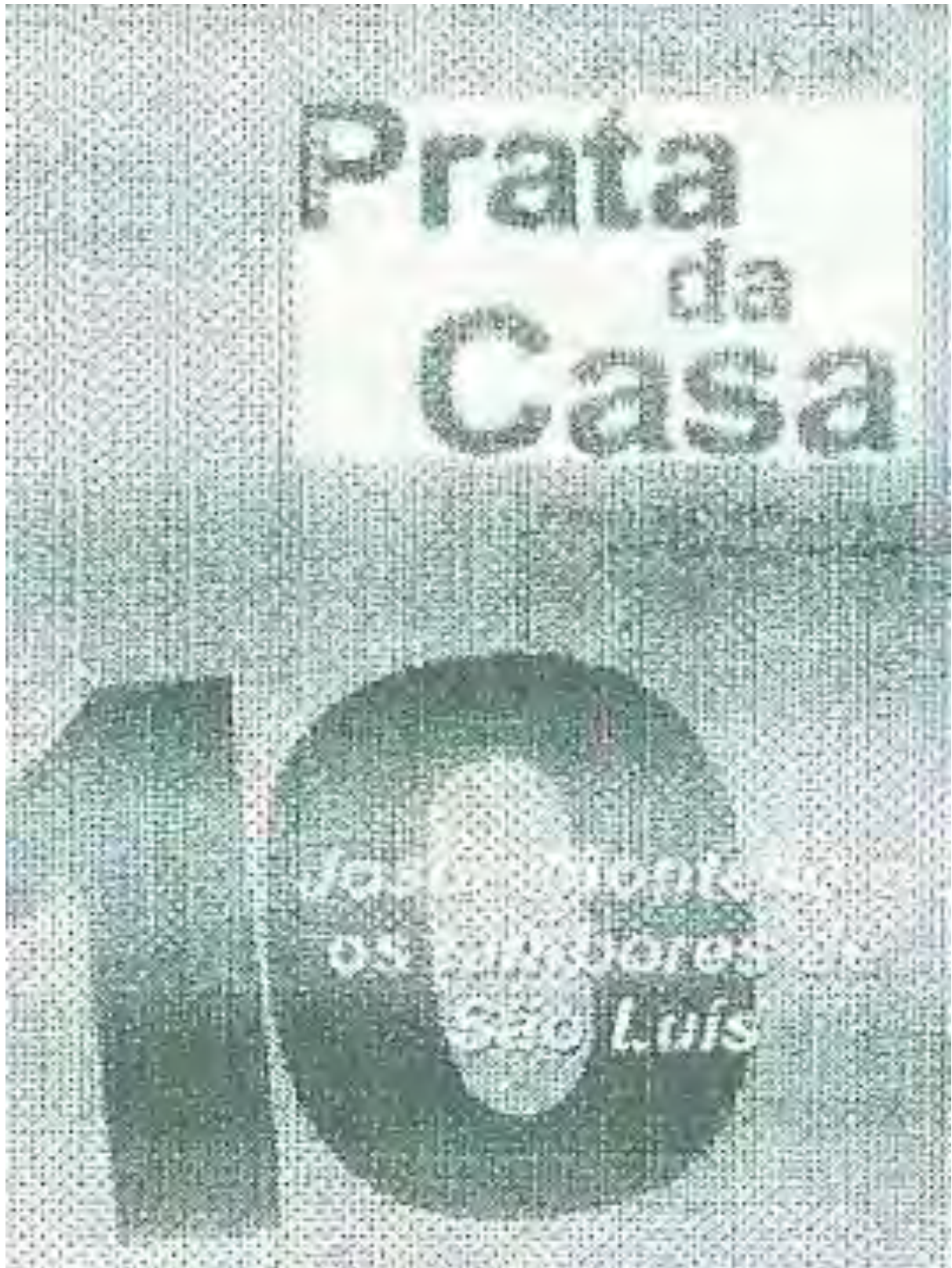
ANEXO W – Publicação de n. 8 da Coleção Prata da Casa tratando do tema de Pedagogia Profissional



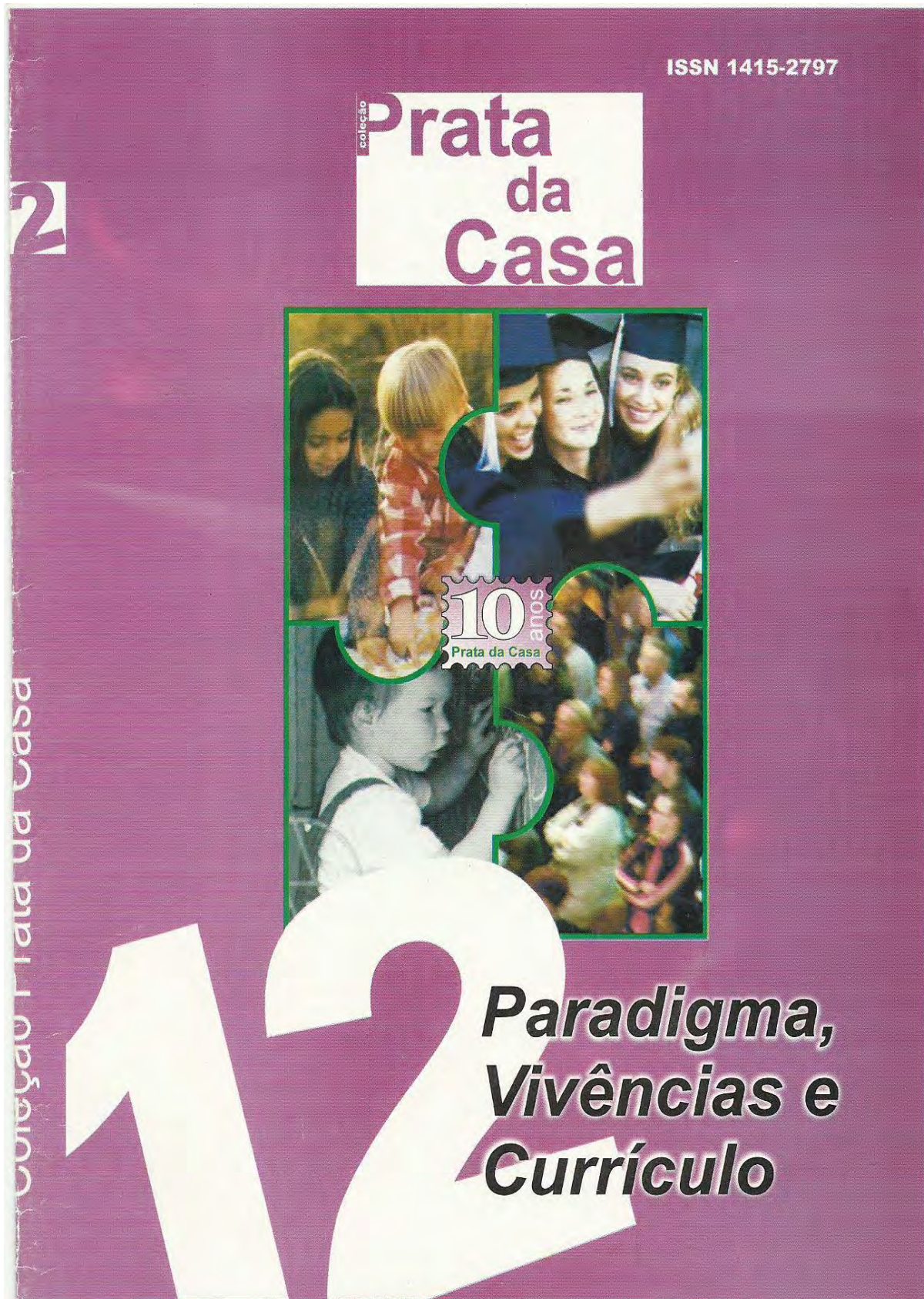
ANEXO Y – Publicação de n. 9 da Coleção Prata da Casa tratando do tema de Pedagogia Profissional



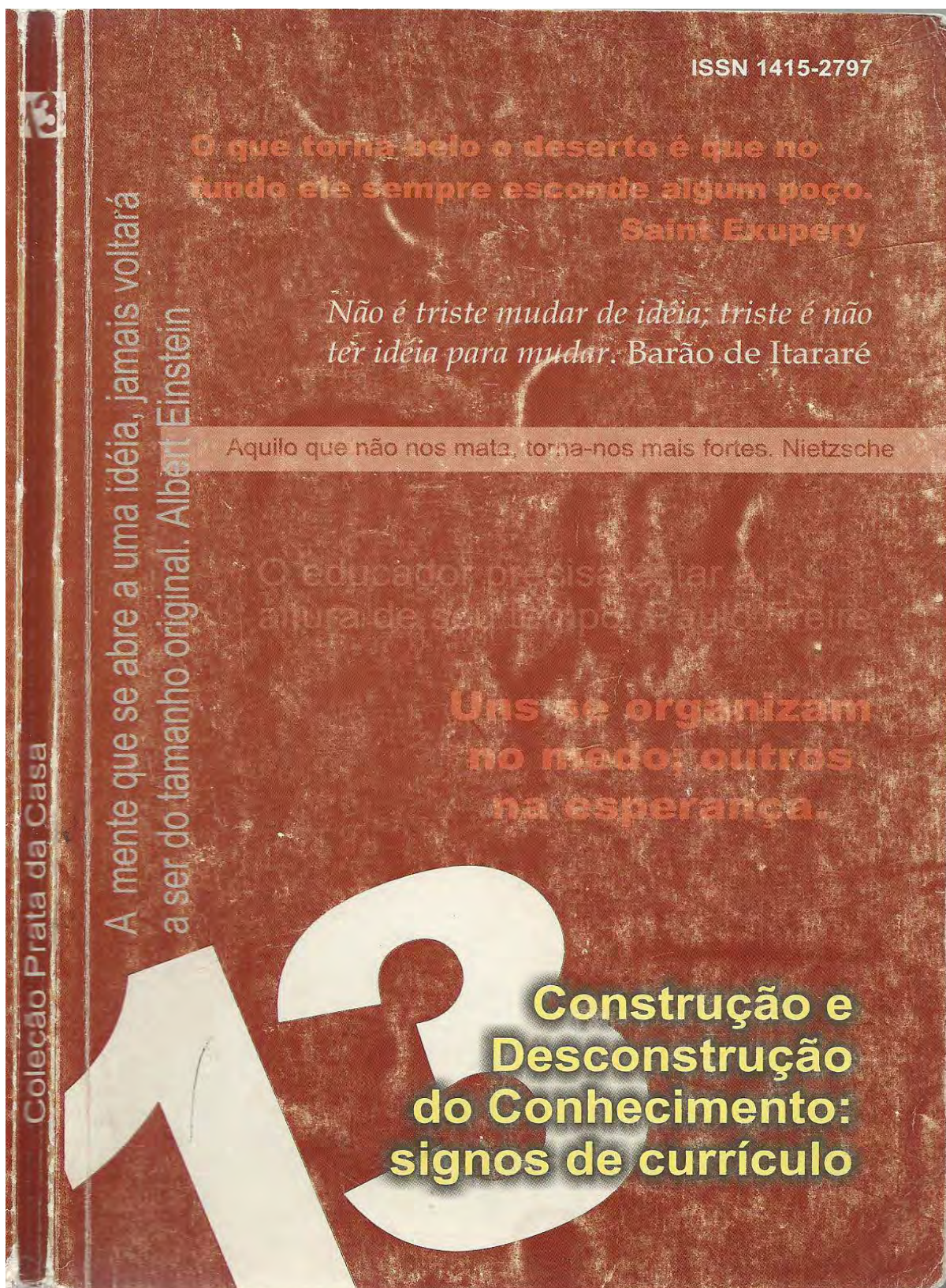
ANEXO Z – Publicação de n. 10 da Coleção Prata da Casa trazendo um dos maiores nomes da cultura literária maranhense, Josué Montello e os Tambores de São Luís



ANEXO BB – Publicação de n. 12 da Coleção Prata da Casa, que teve como título Paradigma, Vivências e Currículo (2004)




ANEXO CC – Publicação de n. 13 da Coleção Prata da Casa, intitulada Construção e Desconstrução do Conhecimento: signos de currículo foi uma publicação comemorativa dos 39 anos de criação da UFMA



ANEXO DD – Publicações de n. 14 e 15 da Coleção Prata da Casa originárias das orientações e resultados do Congresso Internacional de Educação Física que traz o tema Cultura e Contemporaneidade na Educação Física e no Desporto


Cultura e Contemporaneidade na Educação Física e no Desporto. E agora?

IX Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos países de Língua Portuguesa



31 de julho a 4 de agosto de 2002
UFMA - Maranhão - Brasil

INFORMAÇÕES site: www.ufma.com.br e-mail: nonoefd@ufma.br fone: (98) 217.8054
UFMA CEB Velho Sala31 - Campus do Bacanga CEP 65080-040 - São Luís/MA



ANEXO EE – O Projeto Prata da Casa oportunizou a publicação de oito livros

8 O IMPARCIAL São Luís, sexta-feira, 20 de dezembro de 2002 IMP

Da Redação

DESTAQUE LITERÁRIO

A FUNC FAZ O LANÇAMENTO HOJE DOS LIVROS PREMIADOS NO XXVI CONCURSO LITERÁRIO DE SÃO LUÍS. O EVENTO SERÁ SEGUIDO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Foto: Divulgação

PEÇA

Já o escritor teatral Franklin José Carneiro Neto pretende distribuir as 300 cópias de seu premiado *O Filho do Homem* para instituições e pessoas ligadas ao teatro. Trata-se de uma peça que começou a ser escrita em 95, mas só ficou pronta em 2000, ano em que o autor decidiu se inscrever para competir ao Prêmio Arthur Azevedo.

"Não tenho o canal para publicar meus textos. Como ganhei o concurso, vou aproveitar para distribuir os livros e divulgar o trabalho", explica o autor, que já escreveu oito peças encenadas e quatro ainda inéditas.

O poeta Paulo Roberto de Melo Sousa ganhou o prêmio Sousândrade com o lirismo de *Visagem*. Marcos Fábio Belo Matos (*E o Cinema Invadiu Athenas*), e Maria José Lisboa Silva, (*Grupo Grita: sua estética e sua política*) ficaram com o prêmio Antônio Lopes, na categoria Erudição. Já José Roberto Fróes da Costa recebeu o prêmio Bandeira Tribuzzi (obra jornalística), com *Arte-educação em São Luís*.

Além do lançamento, fazem parte da programação de hoje na Fonte as apresentações do Pastoral do Menino Deus, de Dona Lili; do espetáculo *Auto da Estrela Esperança* e do Coral São João. Tudo para celebrar o dia em que nossa cidade ganhou reconhecimento internacional pelo seu conjunto arquitetônico e pela história que representa.

LIVRO DO AUTOR MARCOS FÁBIO, SOBRE A CINEMATOGRAFIA MARANHENSE

*Electala
O Projeto Prata da Casa
Elegerde e Vacarete
concurso*

ANEXO FF – Livro lançado durante o III Festival Universitário de Literatura, na UFMA, destaque literário é dado ao livro de Ricardo Leão, intitulado *Simetria do Parto* sobre teoria literária

6

O ESTADO DO MARANHÃO
São Luís-MA, 7 de junho de 2000 - quarta-feira

alternativo

Parto simétrico nas letras

Ricardo Leão lança o livro *Simetria do Parto*, antecedido de curso sobre teoria literária

O poeta maranhense e pesquisador literário Ricardo Leão lançará amanhã, na Galeria do Sesc, o livro de poemas *Simetria do Parto* (Cone Sul, 215 págs; R\$ 10,00). A obra é uma das vencedoras do III Festival Universitário de Literatura (categoria poesia) promovido pela Xerox do Brasil em parceria com a revista Livro Aberto. Participaram do concurso 1.483 trabalhos de todo o Brasil.

Antecedendo o lançamento do livro, o poeta comanda, hoje e amanhã, no horário das 15h às 17h30, o curso *Estética e Teoria da Literatura: Esboços de uma Discussão Entre o Belo Artístico e Sua Abordagem Teórica Acadêmica*. O programa é dirigido a alunos e professores do 3º Grau, além de poetas, artistas plásticos e demais interessados em discutir o papel e as limitações da teoria literária, dentro de um contexto histórico-filosófico.

Entre a cruz e a espada, Ricardo Leão se diz um poeta em meio à eterna busca do conhecimento. Escriba precoce, desde a adolescência leva a sério o conselho recebido do mestre Nauro Machado, poeta cuja obra tornou-se centro de sua tese de mestrado, em fase de conclusão, na Unesp. "Aos 16 anos procurei o Nauro depois de ler o seu livro de sonetos *As Órbitas das Águas*. Queria saber o que era preciso fazer para ser um bom poeta. Respondeu-me de forma sucinta: 'Leia muito, pesquise muito e escreva muito'", lembra Ricardo.

Um conselho levado ao pé da letra dali por diante. Hoje, além de estar finalizando sua tese, batizada de *Tradução e Ruptura: A Lírica Moderna de Nauro Machado* - uma análise profunda sobre a poesia de Nauro -, Ricardo já soma seis livros concluídos, sendo duas narrativas e quatro dedicados à poesia, sua grande paixão. "Sou antes um poeta que um estudioso", afirma. "Entretanto, desde o início de meu despertar literário senti a necessidade de possuir uma formação acadêmica, que ao mesmo tempo ampliasse meus conhecimentos e ajudasse a compreender meu pretensão instrumento de trabalho".

METRALHADORA - Numa análise pessoal da própria obra, *Simetria do Parto* é, segundo seu autor, uma espécie de "franco atirador" sem alvo certo. "É um livro eclético, tem



Simetria do parto

Ricardo Leão



poemas de todo tipo: existenciais; satíricos, angustiados, concretos... tem para todo gosto". O livro reúne 70 poemas, "incluindo alguns equivocados", como diz Ricardo.

"Por ser o meu primeiro livro, resolvi incluir o resultado de nove anos de luta poética, considerando aí algumas experimentações dentro da poesia concreta que hoje considero como peças equivocadas, uma brincadeira", diz ele. "Para mim, a poesia concreta não consiste numa proposta estética segura", provoca o autor.

SERVIÇO

Livro/lançamento: *Simetria do Parto*, de Ricardo Leão
Quando: Amanhã, às 18h30
Onde: Galeria do Sesc (Casa do Comércio, praça Deodoro, Centro)

Curso: *Estética e Teoria da Literatura*, com Ricardo Leão
Quando: Hoje e amanhã, sempre das 15h às 17h30
Onde: Galeria do Sesc (Casa do Comércio, praça Deodoro, Centro)

Ricardo Leão: "Desde o início senti a necessidade de possuir uma formação acadêmica"

ANEXO GG - Práticas Tradicionais Portuguesas em Forma de Danças e Cantares

NOTÍCIAS :::

06/01/2009

Práticas Tradicionais Portuguesas em Forma de Danças e Cantares

A Pró-Reitoria de Extensão através do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e o projeto "prata da casa" realizam em parceria com o núcleo de Etnografia e Folclore da Universidade do Porto o projeto: "Práticas Tradicionais Portuguesas em Forma de Dança e Cantares".

O projeto tem como objetivo:

Enquadramento sócio-histórico das danças e cantares tradicionais portugueses;

Aquisição de conhecimento e competências coreográficas de danças tradicionais Portuguesas de diferentes regiões;

Aquisição de conhecimento e competências vocais de cantares tradicionais Portugueses de diferentes regiões;

Identificar instrumentos e exercitar características técnicas e rítmicas de diferentes melodias tradicionais Portuguesas;

Adquirir conhecimentos acerca dos trajes tradicionais de diferentes regiões Portuguesas.

O evento será realizado de 19 a 23 de janeiro de 2009 no período da manhã e tarde.

INFOMAÇÕES: DAC – 32312887; PRATA DA CASA – 2109 8054; PROEX – 2109 8600.

voltar